

**2016**  
**Relatório e**  
**Contas Anuais**



**CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA**



## CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

Usando da competência do número 2 do Artigo 18º e nos termos do Artigo 20º dos Estatutos, convoco os associados da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L., com sede em Leiria, no Largo Cândido dos Reis nº19 a 25, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria sob o número único de matrícula e identificação fiscal 500 978 921, para participar na Assembleia Geral a realizar no dia 30 de março do ano em curso (Quinta-Feira), pelas 16,30 horas, na sede da Caixa, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto um – Apreciação e deliberação sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;**

**Ponto dois – Apreciação e deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;**

**Ponto três – Apreciação e deliberação sobre a proposta de distribuição de excedentes pelos associados;**

**Ponto quatro – Apresentação e apreciação do relatório com os resultados da avaliação anual das políticas de remuneração;**

**Ponto cinco – Apreciação geral sobre a administração e fiscalização da CCAML;**

Se à hora marcada para a reunião não se verificar número de presenças suficiente para a Assembleia funcionar, esta reunirá, com qualquer número de associados presentes, uma hora depois, nos termos do Nº2 do Artigo 21º dos Estatutos.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, 2 de março de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Guilherme Alves da Silva)



## ÍNDICE

### Relatório e Contas Anuais 2016

SÍNTESE DE INDICADORES DA CCAML .....	4
CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE GESTÃO .....	5
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	5
1.1 - Evolução da economia .....	5
1.2 - Visão global económica de Portugal .....	7
1.3 – A CCAML no contexto económico e financeiro .....	9
2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS .....	10
3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO .....	12
3.1 – Estrutura do Ativo Líquido .....	12
3.2 – Passivo e Capitais Próprios .....	13
4. VOLUME DE NEGÓCIOS .....	14
5. ATIVIDADE COMERCIAL .....	15
5.1 – Recursos alheios .....	15
5.2 – Crédito .....	16
5.2.1 – Crédito vincendo/vivo .....	16
5.2.2 – Crédito vencido .....	17
5.2.3 – Garantias .....	20
5.3 – Atividade seguradora .....	21
6. ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO .....	23
7. GESTÃO DE RISCOS .....	24
8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS .....	29
8.1 – Dimensão .....	29
8.2 – Recursos humanos .....	29
8.2.1 – Quadro de pessoal .....	29
8.2.2 – Formação .....	31
8.3 – Recursos tecnológicos e informáticos .....	33
8.4 – Meios de pagamento .....	34
9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE .....	35
9.1 – Análise e decomposição dos resultados .....	35
9.2 – Produto bancário .....	39
9.3 – Eficiência .....	41
9.4 – Rendibilidade .....	43
10. INDICADORES PRUDENCIAIS .....	44
11. ÁREA SOCIAL .....	45
12. RELAÇÃO COM CLIENTES – GESTÃO DE RECLAMAÇÕES .....	46
CAPÍTULO II - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS .....	47
CAPÍTULO III – ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO .....	48
1. ASSEMBLEIA GERAL .....	48
2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	48
3. CONSELHO FISCAL .....	49
4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO .....	50
4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização .....	50
4.2 - Análise sobre a Política de Remuneração .....	50
4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais .....	50
5. ORGANOGRAMA .....	51
6. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO .....	52
7. REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITORIA EXTERNA .....	52
ANEXO I - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA CCAML .....	53
ANEXO II - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE 2016 .....	58
CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	60
ANEXO I – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	66
ANEXO II – MENSURAÇÃO DA IMPARIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO E RESPECTIVAS DIVULGAÇÕES .....	95
CAPÍTULO V – PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	108
CAPÍTULO VI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	110

## SÍNTESE DE INDICADORES DA CCAML

(milhares de euros)

INDICADORES	2014	2015	2016
<b>DIMENSÃO E RESULTADOS</b>			
Ativo líquido do balanço	440.087	470.116	500.507
Crédito a clientes bruto	123.348	138.795	132.568
Recursos de clientes totais de balanço	356.947	380.611	413.527
Recursos de clientes à ordem	86.901	103.126	124.723
Recursos de clientes a prazo	269.959	277.432	288.753
Margem financeira	10.316	11.857	12.952
Comissões líquidas	976	1.011	913
Produto bancário exploração	11.706	14.577	15.924
Resultado líquido do exercício	2.645	5.741	6.347
<b>QUALIDADE DO CRÉDITO</b>			
Rácio de crédito e juros vencidos / crédito total concedido	13,94%	11,28%	12,95%
Rácio de crédito com incumprimento	13,88%	11,27%	12,86%
Rácio de crédito com incumprimento líquido	2,10%	1,09%	2,20%
Rácio de cobertura por provisões do crédito vencido há mais de 90 dias	94,11%	100,40%	92,82%
Rácio de crédito em risco	16,66%	13,88%	13,44%
Rácio de crédito em risco líquido	5,19%	3,99%	2,85%
Rácio de crédito reestruturado	8,00%	7,12%	6,21%
Rácio de crédito reestruturado não incluído no crédito em risco	4,04%	3,35%	2,59%
<b>EFICIÊNCIA/PRODUTIVIDADE</b>			
Rácio <i>Cost-to-income</i>	57,94%	48,79%	42,88%
Rácio ativo líquido / n.º trabalhadores	4.315	4.609	4.907
Rácio depósitos / n.º trabalhadores	3.499	3.731	4.054
Rácio gastos com pessoal / recursos alheios	1,25%	1,24%	1,10%
Rácio produto bancário / n.º trabalhadores	115	143	156
Rácio volume de negócios / n.º trabalhadores	7.772	8.288	8.893
<b>RENDIBILIDADE</b>			
Rácio da margem de lucro (ml)	14,60%	29,22%	32,22%
Rácio da rentabilidade do ativo líquido ( <i>ROA</i> )	0,62%	1,25%	1,29%
Rácio da rentabilidade dos capitais próprios ( <i>ROE</i> )	3,92%	7,69%	8,60%
Rácio do produto bancário / ativo líquido médio	2,72%	3,17%	3,25%
Rácio do resultado antes de impostos / ativo líquido médio	0,87%	1,63%	1,72%
Rácio do resultado antes de impostos / capitais próprios médios	5,53%	10,02%	11,40%
Rácio dos gastos com pessoal / produto bancário	37,99%	32,46%	28,45%
<b>PRUDENCIAIS</b>			
Rácio de crédito a clientes total líquido / Depósitos	30,38%	32,72%	28,57%
Rácio da adequação dos fundos próprios principais nível 1	36,16%	32,40%	39,06%
Rácio da adequação dos fundos próprios nível 1	36,16%	32,40%	39,06%
Rácio da adequação dos fundos próprios totais	36,16%	32,62%	39,39%
Rácio de alavancagem utilizando definição total/ implementada dos FP Tier1	15,11%	14,48%	12,53%
Rácio de alavancagem utilizando uma definição de transição dos FP Tier1	14,80%	14,11%	13,12%





## CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A recuperação da economia portuguesa, iniciada em 2013, tem apresentado um ritmo moderado, com perspectivas de crescimento a serem revistas em baixa desde meados de 2015. Para esta dinâmica recente têm contribuído as expectativas de menor crescimento da procura externa, seja devido ao crescimento económico moderado e baixa inflação na área do euro, seja pelo contínuo comportamento desfavorável de algumas economias de mercado emergentes.

Em novembro e dezembro do ano em análise, de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o indicador de clima económico registou uma ligeira deterioração face aos meses de agosto a outubro, mantendo a economia portuguesa a trajetória de recuperação moderada que a tem caracterizado no último triénio.

Outros fatores condicionam o ritmo de recuperação económica através da sua influência desfavorável sobre o crescimento potencial da economia portuguesa. Sejam eles a evolução demográfica associada à emigração (incluindo mão de obra jovem e qualificada), o envelhecimento da população, a reduzida natalidade ou o aumento da esperança média de vida. Também a queda acentuada e prolongada do investimento empresarial, que na atual recuperação da economia portuguesa ainda não foi revertida, e ainda o elevado nível de desemprego de longa duração.

Alguns desenvolvimentos políticos recentes têm gerado níveis de incerteza elevados, com potenciais e fortes implicações ao nível da atividade económica e dos mercados financeiros em termos globais.

O Reino Unido surpreendeu o mundo ao decidir sair da União Europeia, com um referendo realizado no dia 23 de junho de 2016. O resultado do referendo revelou uma profunda divisão no país, bem como incertezas nas relações com o resto do mundo. O *Brexit* recebeu 51,9% dos votos contra 48,1% pela permanência na UE. Consequência ou não desta incerteza, o desempenho da economia britânica no ano passado foi inferior ao verificado em 2015 (2,2%). O Produto Interno Bruto (PIB) do Reino Unido cresceu 0,6% no último trimestre de 2016, o mesmo ritmo dos dois trimestres precedentes e 2% no conjunto do ano.

#### 1.1 - Evolução da economia

##### Global

De entre as economias avançadas, registou-se uma melhoria do PIB dos EUA e do Japão, tendo o da economia europeia estabilizado. De entre os países emergentes, o PIB da China e da Índia manteve-se em 6,7% e em 7,2%, respetivamente.

A divergência das políticas monetárias do BCE e da Reserva Federal dos EUA, provocaram uma depreciação do euro face ao dólar fixando-se em 2016 em 1,0597 (aproximando-se dos valores mais baixos dos últimos 14 anos), representando uma desvalorização de 4,3% face ao final do ano de 2015.

##### EUA

O ano de 2016 ficou marcado pelas eleições nos Estados Unidos da América com a surpreendente eleição para Presidente de *Donald Trump*.

A par de uma subida dos indicadores de confiança, os outros indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2016, para os EUA, indicam uma contínua melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho. No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2016 e, em termos homólogos nominais, a produção industrial acelerou para -0,7% (-1,0% no 3.º trimestre) atenuando a deterioração dos últimos meses.

As vendas a retalho aumentaram para 4,0% (2,6% no 3.º trimestre) em linha com um forte crescimento do consumo privado (2,9% em termos reais).

Já taxa de desemprego diminuiu para 4,8% e a taxa de inflação homóloga aumentou, em média, para 1,7% (1,1% no 3.º trimestre).

## Zona Euro

Divulgada pelo *Eurostat*, a variação homóloga do PIB, em volume, no 4º trimestre fixou-se em 1,7% na Área Euro (AE) e em 1,8% na União Europeia (UE), menos 0,1 ponto percentual (p.p.) que no trimestre anterior em ambas as áreas. Entre as principais economias da UE, verificou-se uma ligeira aceleração do crescimento do PIB. Na Alemanha e em França, registraram-se variações homólogas de 1,8% e 1,1%, respectivamente (1,7% e 0,9% no 3º trimestre). No Reino Unido e em Itália, o crescimento homólogo do PIB manteve-se em 2,2% e 1,1%, na mesma ordem. Em Espanha o PIB desacelerou fixando-se em 3,0% (menos 0,2 p.p. que no 3º trimestre).

	PIB em volume (vh)			
	2016			
	1º T	2º T	3º T	4º T
AE	1,7	1,6	1,8	1,7
UE	1,8	1,8	1,9	1,8
Alemanha	1,9	1,8	1,7	1,8
Áustria	1,4	1,2	1,6	1,8
Bélgica	1,3	1,2	1,3	1,1
Espanha	3,4	3,4	3,2	3,0
Finlândia	2,0	0,9	1,5	0,3
França	1,2	1,1	0,9	1,1
Grécia	-0,8	-0,5	2,2	0,3
Irlanda	4,0	3,7	6,6	-
Itália	1,0	0,9	1,1	1,1
Luxemburgo	3,5	5,1	4,8	-
Países Baixos	1,5	1,8	2,4	2,5
Portugal	0,9	0,9	1,6	1,9
Reino Unido	1,8	2,0	2,2	2,2
EUA	1,6	1,3	1,7	1,9

Fonte: Eurostat (14/02/2017)

O índice de produção industrial na AE registou uma variação homóloga de 1,9% em dezembro (1,8% em novembro), prolongando a trajetória crescente iniciada em agosto. Em 2016, aquele índice aumentou 1,5%, desacelerando face ao crescimento de 2,2% verificado em 2015. O saldo das opiniões dos empresários da indústria transformadora, dos principais países clientes da economia portuguesa, sobre a evolução da sua carteira de encomendas, manteve um acentuado perfil ascendente entre novembro dezembro.

No último trimestre, os indicadores de sentimento económico aumentaram prolongando o movimento crescente iniciado em outubro na UE e em novembro na AE.

Em termos homólogos, face ao dólar, o euro depreciou-se 3,1% em dezembro.

O índice de preços na produção industrial dos principais países fornecedores da economia portuguesa aumentou em termos homólogos em novembro e dezembro (0,3% e 1,5%, respectivamente), após diminuições sucessivas registadas desde setembro de 2013.



Em dezembro de 2016, o Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) da AE foi de 1,1%, reforçando a trajetória crescente iniciada em maio.

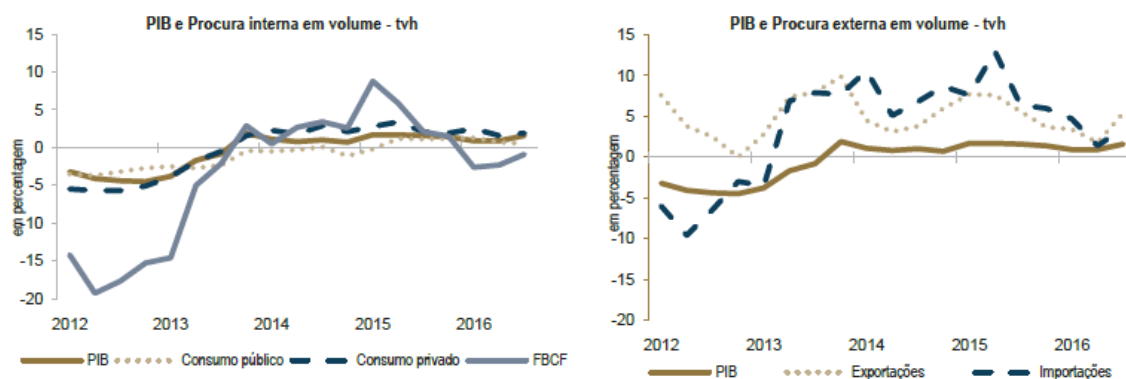
As taxas de juro de curto prazo prosseguiram em dezembro de 2016, o seu movimento descendente na área euro, renovando níveis historicamente baixos (-0,31%, em média, até ao dia 21).

## 1.2 - Visão global económica de Portugal

Em 2016 o PIB português atingiu cerca de 185 mil milhões de euros em termos nominais, tendo registado um aumento de 1,4% em volume, menos 0,2 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu, situando-se em 1,5 p.p. em 2016 (2,6 p.p. em 2015), refletindo, principalmente, a redução do investimento e, em menor grau, o ligeiro abrandamento do consumo privado.

As Exportações de Bens e Serviços em volume passaram de um crescimento de 6,1% em 2015 para 4,4% em 2016, observando-se um abrandamento nas duas componentes. As exportações de bens registaram uma variação de 4,7% em 2016, inferior em 1,9 p.p. ao observado no ano anterior, e o crescimento das exportações de serviços situou-se em 3,6% (4,8% em 2015). Refira-se que a desaceleração das exportações de serviços em 2016 resultou de uma componente relativa a outros serviços, verificando-se uma aceleração na componente turismo.

As Importações de Bens e Serviços registaram um crescimento menos intenso em 2016 (variações em volume de 4,4% e 8,2% em 2016 e 2015, respetivamente), em resultado da desaceleração das duas componentes. As importações de bens passaram de uma variação de 8,5% em 2015 para 4,7%, e as importações de serviços abrandaram para 2,0% (6,4% em 2015).

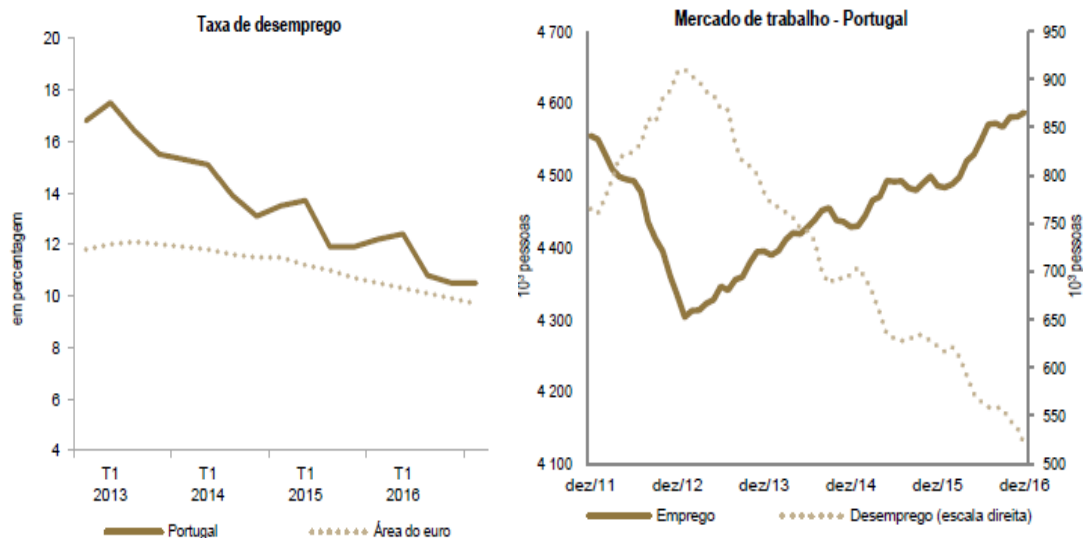


Já os depósitos de particulares nos bancos aumentaram em 2016 (1,0%), ainda que a um ritmo inferior ao observado em 2015 (3,6 %) totalizando 139,3 mil milhões de euros no final do ano. A desaceleração verificada em 2016 ocorreu a partir de março, sendo em parte explicada pela preferência das famílias por outros produtos financeiros, nomeadamente títulos de dívida pública.

## Mercado Laboral

A taxa de desemprego em dezembro de 2016 fixou-se em 10,2%, menos 0,3 pontos percentuais (p.p.) do que no mês anterior e menos 0,7 p.p. em relação ao terceiro mês anterior.

A população desempregada de dezembro foi estimada em 520,7 mil pessoas, tendo diminuído 3,2% em relação ao mês precedente (menos 17,3 mil pessoas), enquanto a população empregada foi estimada em 4 601,6 mil pessoas, tendo aumentado 0,4% (mais 16,9 mil pessoas) face ao mês anterior.



Fonte: banco de Portugal

A evolução do indicador de confiança dos consumidores em Portugal deve-se ao contributo positivo da evolução do desemprego e ao contributo negativo do saldo relativo à evolução da situação económica do país, da situação financeira do agregado familiar e da poupança. O Instituto Nacional de Estatística revela que a confiança dos empresários continua a subir enquanto a das famílias estabiliza.

## Preços

Em 2016, o Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média anual de 0,6% (0,5% no ano anterior).

Excluindo do IHPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média anual situou-se em 0,7% em 2016 (valor idêntico ao do ano anterior).

Em dezembro de 2016, o IHPC registou uma variação homóloga de 0,9%, taxa superior em 0,3 pontos percentuais (p.p.) à observada em novembro. A aceleração deste Índice foi determinada sobretudo pelo comportamento dos preços dos combustíveis e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal. Excluindo do IHPC a energia e os bens alimentares não transformados, a variação homóloga foi 0,5% (0,4% no mês anterior).

Dada a estabilização da inflação subjacente, o aumento da taxa de variação média anual do IPC, entre 2015 e 2016, foi influenciada pela evolução dos preços dos produtos energéticos. Com efeito, a variação deste agregado foi menos negativa em 2016, passando de -3,6% em 2015 para -1,8%.

Os preços dos produtos alimentares não transformados desaceleraram em 2016, embora mantendo uma taxa de variação média positiva que se fixou em 1,6% em 2016 (1,9% em 2015).

Em 2016, e tal como verificado em anos anteriores, observou-se um crescimento médio anual mais elevado dos preços dos serviços que o observado para os preços dos bens. Com efeito, em 2016, os preços dos serviços aumentaram 1,5% (variações de 1,3% e 0,8%, respetivamente em 2015 e 2014) enquanto que a taxa de variação média dos preços dos bens foi nula (-0,1% em 2015 e -1,1% em 2014).

Ao nível das classes de despesa destacam-se os contributos positivos para a variação média anual em 2016 dos restaurantes e hotéis e das comunicações. Relativamente às contribuições negativas, destacam-se a dos Transportes e da Saúde, distinguindo-se esta última por ter registado um contributo positivo no ano anterior. Em 2016 é visível uma ligeira aceleração dos preços na segunda metade do ano comparativamente com o 1º semestre.





## 1.3 – A CCAML no contexto económico e financeiro

No setor bancário, o ano de 2016 ficou marcado por indefinições no contexto competitivo, devido às baixas verificadas nas taxas de juro, à redução do negócio bancário, ao encerramento de agências, à incerteza quanto ao futuro do Novo Banco e da Caixa Geral de Depósitos. O primeiro semestre ficou ainda marcado pela abertura do Banco CTT e pela aquisição do *Barclays* pelo Banco Espanhol *Bankinter*.

Em 2016, para o conjunto da área do euro, os empréstimos a sociedades não financeiras e a particulares para habitação aumentaram, apresentando em dezembro uma taxa de variação anual (tva) de 2,0 % e 2,7 %, respetivamente, em comparação com os -0,3 % e 2,1 % observados em dezembro de 2015. Contrariamente, em Portugal, o total de empréstimos concedidos pelos bancos a sociedades não financeiras e a particulares para habitação continuaram a registar variações negativas, apresentando, em dezembro, tva's destes segmentos de -2,7 % e -2,9 %, respetivamente, que compararam com -2,2 % e -3,2 %, no final de 2015.

Tal como ocorreu em Portugal, na CCAML os empréstimos concedidos totais brutos registaram uma quebra de 4,49%, bem como, no Crédito habitação que apresentou uma diminuição na ordem de 4,3%.

O atual panorama da economia mundial afetou a confiança no mercado bancário e a reputação das organizações que nele atuam. A reputação e uma boa imagem, por parte dos bancos, ajudam a conquistar a confiança do mercado e a criar relacionamentos duradouros com o público-alvo. Neste campo, a CCAML viu, mais uma vez, robustecida essa confiança por parte dos seus clientes, vendo reforçada a rubrica de Recurso de clientes e outras aplicações em 8,65%.



## 2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A CCAML é uma instituição de crédito com um regime regulamentar próprio. Opera como uma instituição bancária de retalho de âmbito regional, tendo como área de atuação os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém. Tem como principais linhas de negócio a captação de recursos, em especial de pequenas e médias poupanças, a sua rendibilização através de empréstimos a particulares e pequenas empresas e a aplicação dos excedentes em títulos de dívida pública e em depósitos em instituições de crédito.

Propõe-se ser uma instituição de crédito com uma oferta de serviços financeiros diversificada, orientada para a satisfação das necessidades dos seus associados, clientes e comunidades locais, pautando-se por uma atuação social e economicamente responsável, baseada em valores como rigor, confiança, mutualismo e espírito comunitário, procurando, simultaneamente, a racionalização dos custos e a maximização da rendibilidade dos recursos, com uma gestão cuidadosa face aos riscos, através de um crescimento prudente e sustentado dos seus negócios. A persecução destas metas tem subjacente a preservação e reforço de níveis de solvabilidade e liquidez elevados e o compromisso de criar valor para o associado e solidez para a instituição.

Sabendo as responsabilidades que lhe cabem e o papel que desempenha na economia dos concelhos da sua área de intervenção, continuará a dar grande relevância estratégica ao desenvolvimento de uma política de responsabilidade social, que se manifesta pelo apoio a projetos de educação, voluntariado, solidariedade social e cultural, através da Fundação Caixa Agrícola de Leiria, integralmente financiada pela CCAML. Assim como, pelo exercício da sua atividade de intermediação financeira, pautada pelos valores que sempre a nortearam:

*"Servir os clientes sem nunca descurar a solidez da instituição, gerindo com diligência e segurança os capitais que lhe são confiados".*

No decurso das contingências que a atual situação impõe, as necessidades de procurar mitigar os impactos da crise e de aumentar a eficiência interna, como forma de preservar a sustentabilidade da atividade, determinam a orientação a prosseguir. O próprio enquadramento regulamentar onde está inserida e as crescentes exigências inerentes à atividade estabelecem a necessidade de responder, cada vez mais, a novos e mais complexos desafios operacionais.

Neste quadro em que os fatores externos ameaçam e condicionam significativamente a atividade, foram definidas oito grandes orientações, tendo em vista o alinhamento estratégico em torno dos objetivos de um desempenho eficiente e rendível da atividade, visando a defesa de um desenvolvimento sustentável a longo prazo.

### Linhas de orientação estratégica para o triénio 2016 - 2018

- **Preservar elevados níveis de solvabilidade e liquidez** – No sentido de defender a solidez e preservar a sustentabilidade do negócio numa perspetiva de longo prazo;
- **Racionalizar os serviços e reduzir a despesa** – Por via da melhoria da eficiência dos serviços, da contenção na despesa e da redução de custos operacionais;
- **Otimizar os processos de acompanhamento de crédito e recuperação de crédito vencido** – No quadro do processo de gestão do acompanhamento, nomeadamente através dos planos de ação de procedimentos extrajudiciais, conferindo maior dinamismo na prevenção do risco de crédito e na regularização das situações de incumprimento;
- **Prosseguir com a estratégia de melhoria das competências** – No sentido da valorização profissional e pessoal dos colaboradores, em consonância com uma estratégia de melhoria do desempenho individual e de eficiência dos serviços, perante novas e mais complexas exigências operacionais;
- **Ajustar os processos às exigências operativas e regulamentares, procurando aumentar a eficiência** – Procurando melhorar o desempenho das operações, num quadro de uma colocação contínua de novos e mais complexos desafios operativos;



- **Prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, reforçando a seletividade e a diligência na análise das propostas e melhorando a automatização dos modelos de avaliação internos** - Procurando aumentar a exposição em clientes com uma capacidade financeira sustentada e adequada cobertura por garantias;
- **Aprofundar a relação com associados e clientes, aumentando a prestação de serviços** – Seguindo uma estratégia de proximidade junto dos associados e clientes, procurando aumentar o envolvimento comercial nos diversos serviços financeiros disponibilizados;
- **Prosseguir com a estratégia de promoção da imagem Institucional** – Dinamizando os canais de comunicação utilizados pela Instituição, valorizando o centésimo aniversário da Instituição, associando os valores da solidez e confiança, aos do dinamismo e da modernidade.

Em 2016, iniciou-se um novo mandato, tendo sido revistas as linhas de orientação estratégica e estabelecidas novas prioridades para o novo triénio de 2016 a 2018. Em linha com a estratégia anteriormente definida, as novas prioridades prosseguem com as orientações existentes, revitalizando, entre outros, a atenção nos objetivos relacionados com o controlo dos riscos e na racionalização dos serviços e redução da despesa, para fazer face aos constrangimentos que o atual ambiente económico impõe.

### 3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

#### 3.1 – Estrutura do Ativo Líquido

Em 2016 o Ativo Líquido da CCAML apresentou um crescimento de cerca de 30,4 milhões de euros face a 2015 (+ 6,46 por cento) e de 60,4 milhões de euros face a 2014 (+ 13,73 por cento), fixando-se em cerca de 500,5 milhões de euros.

No exercício em análise mantiveram-se as políticas internas traçadas em 2015, de redução da exposição da CCAML em Aplicações em OIC e Investimentos detidos até à maturidade reforçando o investimento em Ativos financeiros disponíveis para venda e em Ativos de liquidez “Caixa e disponibilidades em Bancos”.

Desta ação resultou uma diminuição das Aplicações em OIC de cerca de 20,8 por cento (- 12,5 milhões de euros face a 2015) por contrapartida do aumento da rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda de 17,4 por cento (+ 26 milhões de euros face a 2015) e da rubrica de Caixa e disponibilidades em Bancos de cerca de 168 por cento (+ 29,3 milhões de euros).

Com a adoção desta política, iniciada em 2015, a CCAML procurou aumentar a rentabilidade dos recursos captados tendo sempre em vista a garantia e a segurança dos ativos e a redução da exposição ao risco.

Para o acréscimo registado na Estrutura do Ativo Líquido foi determinante o incremento da carteira de títulos (títulos de dívida pública disponíveis para venda) em 17,4 por cento, passando a representar 35 por cento do total do agregado (31,86 em 2015 e 21,48 em 2014). Passando as rubricas de Ativos de liquidez a representar um peso de 18,9 por cento (16,5 por cento em 2015 e 25 por cento em 2014).

Em relação à rubrica Crédito Concedido, líquido de provisões, em 2016 a CCAML não conseguiu manter o registo expansionista verificado no ano de 2015, contraindo-se em cerca de 5,12 por cento (- 6,4 milhões de euros), no entanto, face a 2014, expandiu-se em cerca de 8,95 por cento (+ 9,7 milhões de euros). Não obstante, o decréscimo registado este ano nesta rubrica, o crédito concedido manteve-se como a segunda que mais contribuiu para a formação deste agregado, fixando-se em cerca de 118 milhões de euros e assumindo um peso de 23,6 por cento (face aos 26,5 por cento registados em 2015).

Em 2016, a carteira de títulos da CCAML (Ativos financeiros disponíveis para venda e Investimentos detidos até à maturidade), apresentou globalmente um peso de 53,27 por cento na estrutura total do ativo líquido, o que, comparativamente ao ano anterior, resultou num acréscimo no peso da estrutura do ativo não relevante de cerca de 0,4 por cento.

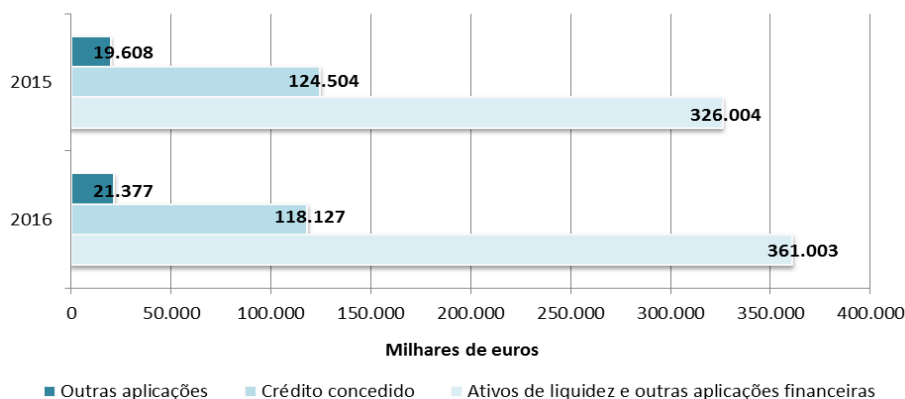
#### ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO

(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>479.130</b>	<b>95,73</b>	<b>450.508</b>	<b>95,83</b>	<b>28.622</b>	<b>6,35</b>
Ativos de Liquidez	94.390	18,86	77.555	16,50	16.835	21,71
Caixa e disponibilidades em Bancos	46.799	9,35	17.464	3,72	29.335	167,97
Aplicações em I. C.	47.591	9,51	60.091	12,78	-12.500	-20,80
Crédito Concedido (líquido provisões)	118.127	23,60	124.504	26,48	-6.377	-5,12
Ativos financeiros disponíveis para venda	175.804	35,13	149.766	31,86	26.038	17,39
Investimentos detidos até à maturidade	90.809	18,14	98.683	20,99	-7.874	-7,98
<b>OUTRAS APLICAÇÕES</b>	<b>21.377</b>	<b>4,27</b>	<b>19.608</b>	<b>4,17</b>	<b>1.769</b>	<b>9,02</b>
Ativos não correntes detidos para venda	5.162	1,03	5.406	1,15	-244	-4,51
Outras	16.215	3,24	14.202	3,02	2.013	14,17
<b>TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>500.507</b>	<b>100,00</b>	<b>470.116</b>	<b>100,00</b>	<b>30.391</b>	<b>6,46</b>



## ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO



## 3.2 – Passivo e Capitais Próprios

Em 2016, tal como em anos anteriores e apesar do sistema financeiro português estar bastante exposto ao risco de reputação, perante uma opinião pública bastante fragilizada, resultante em larga medida das notícias negativas em relação ao setor publicitadas pelos *Mass Media* portugueses, a CCAML viu reforçado o sentimento de confiança dos seus clientes, atingindo em 2016, o agregado da rubrica Passivo, cerca de 427,1 milhões de euros, o que, comparando com 395,2 milhões de euros de 2015, representou um crescimento de 31,9 milhões de euros (+ 8,06 por cento).

Para a formação deste agregado contribuiu, determinadamente, o crescimento dos Recursos de clientes que, num contexto de revisão em baixa das respetivas taxas de remuneração dos depósitos, registaram ainda assim um aumento de 32,9 milhares de euros (+ 8,65 por cento), situando-se no final de 2016 em 413,5 milhares de euros.

Tal como em anos anteriores, a adoção da orientação estratégica “Aprofundar a relação com associados e clientes, aumentando a prestação de serviços”, procurando uma relação de proximidade junto dos associados e clientes, aumentando o envolvimento comercial nos diversos serviços financeiros disponibilizados, permitiu que os recursos captados mantivessem ao longo do período em análise uma evolução bastante positiva, não obstante a política de redução de taxas dos depósitos efetuada e, não menos importante, a oferta de produtos de poupança alternativa oferecidos por outras Instituições Financeiras concorrentes.

O agregado da rubrica Capital decresceu, face ao ano anterior, 1,96 por cento, atingindo cerca de 73,4 milhões de euros. Este decréscimo justifica-se pela desvalorização das Obrigações do Tesouro, gerando menos valias latentes contabilizadas ao “justo valor”, refletidas nas Reservas de Reavaliação. A rubrica agregada “Capital + Provisões” viu assim o seu peso ser reduzido em 1,29 pontos percentuais, fixando-se em cerca de 15 pontos de percentagem (face aos cerca de 16 pontos de percentagem registados em 2015).

### PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos de clientes e Instituições Crédito	413.527	82,62	380.611	80,96	32.916	8,65
Instrumentos representativos de capital	3.696	0,74	4.004	0,85	-308	-7,69
Outros passivos	8.506	1,70	9.222	1,96	-716	-7,76
Capital + Provisões	74.778	14,94	76.279	16,23	-1.501	-1,97
<b>TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>500.507</b>	<b>100,00</b>	<b>470.116</b>	<b>100,00</b>	<b>30.391</b>	<b>6,46</b>



#### 4. VOLUME DE NEGÓCIOS

No ano de 2016, o volume de negócios da CCAML apresentou um crescimento de 7,3 por cento face ao ano transato (+ 61,7 milhões de euros), fixando-se em cerca de 907 milhões de euros, o que comparativamente a 2014 registou um crescimento de 14,4 por cento (+ 114.346 milhares de euros).

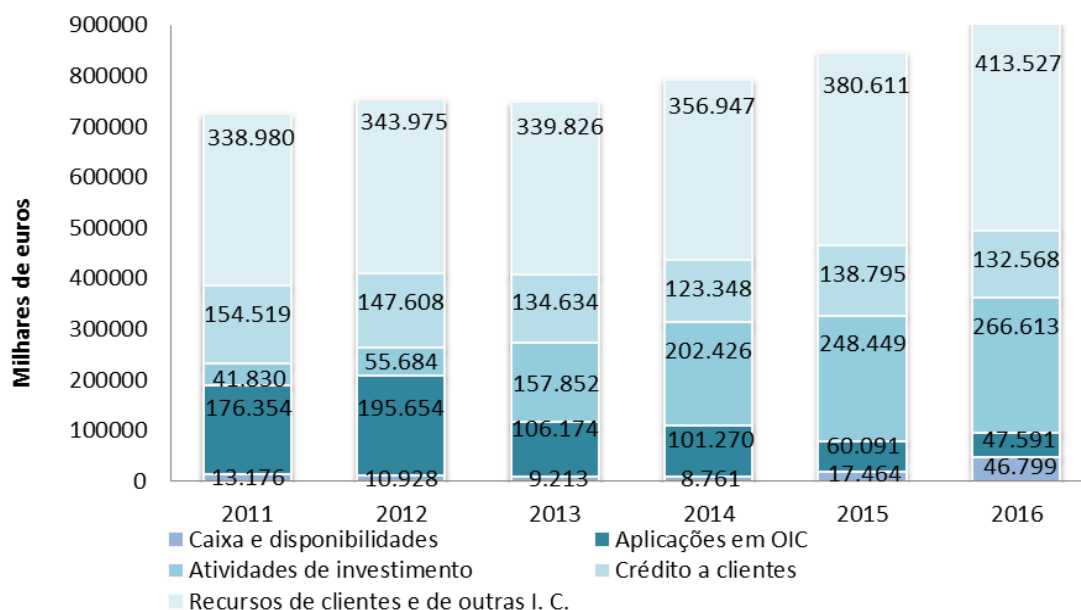
No exercício em análise, a rubrica que mais cresceu em valor foram os Recursos de clientes e de outras instituições de crédito (cerca de 32.9 milhares de euros), continuando a ser a parcela mais representativa na formação do volume de negócios com cerca de 45,6 por cento, seguindo-se as Atividades de investimento, o Crédito concedido a clientes, as Aplicações em OIC e a rubrica Caixa e disponibilidades com cerca de 29,4; 14,6; 5,2; e 5,2 pontos de percentagem, respetivamente.

#### FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	46.799	5,16	17.464	2,06	29.335	167,97
Aplicações em OIC	47.591	5,25	60.091	7,11	-12.500	-20,80
Atividades de investimento	266.613	29,39	248.449	29,39	18.164	7,31
Crédito a clientes	132.568	14,61	138.795	16,42	-6.227	-4,49
Recursos de clientes e de outras Instituições de Crédito	413.527	45,59	380.611	45,02	32.916	8,65
<b>VOLUME DE NEGÓCIOS</b>	<b>907.098</b>	<b>100,00</b>	<b>845.410</b>	<b>100,00</b>	<b>61.688</b>	<b>7,30</b>

#### VOLUME DE NEGÓCIOS



## 5. ATIVIDADE COMERCIAL

### 5.1 – Recursos alheios

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica que agrega os recursos alheios era constituído, à semelhança dos anos anteriores, quase exclusivamente pelos recursos de clientes, representando 99,99 por cento do total do agregado e registando uma evolução positiva traduzida por um crescimento de cerca de 9 por cento face a 2015 (cerca de 33 milhões de euros).

#### FORMAÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

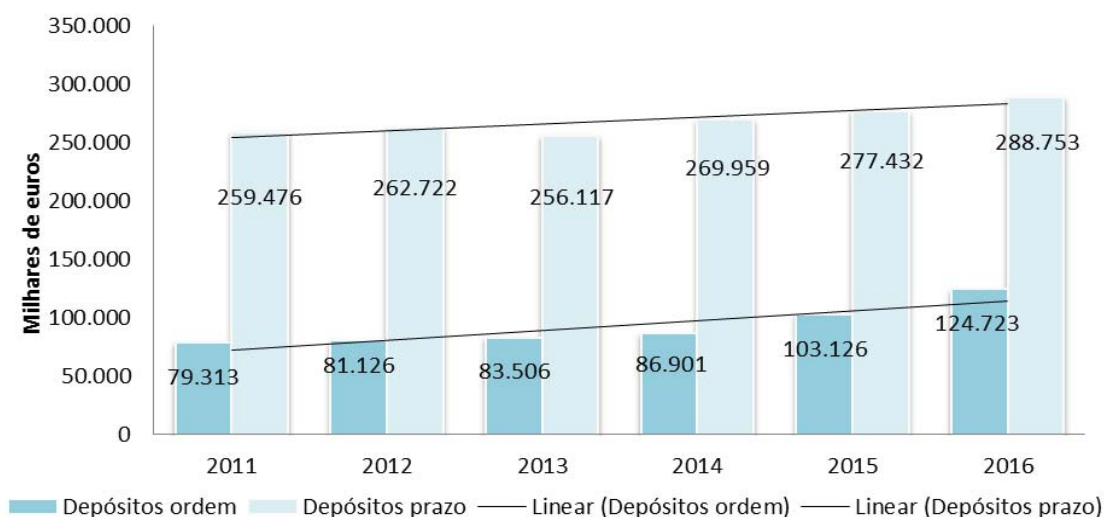
(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos à ordem	124.723	30,16	103.126	27,09	21.597	20,94
Depósitos a prazo	288.753	69,83	277.432	72,89	11.321	4,08
Total de recursos clientes e outros empréstimos	413.476	99,99	380.558	99,98	32.918	8,65
Recursos de outras Instituições de Crédito	51	0,01	53	0,02	-2	-3,77
<b>TOTAL RECURSOS ALHEIOS</b>	<b>413.527</b>	<b>100,00</b>	<b>380.611</b>	<b>100,00</b>	<b>32.916</b>	<b>8,65</b>

A rubrica do Passivo, Recursos de clientes e outros empréstimos apresentou, face ao ano de 2015, crescimentos dos depósitos à ordem que totalizaram 21,6 milhões de euros (+ 20,94 por cento) e dos depósitos a prazo que ascenderam a 11,3 milhões de euros (+ 4,08 por cento).

No exercício em análise, a CCAML manteve o ascendente apreciável de retenção e captação de poupanças, registando uma forte consolidação dos recursos de clientes, revelando-se os melhores da última década, quer os aplicados à ordem fixando-se nos cerca de 125 milhões de euros, correspondentes a 30 por cento do total do agregado, quer os aplicados a prazo fixando-se em cerca de 289 milhões de euros, correspondentes a 69,8 por cento do total dos recursos de clientes.

#### EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS



## 5.2 – Crédito

A CCAML no ano de 2016, não conseguiu manter o registo expansionista da vertente creditícia verificada no ano anterior, contraindo-se em cerca de 4,49 por cento. O seu crédito concedido total registou um decréscimo de cerca de 6,2 milhões de euros, fixando-se nos 132.568 milhares de euros.

### CRÉDITO CONCEDIDO

(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito vincendo/vivo	115.406	87,05	123.143	88,72	-7.737	-6,28
Crédito vencido	17.162	12,95	15.652	11,28	1.510	9,65
<b>TOTAL</b>	<b>132.568</b>	<b>100,00</b>	<b>138.795</b>	<b>100,00</b>	<b>-6.227</b>	<b>-4,49</b>

#### 5.2.1 – Crédito vincendo/vivo

O crédito vivo da CCAML registou em 2016 uma contração de 6,28 por cento face ao ano de 2015 (- 7.737 milhares de euros), todavia, em relação a 2014 registou uma expansão de 8,72 por cento (+ 9.253 milhares de euros), fixando-se nos 115.406 milhares de euros.

Tal como em 2014, o exercício em apreço ficou marcado pelo registo de contração em todas as variantes de crédito vivo como resultado de uma menor procura de crédito, associada a uma manutenção de um grau de seletividade considerado como bastante capaz de dirimir ou minimizar o risco a correr, sendo a mais representativa a rubrica “Empréstimos + Conta Corrente” com cerca de 5,2 milhões de euros (- 6,6 por cento).

A rubrica “Empréstimos + conta corrente” continua a ser aquela que mais contribuiu para a formação do agregado do crédito vivo total, com cerca de 65 por cento, correspondendo a verba de 74.391 milhares de euros, seguindo-se a rubrica “Crédito habitação” com cerca de 35 por cento, a que corresponde a verba de 40.569 milhares de euros.

No ano em análise, realça-se a redução em cerca de 72 por cento do desconto de letras, representando apenas 0,2 por cento do total do agregado, fruto de uma menor procura deste tipo de crédito, vindo ao longo do tempo a ser substituída por operações menos exigentes em termos de formalização.

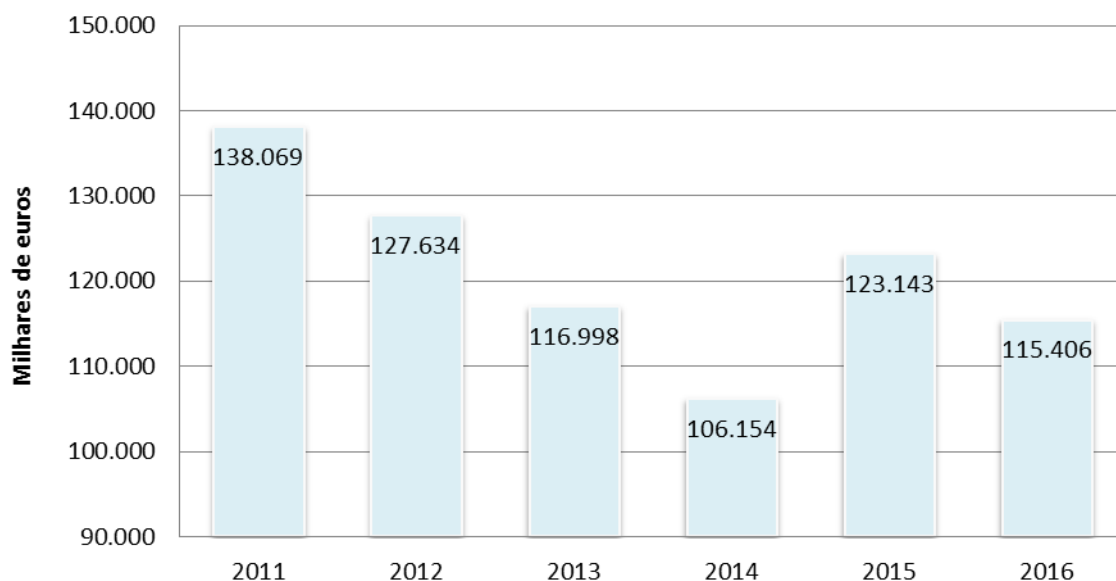
### DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VINCENDO/VIVO

(milhares de euros)

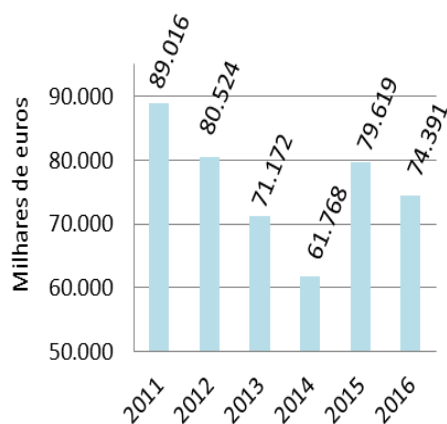
Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos + Conta Corrente	74.391	64,46	79.619	64,66	-5.228	-6,57
Crédito habitação	40.569	35,15	42.380	34,42	-1.811	-4,27
Desconto	245	0,21	886	0,72	-641	-72,35
Juros de crédito a clientes	201	0,18	258	0,20	-57	-22,09
<b>TOTAL</b>	<b>115.406</b>	<b>100,00</b>	<b>123.143</b>	<b>100,00</b>	<b>-7.737</b>	<b>-6,28</b>



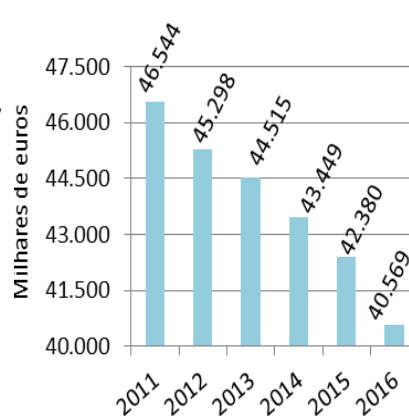
## EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VINCENDO / VIVO



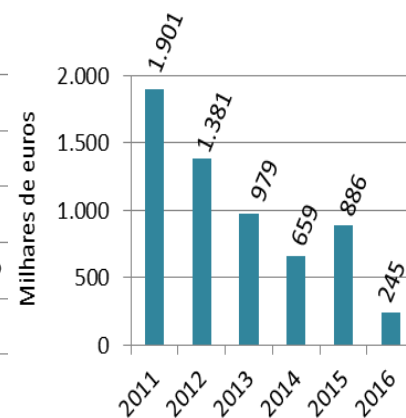
### EMPRÉSTIMOS + C/C + DESCOB. D.O.



### HABITAÇÃO



### DESCONTO



### 5.2.2 – Crédito vencido

Para a CCAML, o ano de 2016, fica marcado pela inversão da tendência descendente da rubrica de Crédito Vencido assinalada no último triénio, registando um acréscimo de 1.510 milhares de euros (+ 9,65 por cento face a 2015), aumento esse, que se ficou a dever, essencialmente, à degradação de parte do crédito em atraso de curto prazo, relativo às classes I e III a IV.

As classes II, V a IX e X a XII foram as que apresentaram uma variação, face ao ano anterior, mais favorável, traduzindo-se numa variação negativa, devido à ocorrência de recuperação de créditos vencidos de curto e médio prazo no montante agregado de 1.399 milhares de euros.



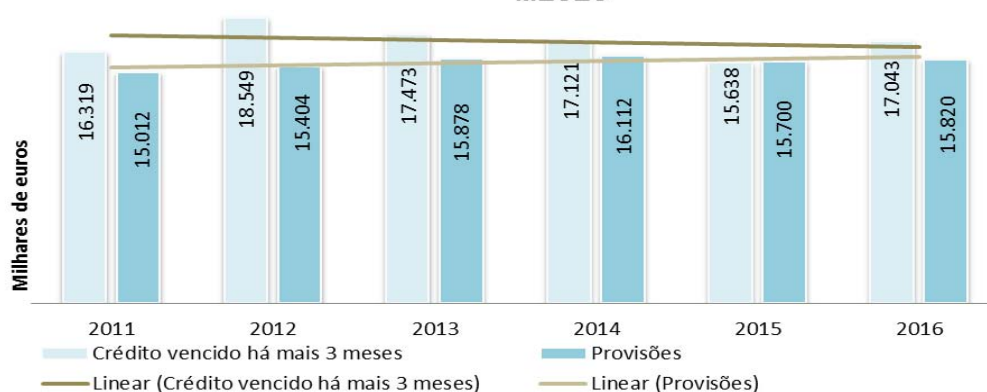
## ESTRUTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR CLASSES

(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I - Até 3 meses	119	0,69	14	0,09	105	750,00
II - de 3 a 6 meses	6	0,04	781	4,99	-775	-99,23
III e IV - de 6 a 12 meses	3.302	19,24	498	3,18	2.804	563,05
V a IX - de 1 a 3 anos	1.249	7,28	1.366	8,73	-117	-8,57
X a XII - mais de 3 anos	12.486	72,75	12.993	83,01	-507	-3,90
<b>TOTAL</b>	<b>17.162</b>	<b>100,00</b>	<b>15.652</b>	<b>100,00</b>	<b>1.510</b>	<b>9,65</b>

Tal como nos anos anteriores, em 2016, a classe de crédito vencido há mais de três anos continuou a ser aquela que representou a maior parcela do agregado total do crédito vencido, com cerca de 73 por cento (face aos 83 por cento do ano de 2015). Este valor caracterizou-se em larga medida pelo reduzido número de devedores que o compõem e justifica-se pelo arrastar dos processos judiciais, processos esses, que na sua maioria são suportados por garantias reais, revestidos de uma boa probabilidade de ressarcimento dos valores em dívida.

## PROVISIONAMENTO DO CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 3 MESES



Considerando em exclusivo a faixa dos créditos vencido e não pagos há mais de doze meses, face ao crédito concedido total, esta relação cresce 0,01 pontos percentuais, fixando-se em 10,36 por cento. Comparado com o crédito vencido total, em 2016, este índice decresceu 11,71 pontos percentuais em relação ao ano de 2015, fixando-se em 80,03 por cento.

No exercício salientamos que a taxa de cobertura por provisões decresceu 8,13 pontos percentuais, atingindo cerca de 92,2 por cento do crédito vencido total. As taxas de cobertura por provisões face ao crédito vencido em dívida há mais de três meses, atingiram o índice de 92,8 por cento e em relação ao crédito vencido em dívida há mais de um ano, alcançaram 115,2 por cento.

No âmbito das políticas e procedimentos que visam assegurar uma valorização adequada da carteira de crédito, em 2014 foram iniciadas e desenvolvidas as metodologias para o cálculo da imparidade, em conformidade com a Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal, de 15 de abril, e da Carta Circular do Banco de Portugal n.º 02/2014/DSP, tendo sido efetuada uma avaliação semestral da carteira de crédito que permitiu proceder a uma análise comparada com os níveis de provisionamento.

A comparação dos níveis de provisionamento para o risco de crédito, em 31/12/2016 indica a suficiência dos valores em provisões, apresentando um valor superior, em 48,8 por cento, relativamente ao montante apurado pelo modelo de imparidade da carteira de crédito.





## EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA QUALIDADE DO CRÉDITO

(milhares de euros)

Indicadores	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Crédito concedido	132.568	138.795	-6.227	-4,49
Crédito vencido	17.162	15.652	1.510	9,65
Crédito em risco	17.811	19.259	-1.448	-7,52
Crédito reestruturado total	8.227	9.871	-1.644	-16,65
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco	3.429	4.643	-1.214	-26,15
Crédito vencido há menos de 3 meses	119	14	105	750,00
Crédito vencido há mais de 3 meses	17.043	15.638	1.405	8,98
Crédito vencido há mais de um ano	13.735	14.359	-624	-4,35
<b>Classes crédito vencido em relação ao crédito vencido total</b>				
Crédito vencido há menos de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%)	0,69%	0,09%	0,60 p.p.	666,67
Crédito vencido há mais de 3 meses em rel.ao crédito vencido total (%)	99,31%	99,91%	-0,60 p.p.	-0,60
Crédito vencido há mais de um ano em relação ao crédito vencido total (%)	80,03%	91,74%	-11,71 p.p.	-12,76
<b>Provisões totais para crédito</b>				
Riscos gerais de crédito	1.379	1.409	-30	-2,13
Crédito vencido e cobrança duvidosa	14.441	14.291	150	1,05
<b>Total</b>	<b>15.820</b>	<b>15.700</b>	<b>120</b>	<b>0,76</b>
<b>Crédito vencido em relação ao crédito total</b>				
Crédito e juros vencidos totais / Crédito total	12,95%	11,28%	1,67 p.p.	14,80
Idem vencidos há mais de 3 meses (Crédito com incumprimento / Crédito total)	12,86%	11,27%	1,59 p.p.	14,11
Idem vencidos há mais 12 meses	10,36%	10,35%	0,01 p.p.	0,10
Rácio ajustado (Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido)	2,20%	1,09%	1,11 p.p.	101,83
<b>Taxas de cobertura por provisões totais</b>				
Crédito vencido total	92,18%	100,31%	-8,13 p.p.	-8,10
Crédito vencido há mais de 3 meses	92,82%	100,40%	-7,58 p.p.	-7,55
Crédito vencido há mais de um ano	115,18%	109,34%	5,84 p.p.	5,34
<b>Crédito em Risco</b>				
Crédito em risco / Crédito total (1)	13,44%	13,88%	-0,44 p.p.	-3,17
Crédito em risco, líquido / Crédito total, líquido (1)	2,85%	3,99%	-1,14 p.p.	-28,57
Crédito reestruturado / Crédito total (2)	6,21%	7,12%	-0,91 p.p.	-12,78
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito Total (2)	2,59%	3,35%	-0,76 p.p.	-22,69
Provisões crédito vencido e cobrança duvidosa / Crédito em risco	81,08%	74,21%	6,87 p.p.	9,26
Provisões crédito vencido e cobrança duvidosa / Crédito vencido há mais 3 meses	84,74%	91,39%	-6,65 p.p.	-7,28

(1) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(2) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal.



## 5.2.3 – Garantias

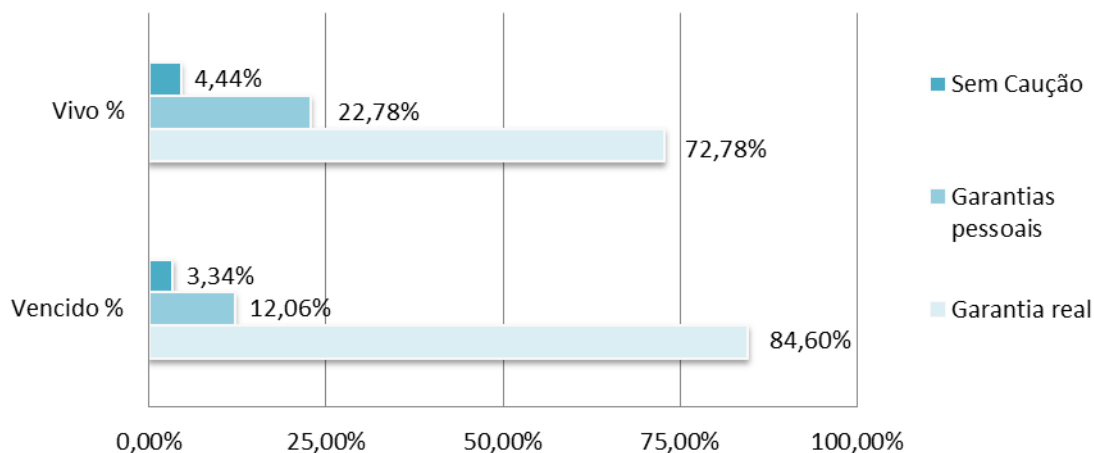
### a) Crédito vincendo/vivo

O crédito vivo total em 2016 fixou-se em 115.407 milhares de euros, dos quais 77,78 por cento encontram-se caucionados por garantias reais (- 0,41 pontos percentuais), 22,78 por cento beneficiaram de garantias pessoais (+ 1,31 pontos percentuais) e 4,44 por cento não estavam suportados por garantias adicionais - sem caução (- 0,19 pontos percentuais), face ao ano de 2015.

### b) Crédito vencido

O total de crédito vencido e não pago, em 2016, fixou-se em 17.162 milhares de euros, encontrando-se caucionados por garantias reais em 84,6 por cento (+ 1,87 pontos percentuais em relação a 2015), 12,06 por cento beneficiaram de garantias pessoais (- 1,58 pontos percentuais em relação a 2015) e 3,34 por cento não têm garantia adicional (- 0,29 pontos percentuais em relação a 2015).

### CRÉDITO VIVO E VENCIDO POR TIPO DE GARANTIA





## 5.3 – Atividade seguradora

### Portugal

Em termos nacionais, a produção de seguro direto<sup>1</sup>, relativa à atividade das empresas de seguros sob a supervisão prudencial da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), apresentou um decréscimo de 14,4 por cento, face a 2015, posicionando-se em cerca de 10,8 mil milhões de euros.

Analisando o mercado segurador por ramos conclui-se que para esta contração foi determinante a quebra verificada no ramo Vida (- 23,3 por cento) enquanto que os ramos Não Vida registaram, pelo terceiro ano consecutivo, uma evolução positiva que se traduziu num aumento de 4,9 por cento.

### CCAML

A CCAM de Leiria está inscrita no Instituto de Seguros de Portugal, com o estatuto de Mediador de Seguros ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação em exclusividade com a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (CA Seguros), relativamente ao exercício da atividade de seguros para todos os Ramos Não Vida, e autorizada, relativamente ao exercício da atividade de seguros para o Ramo Vida, com as seguradoras *Metlife Europe Limited*, e Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A..

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efetua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAML.

Em 2016, não obstante a atividade de seguros da CCAML apresentar desempenhos globais da carteira em números de apólices negativos, apresentou em termos de total de prémios uma variação positiva. Assim, em número de apólices, em relação ao ano de 2015 e contrariamente aos anos anteriores, apresentou um decréscimo de 1.872 apólices (- 17,74 por cento), destacando-se a diminuição das apólices relativas ao seguro do Ramo Vida “Proteção aos Créditos à Habitação” segurados pela companhia Metlife de cerca de 44 por cento e ao seguro do Ramo Não Vida “Proteção do Depositante” de 100 por cento.

Por ramos, apresentou variações negativas, quer no ramo Vida, quer no ramo Não Vida, decrescendo em número 301 e 1.571 apólices, respetivamente.

### SEGUROS - N.º APÓLICES

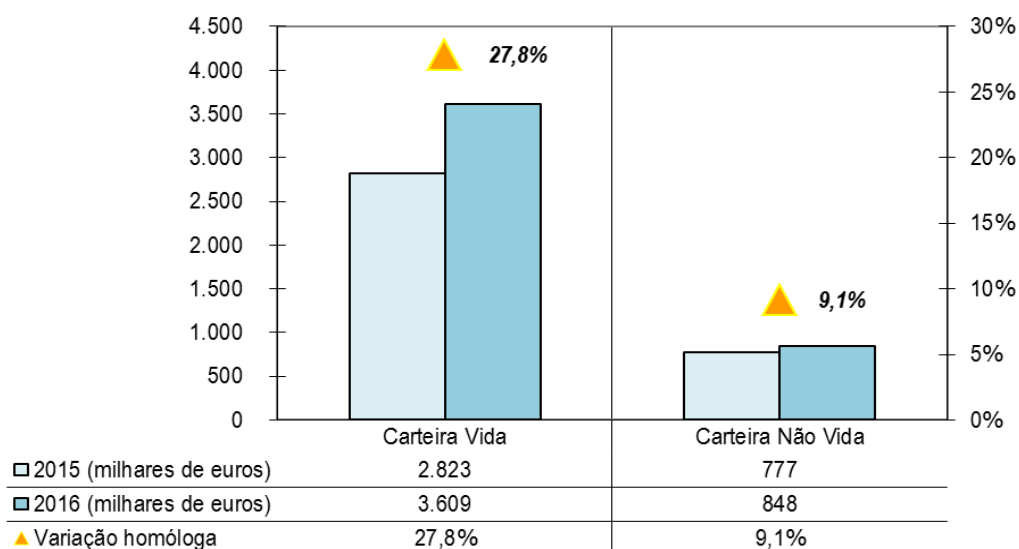
Ramos	2016		2015		Variação	
	Nº apólices	%	Nº apólices	%	Nº apólices	%
Não Vida	5.493	63,26	7.064	66,93	-1.571	-22,24
Vida	3.190	36,74	3.491	33,07	-301	-8,62
Total	8.683	100,00	10.555	100,00	-1.872	-17,74

Em termos de prémios, comparativamente com o ano anterior, em 2016 a variação é positiva em ambos os ramos, Vida (+ 27,83 por cento) e Não Vida (+ 9,20 por cento), conforme se pode visualizar no gráfico seguinte.

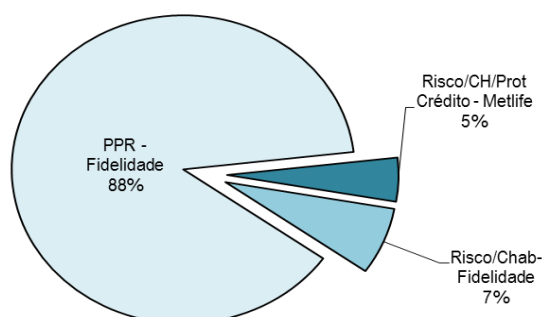
<sup>1</sup> *Seguro direto é o conceito utilizado no sector segurador para significar a receita global das empresas de seguros, proveniente da sua atividade comercial - o termo seguro direto surge por oposição ao resseguro, dito seguro indireto.*



## SEGUROS – PRÉMIOS RECEBIDOS



### Quota Ramo Vida



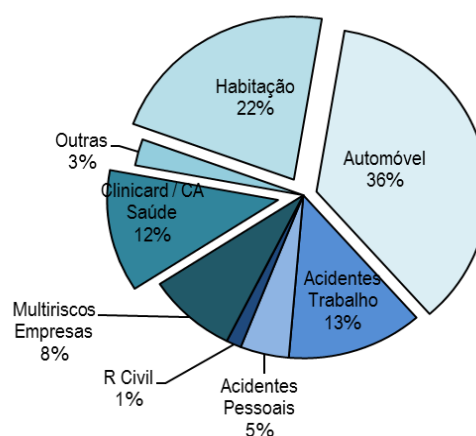
### Distribuição dos produtos do ramo Vida:

No que diz respeito ao ramo Vida, o crescimento verificado ficou a dever-se quase exclusivamente ao produto PPR.

### Distribuição dos produtos do ramo Não Vida:

Relativamente ao ramo Não Vida, foram os produtos Automóvel, Habitação, *Clinicard* e Acidentes de Trabalho, os responsáveis principais pelo resultado obtido, contribuindo, conjuntamente, com mais de 83 por cento do valor total de formação do agregado.

### Quota Ramo Não Vida



## 6. ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

As Atividades financeiras e de investimento registaram um crescimento de 10,74 por cento face a 2015, a que correspondeu um incremento de cerca de 35 milhões de euros. Em 2016, a rubrica que mais contribuiu para a formação deste agregado foi a rubrica Ativos Financeiros Disponíveis para venda, com um peso de 48,7 por cento, como consequência de uma alteração estratégica na política interna adotada e descrita no ponto 3.1.

Para o acréscimo registado, foi determinante o incremento da carteira de títulos (Ativos financeiros disponíveis para venda) em 17,39 por cento, passando a representar 48,70 por cento do total do agregado (45,94 em 2015 e 30,25 em 2014). Passando as rubricas de Investimentos detidos até à maturidade, Aplicações em *OIC* e Caixa e disponibilidades a representar um peso de 25,16; 13,18; e 12,96 por cento, respetivamente.

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda engloba os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital. O montante aplicado em instrumentos de capital não sofreu alterações no exercício, estando fixo em cerca de 1.214 milhares de euros, sendo constituídos por títulos de capital da *SIBS* (99,73 pontos percentuais), da *SWIFT* (0,17 p. p.) e da *Agrimútuo*, FCRL (0,10 p. p.).

### ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	46.799	12,96	17.464	5,36	29.335	167,97
Aplicações em OIC	47.591	13,18	60.091	18,43	-12.500	-20,80
Ativos financeiros disponíveis para venda	175.804	48,70	149.766	45,94	26.038	17,39
Investimentos detidos até à maturidade	90.809	25,16	98.683	30,27	-7.874	-7,98
<b>TOTAL</b>	<b>361.003</b>	<b>100,00</b>	<b>326.004</b>	<b>100,00</b>	<b>34.999</b>	<b>10,74</b>

## ATIVIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTO







## 7. GESTÃO DE RISCOS

O sistema de controlo interno da CCAML integra uma função de gestão de riscos que, conjuntamente com a Auditoria Interna e o *Compliance*, visam assegurar:

- Um desempenho eficiente e rentável da atividade, que assegure a utilização eficaz dos ativos e recursos, uma adequada gestão e controlo dos riscos da atividade, uma prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades, a continuidade do negócio e a própria sobrevivência da instituição;
- A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e processos de controlo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, às regras internas, de conduta e de relacionamento com clientes e associados e as entidades de supervisão.

O Conselho de Administração é responsável pela implementação e manutenção de um sistema de controlo interno adequado e eficaz, no sentido de assegurar que este é adequado quanto à natureza, dimensão e complexidade da sua atividade e se encontra devidamente alinhado com o perfil de risco da CCAML. Para tal, a CCAML integra na sua estrutura unidades com funções específicas de controlo interno (Gabinete de Gestão de Risco e Gabinete de Auditoria Interna e *Compliance*), em conformidade com as determinações do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, que reportam diretamente ao Conselho de Administração.

A função de gestão de riscos, na CCAML, compreende o conjunto de processos que visam assegurar a compreensão da natureza e magnitude dos riscos subjacentes à atividade desenvolvida, identificando, avaliando, acompanhando e controlando todos os riscos materiais a que a Instituição está exposta, por forma a assegurar a implementação de uma estratégia adequada ao cumprimento dos objetivos da CCAML. A gestão de riscos é efetuada de forma centralizada e independente, respeitando o princípio de segregação de funções, entre as áreas de tomada de risco e de gestão de risco. Abrange a avaliação e o controlo dos riscos de crédito, concentração, operacional (incluindo o risco dos sistemas de informação), taxa de juro, liquidez, *compliance* e reputação, visando assegurar o equilíbrio e a sustentabilidade da Instituição no longo prazo.

As estratégias e as políticas que regem a assunção, a gestão, o controlo e a redução dos riscos são da competência do Conselho de Administração. A CCAML tem estabelecidas linhas de reporte internas que visam a cobertura de todos os riscos significativos e suas políticas.

A CCAML procura prosseguir uma estratégia de prudência e contenção perante o risco. A manutenção de níveis de solvabilidade relevantes evidencia uma exposição em ativos de menor risco e uma estratégia de incorporação regular de resultados em reservas, construindo por esforço próprio, uma "almofada financeira" capaz de absorver choques e uma estrutura de auto financiamento que reduz dependências externas. Em dezembro, apresentava um rácio de Fundos Próprios de nível 1 de 39,06 por cento, um rácio de alavancagem de 13,12 por cento e um rácio de cobertura de liquidez superior a 4.000 por cento, indicadores que a distinguem, positivamente, relativamente aos níveis de referência, solicitados pelas entidades de supervisão, para o alcance de solidez e equilíbrio financeiro. A prossecução de um comportamento de prudência perante o risco é apoiado em políticas de fortalecimento contínuo dos mecanismos de controlo interno, que procuram, em permanência, identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, como forma de acautelar o impacto na situação financeira da Instituição.

A CCAML procura desenvolver uma gestão pró-ativa do risco, assente nas seguintes políticas:

- Prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, procedendo a uma análise diligente e seletiva das propostas, apoiando a melhor capacidade financeira ou desempenho económico-financeiro;
- Otimizar os processos de acompanhamento de crédito e recuperação de crédito vencido;
- Consolidar os procedimentos de análise e avaliação de imparidades;
- Gerir pró-ativamente as taxas de juro recorrendo a políticas de mitigação de risco;
- Robustecer os mecanismos de contingência;
- Preservar uma estratégia de redução de limites e desconcentração na gestão das aplicações;
- Preservar os níveis robustos de solvabilidade e liquidez.



No plano operacional, a CCAML assegurou os processos de acompanhamento e reporte relativos aos Fundos Próprios e Requisitos regulamentares de Capital, aos níveis de liquidez, do risco de taxa de juro da carteira bancária, de Crédito em risco, do Relatório com avaliação crítica do processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito, do reporte do Plano de Recuperação e do Relatório do Sistema de Controlo Interno.

No âmbito do processo de avaliação da imparidade da carteira de crédito, o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 30 de dezembro, veio determinar que as instituições devam elaborar as demonstrações financeiras em base individual e em base consolidada de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por regulamento da UE. Estabeleceu, no entanto, um regime transitório, até 31 de dezembro de 2016, no qual a CCAML se inseriu.

Neste sentido, a CCAML, durante o ano de 2016, procedeu ao desenvolvimento dos mecanismos que permitem uma maior sistematização dos procedimentos de mensuração, assim como, do próprio modelo de imparidade da carteira de crédito, visando melhorá-lo no que respeita à análise coletiva, entre outros aspetos, aproximando-o do conceito de *point-in-time* e de uma abordagem segmentada no que respeita ao cálculo dos parâmetros de risco (PD e LGD).

Uma vez que a nova metodologia ainda se encontra numa fase de revisão e retificação, optou-se por manter a divulgação da informação elaborada com base na metodologia anterior por ser mais estável. Assim, a mensuração da imparidade da carteira de crédito relativa ao presente exercício, divulgada no anexo II (Mensuração da Imparidade da carteira de crédito e respetivas divulgações), sendo efetuada em base individual por não estar integrada em nenhum grupo financeiro, não é objeto de relevação contabilística. Ainda de acordo com o previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de fevereiro de 2005, as provisões são calculadas de acordo com as disposições do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de junho de 1995.

Na sequência da implementação da plataforma europeia comum de reporte prudencial, o *Common Reporting (COREP)*, e reporte financeiro, o *Financial Reporting (FINREP)*, que resultam das normas estabelecidas pelo Regulamento (UE) N.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativos aos requisitos de capital, a CCAML prosseguiu com os desenvolvimentos informáticos que permitem a ligação das bases de dados à solução de reporte prudencial adquirida para o efeito, no sentido de conferir uma maior automatização junto do processo de reporte prudencial.

No âmbito do Pilar II, efetuou-se o relatório do Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno ("ICAAP") e do Risco de Concentração. Em cumprimento do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2015, em conformidade com o Artigo 116.º-D do Decreto-Lei n.º 198/92, de 31-12-1992, foi elaborado o Plano de Recuperação da CCAML, com o objetivo de identificar as medidas suscetíveis de serem adotadas para corrigir, oportunamente, eventuais situações de desequilíbrio financeiro, restaurando a viabilidade e solidez financeiras da Instituição, desenvolvendo o planeamento e melhorando a capacidade de reação a situações dessa natureza. Os resultados obtidos, pela realização destes trabalhos, apontam, genericamente, para a solidez da situação financeira da Instituição, face aos riscos e à ocorrência de eventos hipotéticos, de natureza excecional mas plausível, não manifestando a necessidade de reforço dos capitais internos.

No âmbito do Pilar III, foi divulgado o relatório de Disciplina de Mercado (disponível no site em [www.caixacreditoleiria.pt/informacao\\_financeira](http://www.caixacreditoleiria.pt/informacao_financeira)), em complemento das demonstrações financeiras anuais, cumprindo com os critérios técnicos em matéria de transparência e divulgação de informações estabelecidos através do Regulamento (UE) N.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, resultando numa transição entre o que está estabelecido pelo Aviso Banco de Portugal n.º 7/2010 e a parte VIII do referido Regulamento, tendo subjacente uma ótica predominantemente prudencial.

### Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é assegurada, nas diferentes fases do ciclo de financiamento, através de processos e procedimentos específicos estabelecidos em normativo interno, pelas unidades de estrutura com as competências específicas determinadas para o efeito, em cumprimento pelos requisitos legais, visando a minimização e a redução da exposição que pode resultar da não recuperação do capital, juros e comissões, nos prazos e outras condições estabelecidas, nos termos dos contratos de crédito.



A concessão de empréstimos é realizada com base numa apreciação efetuada pelo Serviço de Análise de Crédito, respeitando o princípio de segregação de funções, abrangendo a totalidade de clientes e operações. A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise à existência de indícios de dificuldades financeiras, à capacidade de reembolso de capital e juros e sobre as garantias apresentadas, pelos mutuários e potenciais mutuários. As propostas de crédito obedecem a uma estrutura documental de suporte predefinida e são todas sujeitas a uma análise individual, da qual são emitidos pareceres, com base em elementos de natureza qualitativa e quantitativa. Esta análise é feita no momento da concessão do crédito, periodicamente e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente, ou se identifiquem fatores que sugiram a necessidade de uma reavaliação do risco. É conferida uma atenção acrescida à situação financeira das empresas, valorizando o envolvimento dos detentores de capital e a capacidade de reembolso perante o nível de endividamento. Nos particulares, além da cuidada análise financeira é conferida uma preocupação adicional sobre a análise das garantias apresentadas.

Para o crédito vivo a CCAML mantém uma vigilância constante sobre a evolução, efetuada sobre toda a sua carteira e sobre diferentes contrapartes. No segmento de particulares, prossegue-se uma estratégia de prevenção e acompanhamento de situações de incumprimento, através do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (*PARI*) e de Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (*PERSI*), no sentido assegurar a sistematização dos procedimentos e medidas de acompanhamento da execução dos contratos de crédito, por via da deteção precoce de indícios de incumprimento e da adoção de medidas suscetíveis de prevenir o referido incumprimento (em cumprimento com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 227/2013, de 25 de Outubro). No segmento de pequenas empresas ou empresários em nome individual, é efetuado um acompanhamento regular, por regra, através do acompanhamento do crédito de curto prazo e para as entidades de maior dimensão na carteira, no âmbito do modelo de avaliação de imparidade.

### Metodologia de determinação e cálculo de imparidade sobre a carteira de crédito

Em cumprimento da Instrução n.º 5/2013, relativa à imparidade sobre a carteira de crédito, é efetuada semestralmente uma análise sobre a existência de imparidade, visando assegurar uma valorização adequada da carteira de crédito, que é objeto de avaliação regular por parte dos auditores externos da CCAML, sendo reportada ao Banco de Portugal. O reporte sobre imparidade da carteira de crédito é efetuado em base individual, não sendo objeto de relevação contabilística, por não estar integrada em nenhum grupo financeiro. Conforme determina o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de fevereiro, as provisões são calculadas de acordo com as disposições do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de junho.

A mensuração da Imparidade da carteira de crédito está sujeita a requisitos específicos de divulgação da informação de natureza qualitativa e quantitativa, estabelecidos através da Carta Circular n.º 02/2014/DSP do Banco de Portugal, sendo apresentados num ponto autónomo no capítulo relativo às demonstrações financeiras com o título de Mensuração da Imparidade da carteira de Crédito e Respetivas Divulgações (anexo II):

### Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Crédito

A exposição ao Risco de Crédito, obtida a partir do Método Padrão, estabelecido no Regulamento (UE) N.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, em dezembro de 2015 eleva-se a € 147.933.418. Este valor traduz um crescimento de 15,8 por cento nos requisitos de capital para o Risco de Crédito, em resultado, fundamentalmente, de um crescimento da exposição dos ativos da instituição 6,7%, em particular das posições em Instituições de crédito.

Ao nível do **risco de concentração de crédito**, a CCAML tem adotado uma política de restrição a grandes operações de crédito. Assim, atendendo ao número e ao volume de contratos realizados é possível fazer um acompanhamento próximo das maiores exposições. É efetuada uma avaliação regular às concentrações individuais e setoriais. Nos termos da Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal, é elaborado o Relatório Sobre o Risco de Concentração de Crédito. A posição da carteira da CCAML, nos vários setores de atividade económica, está alinhada com os valores de referência nacionais, sem divergências que representem um acréscimo substancial de risco.



## Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro inerente à atividade financeira, manifesta-se quando ocorre uma variação da taxa de juro perante divergências entre as maturidades de revisão das taxas entre ativos e passivos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o custo financeiro.

Em 2016, as taxas de juro de referência para os empréstimos, situaram-se em níveis historicamente baixos, mantendo a evolução descendente, persistindo, a partir de maio, a existência de valores negativos para os indexantes (*Euribor*). Prosseguiu-se uma política de ajustamento na remuneração dos depósitos, reduzindo as taxas praticadas, em resultado das taxas praticadas no mercado permitindo uma redução nos gastos de financiamento. Esta evolução descendente também ocorreu nas taxas sobre as Obrigações do Tesouro, nomeadamente nas taxas praticadas no mercado secundário.

Para o acompanhamento e controlo deste Risco, é efetuada regularmente uma medição do impacto, na margem financeira e nos fundos próprios, de cenários de variação das taxas de juro sobre os *gaps* (diferencial entre ativos e passivos), obtidos através da agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro, de todos os ativos e passivos sensíveis a estas variações. A realização destas análises permite efetuar uma gestão ponderada das taxas de juro.

Para atenuar uma tendência de expansão dos ativos com prazos de vencimento residual com bandas temporais mais longas, associada à estratégia de aquisição de ativos com liquidez, contabilizados em ativos disponíveis para venda, de forma a assegurar uma gestão de taxas no curto prazo minimizando, desta forma, a exposição a este risco.

## Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez manifesta-se sempre que existe um desfaseamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, em resultado da natureza, volatilidade e maturidade dos mesmos, gerando dificuldades em cumprir com os compromissos assumidos, nas datas acordadas.

Para o seu acompanhamento e controlo é efetuada uma medição mensal, através da análise dos prazos residuais de maturidades dos diferentes ativos e passivos do Balanço, dos elementos que proporcionam e dos que requerem liquidez, tanto do período como acumulados, com o reporte efetuado ao Banco de Portugal no âmbito do *COREP* (*Common Reporting*, estabelecido pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013, de 26 de junho).

A CCAML apresenta uma estrutura de recursos que lhe permite uma gestão das disponibilidades adequada às exigências, considerando os prazos dos ativos e passivos existentes assegurando uma eficiente gestão da tesouraria, de forma a prosseguir com uma política de estabilização dos recursos dos clientes.

Os indicadores de liquidez evidenciam uma estrutura financeira “desalavancada”, apresentando um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo superior a 4.000 por cento (valor significativamente superior aos limites mínimos de 70 por cento, numa fase de transição, de 100 por cento com a implementação total dos novos requisitos) e de cobertura de liquidez a médio prazo superior a 400 por cento.

## Risco Operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de eventos externos. Sendo um risco primordial em qualquer organização, assume particular importância pela complexidade das operações realizadas e pela dependência que gera junto dos clientes, com repercussões ao nível da reputação, assumindo-se como um risco materialmente relevante.

A gestão do risco operacional na CCAML encontra-se integrada no sistema de controlo interno e é transversal a toda a organização, sendo assegurada pela intervenção das seguintes unidades de estrutura e funções com responsabilidades específicas neste processo:



- Departamento de Operações Gerais - Através do desenvolvimento e manutenção das operações gerais;
- Departamento de Informática - Através do desenvolvimento e manutenção dos serviços informáticos de suporte, ao nível dos equipamentos e da estruturação e manutenção dos sistemas de informação;
- Gabinete de Organização Planeamento e Continuidade de Negócio – Através da coordenação de procedimentos e da dinamização do processo de gestão da continuidade de negócio;
- Serviço de Manutenção Higiene e Segurança - Através dos serviços de manutenção e segurança dos edifícios;
- Gabinete de Gestão de Risco – Através da identificação, avaliação e monitorização dos riscos e dinamização de processos de controlo;
- Conselho de Administração e Gabinete de Auditoria Interna na função de controlo interno através da dinamização e acompanhamento de ações de mitigação de risco operacional, de sistemas de informação e *Compliance*.

Em 2016 foram identificadas 262 eventos de risco operacional, mais 52 por cento do que em 2015, com um volume total de perda financeiras efetivas (após recuperação) inferior a € 10.000. Este crescimento resulta do reforço dos mecanismos de identificação de falhas processuais, nomeadamente sobre os procedimentos de controlo de requisitos essenciais na emissão de cheques para depósito nas contas de clientes, embora não se tenha refletido num crescimento, por esta via, do volume de perdas identificadas. O tipo de eventos ocorridos com maior frequência está relacionado com falhas na execução e gestão de processos (74,8 por cento das ocorrências, registando um crescimento de 25,1 pontos percentuais), com um volume total de perdas inferior a € 2.000, seguido de Fraude externa, com 9,2 por cento das ocorrências, com um volume total de perdas inferior a € 8.000, da perturbação das atividades e falhas de sistema, com 8,4 por cento das ocorrências, sem registo de perdas financeiras materiais, e da identificação de deficiências das condições de segurança, associado à comunicação de eventos relacionados com manutenção de edifícios e equipamentos com 4,2 por cento.

Distribuição do tipo de eventos por frequência	2016	2015	VAR P. P.
Execução, entrega e gestão de processos	74,8%	49,7%	25,1
Perturbação das atividades comerciais e falhas do sistema	8,4%	22,6%	-14,2
Fraude Externa	9,2%	18,6%	-9,4
Identificação das deficiências das condições de segurança	4,2%	5,1%	-0,9
Outros	3,4%	4,0%	-0,6

No que respeita ao PCN, no exercício em análise, foram dinamizadas um conjunto de ações previstas no Plano, com o objetivo de preparar a resposta operacional perante eventos suscetíveis de perturbar o normal exercício da atividade, minimizando os seus impactos e eventuais perdas financeiras, numa política de análise, revisão e reforço contínuo dos mecanismos de contingência. Foram realizados um conjunto de testes operacionais, a equipamentos informáticos passivos e a equipamentos não informáticos, previstos no Plano de testes, com o objetivo de praticar os procedimentos de contingência, demonstrar a capacidade de recuperação e identificar oportunidades de melhoria. Foi também assegurada uma análise operacional aos eventos ocorridos, que deram origem a paragens ou falhas operacionais não programadas, com o intuito de preparar e validar as ações necessárias na operacionalização, a nível micro do Plano e de correção das deficiências identificadas.

Em 2016, não ocorreram ocorrências relevantes que tenham causado perdas financeiras significativas ou tempos de paragem substanciais nas atividades. Foram identificados 3 eventos que afetaram pontualmente e de forma não significativa as atividades, com origem em ocorrências não planeadas, relacionados com a operacionalidade de equipamentos informáticos e de comunicações.

Relativamente aos requisitos regulamentares para o Risco Operacional, determinados a partir do Método do Indicador básico, determinados a partir do Regulamento (UE) N.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, em dezembro registou-se um ligeiro crescimento nas necessidades mínimas de capital de 10,7 por cento, relativamente a idêntico período no ano anterior, que resulta essencialmente, da aplicação do modelo que, por influência dos valores mais favoráveis, concorrem para o Indicador Relevante.



## 8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS

### 8.1 – Dimensão

Da análise e interpretação dos indicadores de dimensão, apresentados no quadro seguinte, podemos concluir que a dimensão da CCAML tem vindo a consolidar-se, gradualmente, desde 2014, crescendo o Ativo líquido do balanço, o Ativo líquido médio e o número de Terminais de pagamento automático.

As contas de depósito à ordem ativas registaram um decréscimo de 0,54 por cento, face ao ano de 2015 e de 1,48 por cento face ao ano de 2014. Os Recursos próprios do balanço e os Recursos próprios médios registaram uma contração de 1,96 e 1,09 por cento, respetivamente, mantendo-se, no entanto, inalterado o número de trabalhadores e de Caixas Automáticas.

No exercício em apreço encerrou-se a agência de Vilar dos Prazeres, conforme deliberação de Assembleia Geral, tendo decorrido com normalidade a integração dos respetivos clientes e contas nas agências mais próximas, particularmente, na agência de Ourém.

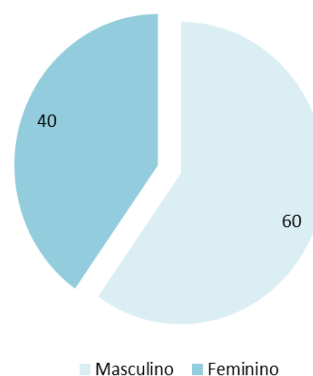
INDICADORES DE DIMENSÃO	Unidade	2016	2015	2014
Ativo líquido do balanço	<i>mil euros</i>	500.507	470.116	440.087
Ativo líquido médio	<i>mil euros</i>	490.299	459.480	429.807
Recursos próprios do balanço	<i>mil euros</i>	73.400	74.869	69.927
Recursos próprios médios	<i>mil euros</i>	73.808	74.624	67.482
Número de trabalhadores	<i>unidades</i>	102	102	102
Agências	<i>unidades</i>	15	16	16
Contas de D.O. ativas	<i>unidades</i>	43.186	43.422	43.833
Caixas Automáticas	<i>unidades</i>	22	22	21
Terminais pagamento automático	<i>unidades</i>	357	334	321

### 8.2 – Recursos humanos

#### 8.2.1 – Quadro de pessoal

Durante o exercício de 2016, o quadro de pessoal da CCAML registou uma saída, colmatada com uma entrada para o mesmo setor (ambos do género masculino), mantendo ao seu serviço o total de 102 colaboradores.

#### DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO (em percentagem)

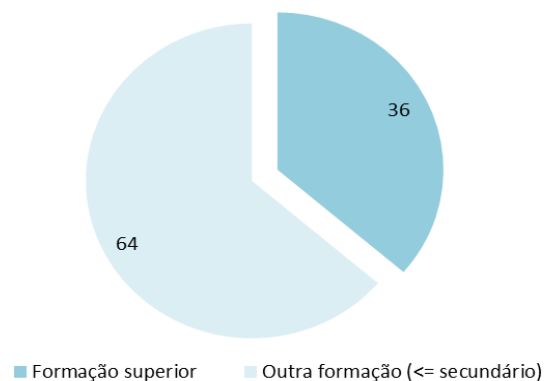




## DISTRIBUIÇÃO POR QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA

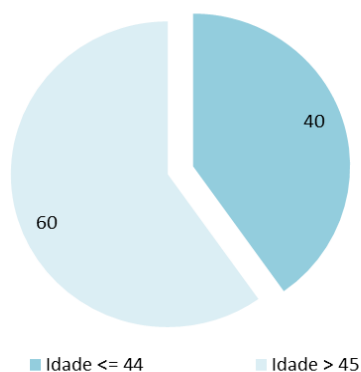
(em percentagem)

O número de colaboradores com habilitações de nível superior, compreendendo colaboradores com bacharelato, licenciatura, mestrado, pós-graduação e doutoramento, não sofreu quaisquer alterações em relação ao ano de 2015.



## DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA

(em percentagem)



Quanto à estrutura etária, em 2016 notou-se um ligeiro acréscimo da percentagem de colaboradores com mais de 45 anos, por força do vencimento de mais um ano.



## 8.2.2 – Formação

O ano de 2016 representou o início de um novo triénio, com um abrandamento natural na carga formativa em relação a 2015, mas relevando-se sempre num plano formativo coerente e consistente face às necessidades dos colaboradores.

Constituindo os colaboradores o pilar estratégico principal da CCAML, continuou o Gabinete de Formação, no ano de 2016, o exercício da sua atividade apresentando como responsabilidades principais o acompanhar da evolução do negócio bancário e o detetar de eventuais necessidades formativas dos colaboradores, tendo sempre em vista o desenvolvimento das suas competências profissionais e pessoais. Em termos globais foram realizadas 45 ações formativas, a que corresponderam mais de 2.100 horas de formação, com uma média de cerca de 21 horas por colaborador.

No ano de 2016 verificou-se um decréscimo do número de ações formativas (- 4,26 por cento) e um acréscimo significativo do número de horas de formação (+ 48,99 por cento).

O plano de formação executado teve em consideração a especificidade das funções e área de negócio de cada colaborador, tanto na formação comportamental como técnica, dando sequência à sua estratégia de valorizar os recursos humanos, acrescentar qualidade ao desempenho pessoal e profissional, aumentar a responsabilidade profissional e desenvolver a cultura de interdependência e respeito, pautada por elevados padrões de ética.

As metodologias utilizadas nas formações variaram entre a formação *e-learning*, a formação presencial e *workshops/seminários/conferências*.

### FORMAÇÃO

Rubricas	2016	2015	(em número)	
			Variação	
			N.º	%
<b>Ações formativas:</b>	<b>45</b>	<b>47</b>	<b>-2</b>	<b>-4,26</b>
- Internas	4	8	-4	-50,00
- Externas	41	39	2	5,13
<b>Horas de formação</b>	<b>923,00</b>	<b>619,50</b>	<b>303,50</b>	<b>48,99</b>
<b>Horas de formação acumuladas dos colaboradores</b>	<b>2.145</b>	<b>6.466</b>	<b>-4.321</b>	<b>-66,83</b>
<b>Investimento em formação (euros)</b>	<b>16.939</b>	<b>43.447</b>	<b>-26.508</b>	<b>-61,01</b>

A formação interna realizada em 2016, resultou de 4 ações de formação levadas a cabo por colaboradores da própria instituição, tendo investido na sua própria formação para poderem posteriormente transmitir o seu conhecimento a todos. Resultando nas seguintes ações:

Ação/Formação INTERNA	Colaboradores envolvidos
Ação Cogen / SAVE / e Partilha – CA Seguros	47
Novas Linhas de Crédito / TPA / Objetivos	24
Dossier Permanente de cliente de crédito	32
Modelo de Risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	6



No ano de 2016, contabilizaram-se cerca de 1.840 horas de formação externa (formação presencial e via e-learning), resultantes das seguintes ações:

Ação/Formação EXTERNA	Colaboradores envolvidos
Orçamento Estado 2016 - OTOC	5
Gestão e Organização de Formação	1
Segurança nos Sistemas <i>Windows</i>	2
Basileia II e CRD / CRR IV DMIF 2ª Diretiva e Regulamento dos Requisitos de Capital	3
FATCA, <i>Common Reporting Standard</i> , Novas Diretiv. da UE e as Leis Anti-Paraísos Fiscais	2
Encerramento de Contas - OTOC	4
Avaliação Financeira de Projetos	1
Débitos Diretos SEPA	1
Transferências a crédito SEPA	1
Auditoria Interna	1
Formação de cálculo e Processamento Salarial	1
Regime de férias, Feriados e Faltas face às alterações do Código do Trabalho	1
Licenciatura em Gestão de Empresas	1
Aula Aberta NERLEI – Gestão da Qualidade	3
Primeiros Socorros	19
Meios de Combate a Incêndios	24
5ª Conferência da Central de Balanços	3
<i>Anti-Money Laundering &amp; Counter-Terrorism Financing, e-learning</i>	25
<i>Masters em Gestão Empresarial</i>	1
CRD IV e CRR IV – Diretiva e Regulamento dos Requisitos de Capital (Basileia III)	21
Imparidades	1
<i>Workshop de Coaching Empresarial</i>	2
Conhecimento da nota Euro	55
Conhecimento da moeda Euro	7
Insolvência de Empresas e Pessoas Singulares	3
<i>Microsoft Excel Avançado</i>	1
Reunião Comercial de Seguros	46
Cálculo e Processamento Salarial – Atualização 2016	1
Técnicas de Avaliação de Imóveis	2
<i>Swift Business Fórum</i>	2
Princípios Fundamentais de Ferramentas SWIFT	1
Sessão de Apresentação e Demonstração do Produto Automóvel na Aplicação SAVE	1
Workshop: Como Fazer a Checklist das Obrigações Laborais	1
Curso de Preparação para o Exame de Acesso à Ordem dos Solicitadores	1
6ª Ação de Divulgação e Partilha de Conhecimentos – Seguros Não Vida	2
Imparidades	1
Encerramento de Contas 2016 - OTOC	5
<i>Corporate Governance &amp; Forencics</i>	1
<i>Workshop: FINREP / COREP</i>	2
Licenciatura em Engenharia Informática	1
Licenciatura em Solicitadoria	1

Para além destas ações, o Gabinete de Formação acompanha os percursos de alguns colaboradores que, por iniciativa própria, estão a frequentar cursos e formações.



## 8.3 – Recursos tecnológicos e informáticos

Os recursos tecnológicos e informáticos são cada vez mais imprescindíveis em qualquer instituição de crédito devido às exigentes e constantes alterações normativas impostas ao setor bancário e à contínua evolução dos níveis de operacionalidade, de segurança e das necessidades dos clientes.

Qualquer manutenção, mudança, transformação ou inovação carecem, quase obrigatoriamente, de um acompanhamento desta área, obrigando a investimentos consideráveis. Em 2016 foram implementadas e adaptadas um conjunto de ações de desenvolvimento das quais destacamos:

### 1. - Implementação de novo *Software* e/ou melhorias na Aplicação Bancária Central devido a novas normas legais de autoridades externas ou devido a necessidades internas da instituição:

- Prestação de serviços de manutenção aplicacional - *Homebanking*;
- Serviço de Desenvolvimento/Atualização de Aplicações;
- Início de auditoria ao Sistema de Informação com vista à sua reorganização.

### - Adaptação dos módulos aplicativos, devido a normas legais/reguladoras:

- *IBAN ONLY* – Preparação e implementação do ficheiro;
- *C2B* Débitos Diretos;
- *SAFT*- Ajustamentos relacionados com o IRC;
- *SEPA DD*;
- *Extratos de conta* – Melhoramentos de aplicativo para envio de extratos em papel e eletrónico;
- Imparidades – Desenvolvimento de módulos aplicativos;
- *MB WAY* – Manutenção do processo de implementação do Serviço *MB WAY*;
- *Terceiros Depositantes* – Desenvolvimento de aplicativo que permite a identificação, conservação e centralização de informações referentes a terceiros depositantes e titulares de transações ocasionais;
- *Empréstimos com juros negativos* – Preparação do sistema informático de forma a permitir a aplicação de empréstimos com juros negativos;
- Envio de reportes (Incumprimento de crédito, Unidades de referência, CRC, COL/COPE, Serviços Mínimos Bancários, TAEG, Crédito Habitação e Offshore);
- Desenvolvimento de novas aplicações de apoio a vários Gabinetes/Departamentos, nomeadamente Operações Gerais, Pessoal, Comercial e Financeiro.

### 2. - Outro *Software* (melhoramentos e/ou novas normas legais de autoridades externas)

- *Homebanking* – Atualização da solução de *homebanking* de Particulares e Empresas;
- *YKiosk* – Atualização de nova versão dos quiosques públicos disponibilizados nas agências;
- *Arquivo de cheques* – Atualização tecnológica da solução de compensação e arquivo ótico de cheques.

### 3. - *Hardware* e Comunicações

- Aquisição de novas *firewalls* para reforço da segurança e proteção de redes;
- Aquisição de novo servidor para *backup* ao Servidor Central da CCL (Passivo);
- Aquisição de novas unidades de *Tape* para seguranças do Sistema Central da Instituição (Ativo e Passivo);
- Aquisição de novos monitores TFT 22" para os serviços centrais;
- Aquisição de nova impressora com opção de digitalização para o Departamento de Operações Gerais;
- Aquisição de nova solução de comunicações.

## 8.4 – Meios de pagamento

A área de prestação de Serviços de Pagamento reforçou a dinâmica de crescimento dos anos anteriores, refletindo uma aceitação por parte dos clientes mais significativa das soluções disponibilizadas, após promoção das mesmas junto das agências.

A emissão de cartões bancários registou um crescimento de 6,71 por cento, no número de cartões ativos, verificando-se um crescimento de 6,41 por cento no número de cartões de débito e de 19 por cento no número de cartões de crédito. O número de cartões de crédito resulta da parceria existente com a Unicre, S.A., através da emissão de cartões Unibanco com a marca da CCAML, representando um volume pouco expressivo na carteira de cartões desta (2,64 por cento) comparativamente a posições existentes no mercado por outras instituições, refletindo claramente uma postura de contenção na dinamização comercial deste tipo de cartões.

Em 2016, mantendo a tendência de crescimento dos últimos anos, os Terminais de Pagamento Automático registaram um crescimento de 6,89 por cento. Enquanto que, os Caixas Automáticos se mantiveram inalterados. Porém, mesmo assim, apresentaram um crescimento de 9,96 por cento no montante total de levantamentos realizados (em resultado, fundamentalmente, da diminuição de Caixas Automáticos proporcionado pelo encerramento de agências de outras Instituições).

O Serviço CCAML *On-Line* mantém e reforça a tendência de expansão de anos anteriores registando um crescimento de 11 por cento no número total de contratos ativos.

### SERVIÇOS DE PAGAMENTO

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>CARTÕES (n.º)</b>	<b>24.462</b>	<b>100,00</b>	<b>22.924</b>	<b>100,00</b>	<b>1.538</b>	<b>6,71</b>
Cartões de débito	23.817	97,36	22.382	97,64	1.435	6,41
Cartões de crédito	645	2,64	542	2,36	103	19,00
<b>CAIXAS AUTOMÁTICOS (n.º)</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
Número de operações (n.º)	1.782.462	-	1.687.588	-	94.874	5,62
Levantamentos (milhões de euros)	63,59	-	57,83	-	5,76	9,96
<b>TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO (TPA):</b>						
Contratos em vigor (n.º)	357	-	334	-	23	6,89
Operações (n.º)	1.293.944	-	1.142.689	-	151.255	13,24
<b>HOME BANKING - SERVIÇO ON-LINE (n.º)</b>	<b>1.306</b>	<b>100,00</b>	<b>1.209</b>	<b>100,00</b>	<b>97</b>	<b>8,02</b>
Particulares - Novos contratos (n.º)	726	55,59	939	77,67	-213	-22,68
Empresas - Novos contratos (n.º)	580	44,41	270	22,33	310	114,81
Total de contratos HB ativos - acumulados	6.671	-	6.010	-	661	11,00



## 9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

### 9.1 – Análise e decomposição dos resultados

O Resultado líquido do exercício após a dedução dos impostos fixou-se em 6.347 milhares de euros, a que correspondeu uma variação significativamente positiva, face ao ano 2015, de cerca de 11 por cento.

O comportamento de cada variável (com impacto positivo ou negativo) influenciou individualmente a formação do agregado Resultado de exploração antes de impostos, tendo-se registado uma variação global significativamente favorável de 933 milhares de euros.

As variáveis que mais contribuíram, de forma favorável, para a formação deste agregado foram os aumentos das rubricas: Margem financeira (+ 1.095 milhares de euros); Outros resultados (+ 262 milhares de euros); e Outros resultados de exploração (+ 88 milhares de euros), e as reduções das rubricas: Provisões para riscos gerais de crédito (- 249 milhares de euros); e gastos de funcionamento (Gastos com pessoal + Gastos Gerais Administrativos) + Amortizações do exercício (- 283 milhares de euros).

Os maiores impactos negativos decorreram, essencialmente, da evolução desfavorável, face ao ano de 2015, das rubricas Provisões para crédito cobrança duvidosa e crédito vencido (+ 779 milhares de euros) e Imparidade de outros ativos (+ 167 milhares de euros).

#### DISCRIMINAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

(milhares de euros)

Impacto positivo		Impacto negativo	
Origem	Valor	Origem	Valor
Margem financeira	1.095	Resultados de serviços e comissões	98
Outros resultados	262	Imparidade de outros ativos	167
Outros resultados de exploração	88	Provisões para crédito cobrança duvidosa e para crédito vencido, líquidas de reposições e anulações	779
Gastos com pessoal	201		
Gastos gerais administrativos	71		
Amortizações do exercício	11		
Provisões para riscos gerais de crédito, líquidas reposições e anulações	249		
<b>TOTAL</b>	<b>1.977</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.044</b>

**Variação = 933**

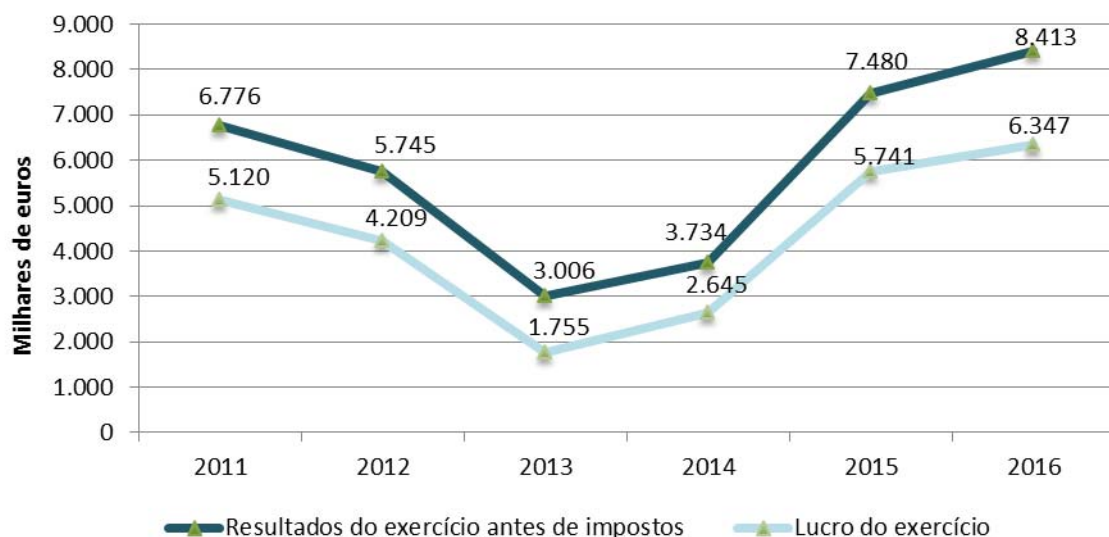
**EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS**

(milhares de euros)

Rubricas	2016	2015	Variação	
			Valor	%
1 Juros e rendimentos similares	14.697	14.890	-193	-1,30
2 Juros e encargos similares	1.745	3.033	-1.288	-42,47
<b>3 MARGEM FINANCEIRA (1-2)</b>	<b>12.952</b>	<b>11.857</b>	<b>1.095</b>	<b>9,23</b>
4 Rendimentos de instrumentos de capital	52	15	37	246,67
5 Rendimentos de serviços e comissões	1.189	1.302	-113	-8,68
6 Encargos com serviços e comissões	276	291	-15	-5,15
7 Resultados ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	0	0	-
8 Resultados ativos financeiros disponíveis para venda	1.589	1.393	196	14,07
9 Resultados de reavaliação cambial	9	10	-1	-10,00
10 Resultados de alienação de outros ativos	65	35	30	85,71
11 Outros resultados de exploração	344	256	88	34,38
<b>12 PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO (3+4+5-6+7+8+9+10+11)</b>	<b>15.924</b>	<b>14.577</b>	<b>1.347</b>	<b>9,24</b>
13 Gastos com o pessoal	4.530	4.731	-201	-4,25
14 Gastos gerais administrativos	1.948	2.019	-71	-3,52
<b>15 GASTOS ADMINISTRATIVOS (13+14)</b>	<b>6.478</b>	<b>6.750</b>	<b>-272</b>	<b>-4,03</b>
<b>16 RESULTADO OPERACIONAL (12-15)</b>	<b>9.446</b>	<b>7.827</b>	<b>1.619</b>	<b>20,68</b>
17 Amortizações do exercício	350	361	-11	-3,05
18 Provisões líquidas de reposições e anulações	-31	218	-249	-114,22
19 Reposição e anulação de provisões	150	-629	779	-123,85
20 Imparidade de outros ativos financeiros, líquidos de reversões e recuperações	0	0	0	-
21 Imparidade de outros ativos, líquidos de reversões e recuperações	564	397	167	42,07
<b>22 RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DE IMPOSTOS (16-17-18-19-20-21)</b>	<b>8.413</b>	<b>7.480</b>	<b>933</b>	<b>12,47</b>
23 Impostos correntes	2.194	1.754	440	25,09
24 Impostos diferidos	-128	-15	-113	753,33
<b>25 LUCRO DO EXERCÍCIO (22-23-24)</b>	<b>6.347</b>	<b>5.741</b>	<b>606</b>	<b>10,56</b>



## RESULTADOS DO EXERCÍCIO



Os juros e rendimentos similares recebidos são formados em grande parte pelos juros recebidos da rubrica Outros ativos financeiros (cerca de 72 por cento) e dos créditos concedidos a clientes (cerca de 24 por cento), enquanto que, os juros e encargos despendidos são formados, essencialmente, pelos juros referentes à remuneração dos recursos dos clientes (absorvendo cerca de 96 por cento).

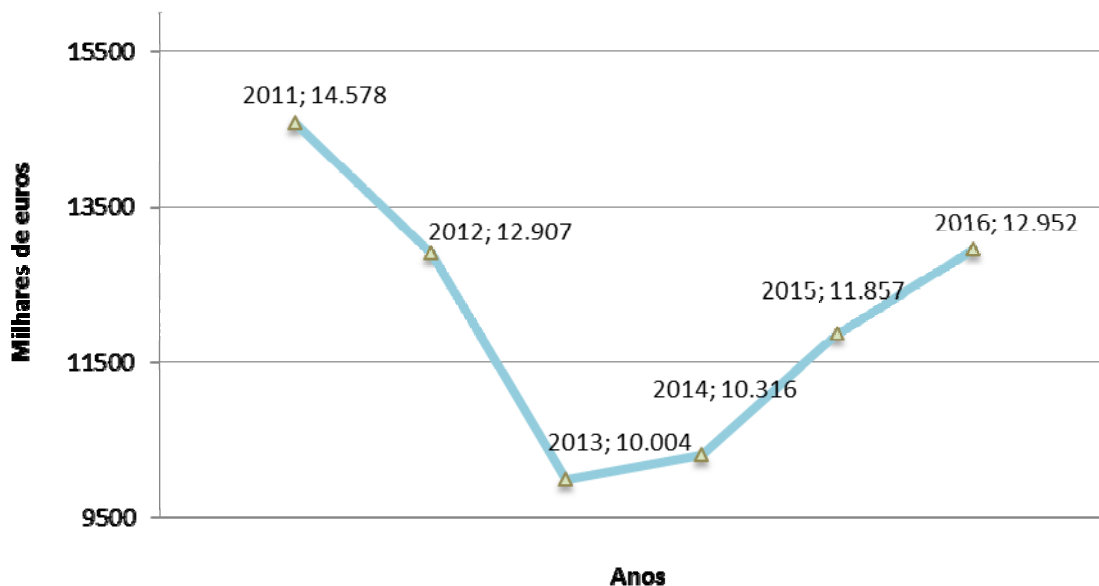
## FORMAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Juros recebidos, das quais:</b>	<b>14.697</b>	<b>100,00</b>	<b>14.890</b>	<b>100,00</b>	<b>-193</b>	<b>-1,30</b>
Aplicações em OIC	326	2,22	1.077	7,24	-751	-69,73
Crédito a clientes	3.499	23,81	3.917	26,30	-418	-10,67
Juros de crédito vencido	236	1,60	245	1,64	-9	-3,67
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros	10.636	72,37	9.651	64,82	985	10,21
<b>Juros pagos, das quais:</b>	<b>1.745</b>	<b>100,00</b>	<b>3.033</b>	<b>100,00</b>	<b>-1.288</b>	<b>-42,47</b>
Recursos de clientes	1.679	96,24	2.722	89,74	-1.043	-38,32
Outros	66	3,76	311	10,26	-245	-78,79
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>12.952</b>	<b>0,00</b>	<b>11.857</b>	<b>0,00</b>	<b>1.095</b>	<b>9,23</b>



## EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA



## FORMAÇÃO DAS COMISSÕES

(milhares de euros)

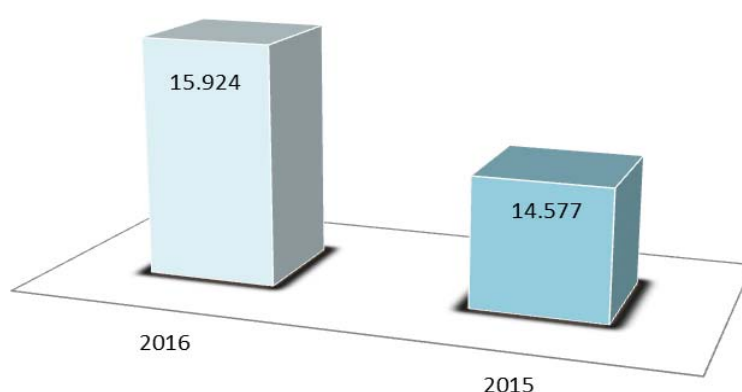
Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Comissões recebidas, das quais:</b>	<b>1.189</b>	<b>100,00</b>	<b>1.302</b>	<b>100,00</b>	<b>-113</b>	<b>-8,68</b>
Por garantias prestadas	44	3,70	64	4,90	-20	-31,25
Por serviços prestados	872	73,36	968	74,34	-96	-9,92
Por operações realizadas por conta de terceiros	271	22,81	268	20,64	3	1,12
Outras comissões	2	0,13	2	0,12	0	0,00
<b>Comissões pagas, das quais:</b>	<b>276</b>	<b>100,00</b>	<b>291</b>	<b>100,00</b>	<b>-15</b>	<b>-5,15</b>
Por serviços bancários de terceiros	261	94,52	284	97,69	-23	-8,10
Outras comissões pagas	15	5,48	7	2,31	8	114,29
<b>COMISSÕES LÍQUIDAS</b>	<b>913</b>	<b>0,00</b>	<b>1.011</b>	<b>0,00</b>	<b>-98</b>	<b>-9,69</b>



## 9.2 – Produto bancário

No ano de 2016, o produto bancário fixou-se em 15,9 milhões de euros, situando-se acima do montante registado no ano anterior, em 14.577 milhares de euros (+ 9,2 por cento), tendo contribuído fortemente para esta variação favorável, o crescimento das rubricas Margem financeira e Outros resultados, nos montantes de 1.095 e 350 milhares de euros respetivamente.

### PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO



Valores em milhares de euros

Apesar dos condicionalismos resultantes da conjuntura económica e financeira instalada nos últimos anos e em particular no exercício em análise, foi possível apurar uma margem financeira de 12.952 milhares de euros, a que correspondeu uma parcela de 81,34 por cento da formação total do produto bancário de exploração, contra 5,73 pontos percentagem referente às comissões líquidas e 12,93 em relação à rubrica Outros resultados.

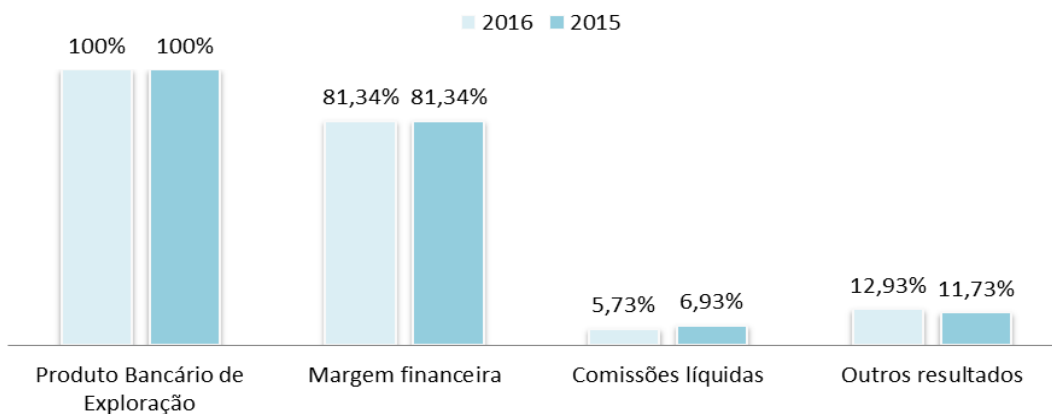
### FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem financeira	12.952	81,34	11.857	81,34	1.095	9,23
Comissões	913	5,73	1.011	6,93	-98	-9,69
Outros resultados	2.059	12,93	1.709	11,73	350	20,48
<b>PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>15.924</b>	<b>100,00</b>	<b>14.577</b>	<b>100,00</b>	<b>1.347</b>	<b>9,24</b>



## FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



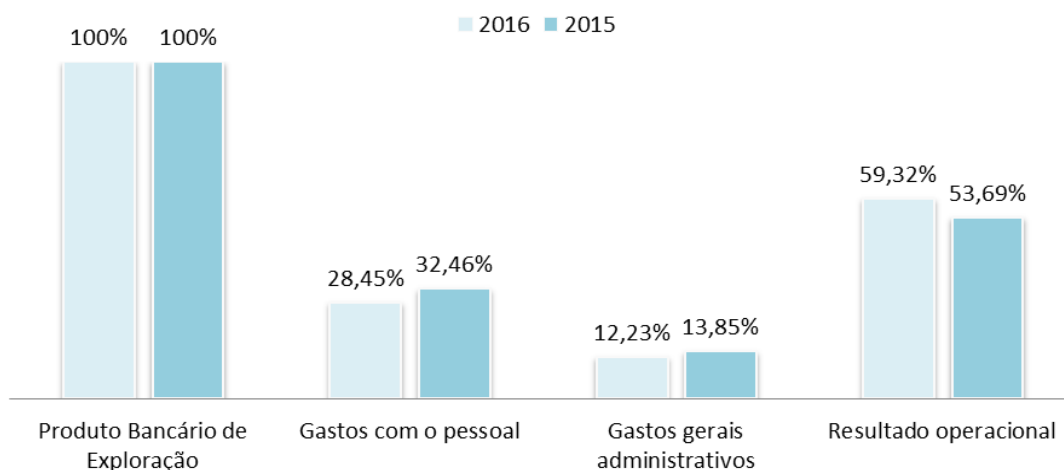
Na perspetiva da aplicação/distribuição do produto bancário, constatou-se que o Resultado operacional continuou a ser a rubrica que absorveu a maior fatia do produto bancário com 59,32 por cento, face aos 53,69 do ano anterior, seguindo-se a rubrica Gastos com pessoal com 28,45 por cento (32,46 em 2015) e, finalmente, a rubrica Gastos gerais administrativos com 12,23 por cento (13,85 em 2015).

## APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

Rubricas	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	4.530	28,45	4.731	32,46
Gastos gerais administrativos	1.948	12,23	2.019	13,85
Resultado operacional	9.446	59,32	7.827	53,69
<b>PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>15.924</b>	<b>100,00</b>	<b>14.577</b>	<b>100,00</b>

## APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO





### 9.3 – Eficiência

Em 2016 o indicador que mede o peso dos gastos de funcionamento no produto bancário - rácio *cost-to-income* - evidenciou uma melhoria expressiva, apresentando o melhor registo desde os últimos cinco anos, registando descidas de 5,91, 15,06 e 20,43 pontos percentuais face aos anos de 2015, 2014 e 2013, respetivamente, fixando-se na percentagem de 42,88 face aos 48,79 por cento, verificados no período homólogo anterior.

Este ganho evidenciado neste indicador traduziu-se numa melhoria da eficiência interna da CCAML resultante em grande parte do contributo determinante do incremento das rubricas Margem financeira e Resultados de comissões e outros e, consequentemente, do aumento do produto bancário de exploração em 1.347 milhares de euros (+ 9,2 por cento face a 2015). Para além deste contributo, o indicador beneficiou ainda da redução de todas as variáveis que compõem os Gastos de funcionamento (num montante total de 283 milhares de euros).

Salienta-se, no entanto que, pese embora se tenha verificado em 2016 um decréscimo na rubrica Gastos com Pessoal, o valor registado no exercício de 2015, apresentou os gastos normais com o pessoal acrescidos de um pagamento único extraordinário relativo ao "Prémio Centenário" atribuído a cada colaborador.

#### CÁLCULO DO RÁCIO DE EFICIÊNCIA TOTAL (*cost-to-income*)

	Unidade	2016	2015
1. Gastos com o pessoal	<i>mil euros</i>	4.530	4.731
2. Gastos gerais administrativos (Fornecimentos e serviços de terceiros)	<i>mil euros</i>	1.948	2.019
3. Amortizações do exercício	<i>mil euros</i>	350	361
4. Gastos de funcionamento (1+2) + Amortizações (3)	<i>mil euros</i>	6.828	7.111
5. Produto bancário	<i>mil euros</i>	15.924	14.577
6. RÁCIO <i>COST-TO-INCOME</i> (4/5)	%	42,88	48,79

#### EFICIÊNCIA RELATIVA

Rácios	2016	2015	(em percentagem)	
			Variação	
			Valor	em %
1. Gastos com pessoal / Produto Bancário	28,45	32,46	-4,01 p.p.	-12,35
2. Gastos gerais administrativos / Produto bancário	12,23	13,85	-1,62 p.p.	-11,70
3. Amortizações do exercício / Produto bancário	2,20	2,48	-0,28 p.p.	-11,29
4. RÁCIO <i>COST-TO-INCOME</i> (1+2+3)	42,88	48,79	-5,91 p.p.	-12,11

(a) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.



## EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA

(milhares de euros)

Contas	2016	2015	Variação	
			Valor	%
<b>1. Gastos com pessoal</b>	<b>4.530</b>	<b>4.731</b>	<b>-201</b>	<b>-4,25</b>
Remuneração de órgãos de gestão e fiscalização	459	400	59	14,75
Remuneração de empregados	3.060	3.296	-236	-7,16
Encargos sociais obrigatórios	942	955	-13	-1,36
Outros custos com pessoal	69	80	-11	-13,75
<b>2. Gastos gerais administrativos (Fornecimentos e serviços de terceiros)</b>	<b>1.948</b>	<b>2.019</b>	<b>-71</b>	<b>-3,52</b>
Fornecimento de terceiros	222	231	-9	-3,90
Rendas e alugueres	15	20	-5	-25,00
Comunicações	191	274	-83	-30,29
Deslocações, estadas e representações	44	58	-14	-24,14
Publicidade e edição de publicações	26	49	-23	-46,94
Conservação e reparação	146	150	-4	-2,67
Transportes	28	23	5	21,74
Formação de pessoal	18	42	-24	-57,14
Seguros	35	34	1	2,94
Serviços especializados	969	921	48	5,21
Outros serviços de terceiros	254	217	37	17,05
<b>3. Amortizações do exercício</b>	<b>350</b>	<b>361</b>	<b>-11</b>	<b>-3,05</b>
Imóveis	234	239	-5	-2,09
Equipamento	116	122	-6	-4,92
Software	0	0	0	-
<b>4. TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA</b>	<b>6.828</b>	<b>7.111</b>	<b>-283</b>	<b>-3,98</b>
<b>5. PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>15.924</b>	<b>14.577</b>	<b>1.347</b>	<b>9,24</b>
Margem financeira	12.952	11.857	1.095	9,23
Resultado de comissões e de outros	2.972	2.720	252	9,26
<b>6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)</b>	<b>42,88%</b>	<b>48,79%</b>	<b>-5,91 p.p.</b>	<b>-12,11</b>

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO/PRODUTIVIDADE	Unidade	2016	2015
Ativo líquido / N.º de trabalhadores	mil euros	4.907	4.609
Custos administrativos / Ativo líquido	%	1,29%	1,44%
Depósitos / N.º trabalhadores	mil euros	4.054	3.731
Gastos com pessoal / Recursos alheios	%	1,10%	1,24%
Produto bancário exploração / N.º trabalhadores	mil euros	156	143
Volume de negócios / N.º trabalhadores	mil euros	8.893	8.288
Total de trabalhadores / N.º balcões	em n.º	6,80	6,38

Os indicadores que avaliam a eficiência da CCAML registaram em 2016 valores satisfatórios e tendencialmente favoráveis, conforme se comprova pela análise deste quadro, destacando-se, face ao ano de 2015, o aumento do volume de negócios por trabalhador fixando-se nos 8.893 milhares de euros (+ 7,3 por cento); o crescimento do ativo líquido por colaborador em 298 milhares de euros, fixando-se nos 4.907 milhares de euros (+ 6,5 por cento); e o acréscimo dos depósitos por colaborador de 323 milhares de euros (+ 8,7 por cento).

## 9.4 – Rendibilidade

Em 2016, os índices de rendibilidade alcançados pela CCAML relevados na globalidade dos indicadores, fixaram-se acima dos valores obtidos nos últimos três anos (2013-2015). Apreciados os resultados alcançados, face ao ano de 2015, evidenciamos, pela positiva, a Margem de Lucro que se fixou nos 32,2 por cento (+ 3 pontos percentuais); a Rendibilidade do Ativo (ROA) que se cifrou em 1,29 por cento face aos 1,25 por cento do ano anterior; a Rendibilidade do Capital (ROE) que sofreu um aumento fixando-se em 8,6 por cento (+ 0,9 pontos percentuais); e o peso dos Resultados Antes de Impostos em relação aos Capitais Próprios Médios que se fixou em 11,4 por cento (face aos 10 por cento alcançados em 2015).

INDICADORES DE RENDIBILIDADE	Unidade	2016	2015
A. Margem de lucro (ml) = Resultados do exercício / Proveitos totais	%	32,22%	29,22%
B. Rendimento dos ativos (ra) = Proveitos totais / Ativo líquido médio	%	4,02%	4,28%
C. Rendibilidade do ativo líquido (ROA) = (ml) x (ra)	%	1,29%	1,25%
D. Relação Ativo líquido médio / Capitais próprios médios	n.º	6,64	6,16
E. Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) = C x D	%	8,60%	7,69%
F. Resultados antes impostos / Ativo líquido médio	%	1,72%	1,63%
G. Produto bancário / Ativo líquido médio	%	3,25%	3,17%
H. Resultados antes impostos / Capitais próprios médios	%	11,40%	10,02%

(1) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

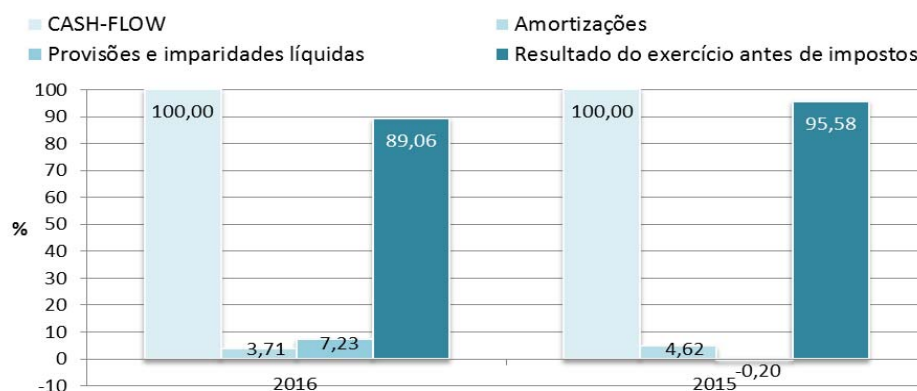
O *cash-flow* fixou-se em 9.446 milhares de euros, correspondente a um acréscimo, face a 2015, de 1.620 milhares de euros (+ 20,70 por cento), devendo-se essencialmente ao crescimento registado no Resultado do exercício antes de impostos em cerca de 933 milhares de euros (+ 12,47 por cento).

### ESTRUTURA DO CASH-FLOW

Rubricas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortizações	350	3,71	361	4,62	-11	-3,05
Provisões e imparidades líquidas	683	7,23	-15	-0,20	698	-6.653,33
Resultado do exercício antes de impostos	8.413	89,06	7.480	95,58	933	12,47
<b>CASH-FLOW</b>	<b>9.446</b>	<b>100,00</b>	<b>7.826</b>	<b>100,00</b>	<b>1.620</b>	<b>20,70</b>

(milhares de euros)

### CASH-FLOW





## 10. INDICADORES PRUDENCIAIS

Na sequência da publicação, em 26 de junho de 2013, da regulamentação europeia relativa ao novo regime prudencial para o setor bancário, referenciado como - Basileia III -, foram criadas novas regras estabelecidas pelo Regulamento da UE n.º 575/2013 (*Capital Requirements Regulation – CRD IV/CRR*) e pela Diretiva 2013/36/UE (*Capital Requirements Directive IV*).

No Regulamento e na Diretiva nomeados foram estabelecidas novas regras aplicáveis aos requisitos de fundos próprios e aos fundos próprios a observar pelas instituições de crédito e empresas de investimento. Os fundos próprios passam a ser constituídos pelos seus fundos próprios de nível 1 (que consistem na soma dos fundos próprios principais de nível 1 com os fundos próprios adicionais de nível 1) e pelos seus fundos próprios de nível 2.

Nesse seguimento, o Banco de Portugal publicou o Aviso 6/2013 que regulamenta o regime transitório previsto no Regulamento n.º 575/2013 em matéria de fundos próprios e estabeleceu medidas destinadas à preservação desses fundos.

Assim, no final de 2016, os rácios dos fundos próprios principais de nível 1, dos fundos próprios de nível 1 e dos fundos próprios totais, fixaram-se individualmente em cerca de 39 por cento, face aos cerca de 32 e 36 por cento registados, respetivamente, em 2015 e 2014. Estes indicadores alcançados continuam assim muito acima dos requisitos mínimos impostos no referido Regulamento de 4,5; 6 e 8 por cento respetivamente.

Rácios (Ratios)	2016	2015	(em percentagem)	
			Variação	
			Valor	%
<b>Adequação Capital (Capital Adequacy):</b>				
Fundos próprios principais nível 1 (Common Equity Tier 1 Capital ratio)	39,06	32,40	6,66	20,56
Fundos próprios nível 1 (Tier 1 Capital ratio)	39,06	32,40	6,66	20,56
Fundos próprios totais (Total capital ratio)	39,39	32,62	6,77	20,75
<b>Alavancagem (Leverage):</b>				
Alavancagem - utilizando uma definição totalmente implementada dos fundos próprios de nível 1 ( <i>Leverage - using a fully phased in definition of Tier 1</i> )	12,53	14,48	-1,95	-13,47
Alavancagem - utilizando uma definição de transição dos fundos próprios de nível 1 ( <i>Leverage - using a transitional definition of Tier 1</i> )	13,12	14,11	-0,99	-7,02

Contrariamente ao crescimento registado em 2015, no ano em análise, observou-se uma redução do rácio do crédito sobre os depósitos de 4,15 pontos percentuais, passando dos 32,72 por cento, em 2015, para os 28,57 por cento, em 2016. Este decréscimo justifica-se em grande parte pela dificuldade existente em fazer inverter os registos de decréscimo do crédito concedido líquido (cerca de 6 milhões de euros), face aos crescimentos sucessivos verificados na rubrica Recursos de Clientes (que apresentaram em 2016 um crescimento de cerca de 33 milhões de euros).

## RÁCIO DE CRÉDITO SOBRE DEPÓSITOS

Rubricas	2016	2015	(milhares de euros)	
			Variação	
			Valor	%
A. Crédito total bruto	132.568	138.795	-6.227	-4,49
B. Provisões / Imparidade acumulada para crédito	14.441	14.291	150	1,05
<b>C. Crédito total líquido (A-B)</b>	<b>118.127</b>	<b>124.504</b>	<b>-6.377</b>	<b>-5,12</b>
D. Depósitos de clientes	413.476	380.558	32.918	8,65
<b>E. Rácio de crédito sobre os depósitos (C/D)</b>	<b>28,57</b>	<b>32,72</b>	<b>-4,15</b>	<b>-12,68</b>

## 11. ÁREA SOCIAL

No final do exercício o número de associados da CCAML elevava-se a 12.154 associados, registando o seguinte movimento:

Sócios em 31 de dezembro de 2015 .....	12 228
Sócios admitidos no ano de 2016 .....	23
	<hr/>
	12 251
Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2016 .....	28
Sócios falecidos e excluídos no ano de 2016	69
	<hr/>
Sócios existentes em 31 de dezembro de 2016 .....	12 154





## 12. RELAÇÃO COM CLIENTES – GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Na CCAML todas as reclamações recebidas, seja qual for o meio utilizado para a sua apresentação, são sempre encaradas como uma oportunidade de melhoria contínua da qualidade dos serviços disponibilizados pela instituição.

O tratamento e a resposta ao reclamante e/ou ao órgão regulador (Banco de Portugal, quando aplicável), das reclamações recebidas de clientes em geral, dos sócios em particular ou dos utilizadores dos demais serviços disponibilizados pela Caixa, independentemente do meio utilizado para o fazer, são da responsabilidade do Gabinete de *Compliance* da CCAM de Leiria.

Em 2016, registaram-se na CCAML mais três reclamações do que no ano anterior, a que corresponde um crescimento de cerca de 8 por cento, fixando-se em 41, face às 38 recebidas em 2015. Todavia, apesar deste acréscimo verificado em termos globais, na sua maioria, ou seja, 88 por cento são reclamações relacionadas com movimentos na conta à ordem e transações com cartões em Caixas Automáticas.

Das 41 reclamações recebidas em 2016, 33 foram enviadas diretamente para a Caixa de Crédito de Leiria (por email e/ou carta), 6 foram enviadas diretamente para o Banco de Portugal e 2 foram redigidas no competente Livro.

De todas as reclamações recebidas em 2016, 40 já se encontram sanadas (trinta e nove por ausência de indícios de infração e uma por ser fora das competências do Banco de Portugal), no entanto, há uma reclamação que ainda não foi encerrada, encontrando-se ainda a decorrer os prazos previstos para averiguações junto das entidades competentes. Esta reclamação continuará a ser monitorizada e acompanhada pelo Gabinete de *Compliance* até à sua total sanção.

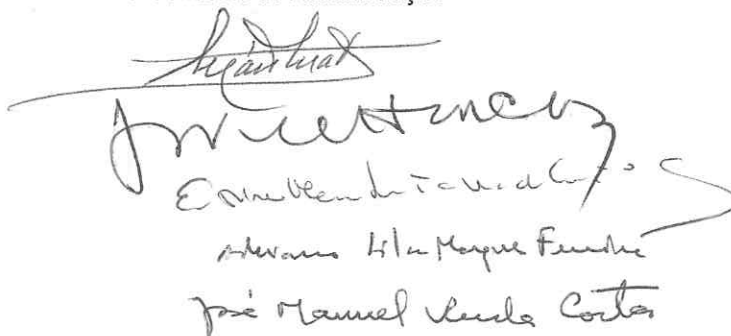
Tal como no ano anterior, os assuntos mais visados em matéria de reclamações foram os cartões e as contas de depósito com o registo de 28 e 8 casos, respetivamente.

### Nota final:

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 9 de março de 2017

O Conselho de Administração



Manuel Almeida Costa





## CAPÍTULO II - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia-Geral, para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2016, no montante 6.347.214,98 euros, a seguinte **distribuição**:

	(em euros)
▪ Cobertura de resultados transitados negativos (derivados de ajustamentos pela aplicação das NCA's) .....	72.922,06
▪ Reserva legal .....	1.300.000,00
▪ Reserva especial .....	4.965.292,92
▪ Reserva para educação e formação cooperativa .....	8.000,00
▪ Reserva para mutualismo .....	1.000,00

Se esta **proposta de distribuição dos excedentes líquidos** merecer a aprovação da Assembleia-Geral, a **situação líquida** da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passará a **discriminar-se** assim:

Capital Social .....	41.059.585,00
Reservas .....	32.340.045,40
Reserva legal .....	27.000.000,00
Reserva para educação e formação Cooperativa .....	30.000,00
Reserva para mutualismo .....	30.000,00
Reserva especial por lucros retidos e reinvestidos .....	2.000.000,00
Reservas resultantes da valorização ao justo valor .....	- 2.445.784,78
Reserva de reavaliação legais .....	562.312,64
Outras reservas de reavaliação .....	180.089,00
Reserva especial .....	4.983.428,54
<b>Situação líquida .....</b>	<b>73.399.630,40</b>

**Nota:** Os resultados transitados negativos, no montante de 72.922,06 euros devem-se, fundamentalmente, ao reconhecimento de parte dos impactos da transição para as NCA's, decorrentes da adoção da IAS 19, referentes ao Fundo de Pensões e Encargos com o SAMS.

Leiria, 9 de março de 2017

O Conselho de Administração

Adriano Almeida Marques Figueira  
 José Manuel Vieira Costa



## CAPÍTULO III – ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria CRL. (CCAML) é uma instituição de crédito, sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada, que rege a sua atividade de acordo com o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, tendo como âmbito territorial os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

Para além das disposições legais, estatutárias e das normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, todas as atividades desenvolvidas pela CCAML regem-se, também, pelo cumprimento das deliberações dos órgãos associativos e das normas internas.

O Normativo Interno é divulgado a todos os colaboradores através de um portal interno (*intranet*), estruturado por temas do qual fazem parte integrante o Código de Conduta e o Plano de Continuidade de Negócio.

A informação financeira e prudencial, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, assim como informação de caráter Institucional, são divulgadas no sítio da Internet [www.caixacreditoleiria.pt](http://www.caixacreditoleiria.pt).

O modelo de governação da CCAML é composto pela Assembleia Geral, dirigida pela sua Mesa, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, que exercem funções com uma duração de mandato de três anos. O modelo prevê, ainda, a existência de um órgão com funções, predominantemente, consultivas, denominado de Conselho Consultivo e do Revisor Oficial de Contas.

### 1. ASSEMBLEIA GERAL

Conforme definido nos estatutos, compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger, suspender e destituir os titulares dos cargos sociais;
- b) Votar a proposta de plano de atividades e de orçamento da Caixa Agrícola para o exercício seguinte;
- c) Votar o relatório, o balanço e as contas do exercício anterior;
- d) Aprovar a fusão, a cisão e a dissolução da Caixa Agrícola;
- e) Aprovar a associação e a exoneração da Caixa Agrícola de organismos cooperativos de grau superior;
- f) Fixar a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Caixa Agrícola;
- g) Decidir do exercício do direito de ação cível ou penal contra Administradores, gerentes, outros mandatários ou membros do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo ou da Mesa da Assembleia Geral;
- h) Decidir da alteração dos Estatutos.

Os membros da mesa da Assembleia Geral, à semelhança dos restantes membros dos órgãos sociais, são eleitos trienalmente em Assembleia Geral. As reuniões da Assembleia Geral são dirigidas pelo Presidente da Mesa, a qual é composta, para além do Presidente, por um Vice-Presidente, um Secretário e um Secretário Suplente:

**Presidente:** Guilherme Alves da Silva

**Vice-Presidente:** Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa

**Secretário:** Adelino de Sousa

**Secretário Suplente:** Mário José Santos Carreira

### 2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sem prejuízo do mais previsto nas leis e nos estatutos, compete ao Conselho de Administração:

- a) Administrar e representar a Caixa Agrícola;



- b) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, uma proposta de plano de atividades e de orçamento para o exercício seguinte;
- c) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, o relatório e as contas relativas ao exercício anterior;
- d) Adotar as medidas necessárias à garantia da solvabilidade e liquidez da Caixa Agrícola;
- e) Decidir das operações de crédito da Caixa Agrícola;
- f) Fiscalizar a aplicação dos capitais mutuados;
- g) Promover a cobrança coerciva dos créditos da Caixa Agrícola, vencidos e não pagos;
- h) Organizar, dirigir e disciplinar os serviços.

A Administração da CCAML é exercida pelo Conselho de Administração, eleita trienalmente em Assembleia Geral, com mandato de 2016 a 2018, é constituída por cinco administradores, eleitos para os cargos de Presidente, Vice-presidente e três Vogais:

**Presidente:** Mário Ferreira Matias

**Vice-Presidente:** Jorge Manuel Pereira Cova

**Vogal:** Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos

**Vogal:** Adriano Silva Marques Ferreira

**Vogal:** José Manuel Varela Costa

**Suplente:** José António Monteiro Rocha

### 3. CONSELHO FISCAL

Sem prejuízo do disposto na lei e nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal:

- a) Acompanhar assiduamente a ação do Conselho de Administração, colaborando com ela quando para tanto for solicitado;
- b) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e documentação da Caixa Agrícola, verificando a existência de valores de qualquer natureza;
- c) Emitir pareceres sobre o relatório e contas da Caixa Agrícola e sobre a proposta de Plano de Atividades e de Orçamento;
- d) Zelar pela correta aplicação das regras legais e estatutárias e das deliberações da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, enquanto órgão fiscalizador, é composto por três membros efetivos e dois suplentes. Dos membros efetivos, um assume a função de Presidente e os restantes de vogais:

**Presidente:** Oliveira de Jesus Soares

**Vogal:** António José de Almeida Sequeira

**Vogal:** Luís Heleno Cardoso

**Suplente:** Maria Rafaela de Jesus Lopes da Silva e Sá

**Suplente:** Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança



## 4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

### 4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL (CCAML) é estabelecida para cumprimento do estabelecido no artigo 115.º-C do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras – RGICSF), do ponto 24 do anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril, do artigo n.º 2 da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, sendo divulgada e submetida à aprovação da Assembleia Geral da CCAML.

A Política de Remuneração resulta da proposta do Conselho de Administração para o triénio de 2016-2018, aprovada por unanimidade em Assembleia-Geral realizada no dia 15 de dezembro de 2016, onde consta a composição discriminada das remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização.

A política de remuneração resulta da proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia-Geral, **respeitante ao mandato cessante**, onde consta a composição discriminada das remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL é apresentada no Anexo I à Estrutura de Governação.

### 4.2 - Análise sobre a Política de Remuneração

Em cumprimento do disposto na alínea d) do ponto 24 do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de julho, é apresentado em anexo (Anexo II - Relatório de avaliação à política de remuneração de 2016), uma análise sobre a Política de Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, elaborado pelo Conselho Fiscal.

### 4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais

Relativamente aos deveres de informação quantitativa sobre a Política de Remunerações, o quadro abaixo apresenta o valor discriminado, dos órgãos de administração e fiscalização, do montante anual bruto das remunerações auferidas.

#### INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2016

Órgãos Sociais	Cargo	Remuneração	Nota
<b>Conselho de Administração</b>	<b>Total</b>	<b>€ 399.000,00</b>	
- Mário Ferreira Matias	Presidente	€ 82.500,00	
- Jorge Manuel Pereira Cova	Vice-Presidente	€ 82.500,00	
- Ernestina Maria Lourenço Tavares dos Santos	Vogal	€ 78.000,00	
- Adriano da Silva Marques Ferreira	Vogal	€ 78.000,00	
- José Manuel Varela Costa	Vogal	€ 78.000,00	
<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>	<b>€ 50.700,00</b>	
- Oliveira de Jesus Soares	Presidente	€ 11.700,00	
- António José Almeida Sequeira	Vogal	€ 31.200,00	(1)
- Luís Heleno Cardoso	Vogal	€ 7.800,00	

Nota 1: A remuneração do Membro Vogal do Conselho Fiscal, António José Almeida Sequeira, foi superior à do outro Vogal, pois, a sua remuneração consiste na função base de Vogal acrescida ainda de uma remuneração extraordinária correspondente à função atribuída por designação pelo Conselho Fiscal para assistir às reuniões do Conselho de Administração e acompanhar toda a atividade da Instituição.



Em 2016, não se registaram alterações na composição dos órgãos sociais, nem se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.

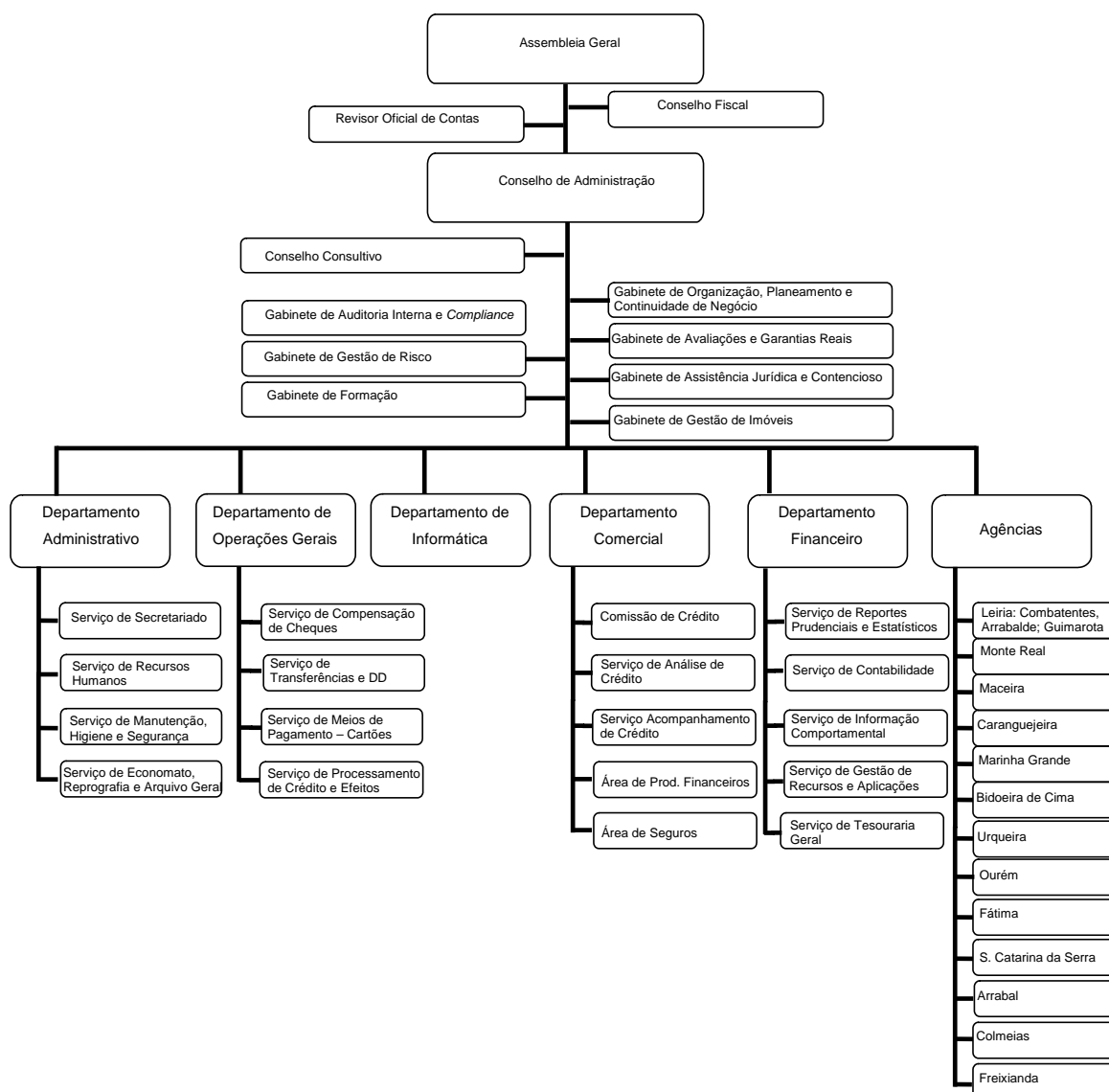
Os colaboradores que exercem em exclusivo as funções de controlo auferiram, conjuntamente, em 2016, € 69.831,24€ (face aos 73.021,71 auferidos em 2015).

O total de honorários faturados durante o exercício de 2016 pela sociedade de revisores oficiais de contas, foi de € 33.500,00 (valor sem o IVA Incluído), dos quais € 29.000,00 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de € 4.500,00, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade (especificamente para cumprimento da Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal, relativo ao serviço de Auditoria externa para o Modelo de imparidade da carteira de crédito).

## 5. ORGANOGRAMA

O modelo organizativo, a repartição de funções e de responsabilidades entre as diferentes unidades de estrutura é da responsabilidade do Conselho de Administração, o qual define o modelo de estrutura organizacional e a repartição de funções entre as diversas unidades.

O organograma da CCAML tem a seguinte configuração:







## 6. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir:

- a) Um desempenho eficiente e rendível da atividade, no médio e longo prazo;
- b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva;
- c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Para assegurar uma adequada gestão do sistema de controlo interno, estão implementadas as funções de Gestão de Riscos, de *Compliance* e de Auditoria Interna, com competências específicas e transversais para que, em conjunto e em articulação com toda a estrutura, possam desenvolver as atividades conducentes à existência de um ambiente de controlo, sistema de gestão de riscos, sistema de informação e comunicação e um processo de monitorização, adequados às necessidades da Instituição e nos termos das normas regulamentares estabelecidas pelo Banco de Portugal.

## 7. REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITORIA EXTERNA

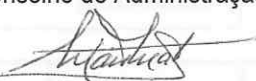
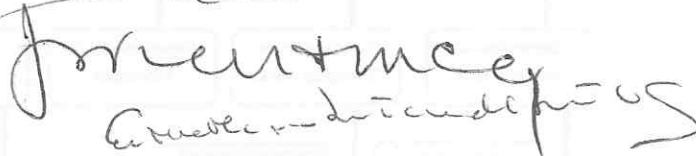
O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

A sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda. é o Auditor Externo responsável pelos serviços de Auditoria e Revisão Oficial de Contas da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria.

O revisor oficial de contas tem, especialmente, o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas, nos termos previstos na lei, à análise aos mapas prudenciais e à emissão de parecer sobre o sistema de controlo interno.

Leiria, 9 de março de 2017

O Conselho de Administração

  
  
António Luís Marques Figueira  
José Manuel Silva Costa





## ANEXO I - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL.

### **I. Introdução**

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL. (CCAML) é estabelecida para cumprimento do estabelecido no artigo 115.º-C do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras – RGICSF), do ponto 24 do anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril, do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, sendo submetida à aprovação da Assembleia Geral da CCAML.

As Instituições de Crédito devem dispor de “políticas e práticas de remuneração que promovam e sejam coerentes com uma gestão sã e prudente dos riscos” (alínea i) do artigo 14.º do RGICSF). A Política de Remuneração deve ser compatível com a estratégia empresarial da instituição de crédito, com os seus objetivos, valores, e interesses de longo prazo da Instituição e não deve incentivar a assunção de riscos superiores ao nível de risco tolerado pela Instituição de Crédito.

### **II. Princípios Gerais**

Em cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Política de Remuneração é estabelecida de forma a reproduzir uma adequada proporcionalidade, perante a dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da atividade desenvolvida, à natureza e magnitude dos riscos assumidos ou a assumir e ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecidos na Instituição.

A Política de Remuneração tem presente a natureza jurídica de cooperativa da Instituição, não orientada para o lucro, o nível e complexidade de atividades autorizadas, as restrições de natureza geográfica e de dimensão, a natureza dos ativos e os níveis de capital. Procura seguir os princípios e os valores cooperativos, associados à sua génese, atender à natureza local ou regional, garantir que a estrutura de remuneração não incentive a assunção excessiva aos riscos, evitar potenciais conflitos de interesses e ser coerente com os objetivos a longo prazo, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e de proteção de interesses dos clientes e dos associados.

Em conformidade com o Artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, atendendo ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecidos, a Política de Remuneração regulamenta os princípios e as regras que regem a remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização e dos colaboradores que exercem funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.

Relativamente aos demais colaboradores, atendendo ao grau de centralização e delegação de poderes, entende-se que, o exercício das suas funções não tem impacto material no perfil de risco da Instituição, não se considerando aplicável, o que diretamente diz respeito à Avaliação.

### **III. Processo de tomada de decisão utilizado**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia Geral, nos termos dos estatutos, através de uma Proposta de Remunerações apresentada pelo Conselho de Administração, não havendo recurso, nesta matéria, a consultores externos, nem à existência de uma Comissão de Remunerações, por não se considerar adequado face as características da Instituição, nomeadamente a dimensão, organização interna e natureza das atividades exercidas. São realizadas duas reuniões ordinárias por ano, sendo que em uma delas é apreciado o desempenho da Administração, considerando a sua relação com a declaração da Política de Remuneração.



A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no âmbito de um contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas, com base nos preços praticados no mercado, e aprovada em Assembleia Geral. O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

A Política de Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo, nomeadamente, Auditoria Interna, Compliance e Gestão de Riscos assenta na sua componente fixa, garantindo a independência em relação ao desempenho financeiro das áreas de negócio onde exerce o controlo.

## **IV. Relação entre remuneração e o desempenho**

O desempenho do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é apreciado regularmente (pelo menos uma vez por ano) em sede de Assembleia Geral, não podendo estes manter-se em funções contra a vontade expressa dos associados, considerando, para tal, a informação divulgada e analisada pelos órgãos de fiscalização, sobre o desempenho económico e financeiro da Instituição, a informação prudencial sobre os riscos, a avaliação efetuada, pelo Conselho Fiscal, sobre a Política de Remuneração, o cumprimento das normas aplicáveis e a atuação da Instituição ao nível da responsabilidade social e económica, nas comunidades onde se insere, assim como, da sustentabilidade da cooperativa.

A aplicação da política de remuneração é sujeita, pelo menos, uma vez por ano, a uma análise interna centralizada e independente, efetuada pelo Conselho Fiscal e com a participação de forma ativa das unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo (Gabinete de Auditoria Interna e Compliance e Gabinete de Gestão de Risco), visando verificar a implementação das políticas e procedimentos de remuneração adotados para os órgãos de administração e de fiscalização, da qual é elaborado um relatório com os resultados dessa avaliação, para apresentação à Assembleia Geral.

A Política de Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo é estabelecida pelo Conselho de Administração. A avaliação do desempenho individual é efetuada pelo Conselho de Administração, baseada nos objetivos específicos relacionados com as funções exercidas, nomeadamente pelo cumprimento dos planos de atividades e de desenvolvimentos das funções traçados, independentemente do desempenho das áreas sob controlo.

## **V. Características estruturais mais importantes do sistema de remuneração**

### **Remuneração do Conselho de Administração**

A Política de Remuneração procura ajustar-se às características particulares da Instituição e garantir uma prática consentânea com uma gestão de risco que não incentive uma assunção excessiva e imprudente do risco, alinhando com os interesses de longo prazo da Instituição. Preconizando a atribuição de uma remuneração fixa de valor moderado, com um valor total anual limitado, compatível com a prática e a natureza do Crédito Agrícola, entendendo-se ser a forma mais equilibrada de não incentivar o crescimento e a assunção excessiva de riscos.

A inexistência de uma remuneração variável com base nos eventuais resultados da CCAML, fundamenta-se não só, na cultura da Instituição, mas principalmente, porque se entendeu de elevado risco estimular quem iria beneficiar do crescimento que, essencialmente, seria pelo crescimento do crédito. O crescimento excessivo do crédito de uma instituição com as características da CCAML poderá representar um aumento do seu grau de risco, traduzindo um perfil superior, assumindo um crescimento em posições que, neste momento, se encontram em ativos de menor risco.

A remuneração do Conselho de Administração resulta do crescimento da Instituição e do valor acrescentado aos associados, da sua sustentabilidade a longo prazo e dos riscos assumidos, assim como do cumprimento das regras aplicáveis, na medida em que resulta da avaliação, em consonância com o princípio cooperativo de gestão democrática, que é efetuada pelos associados.



Para os administradores pertencentes ao quadro de pessoal da CCAML o vínculo laboral é suspenso enquanto se mantiverem nos cargos da Administração, isto sem prejuízo da contagem de tempo de serviço para efeitos de antiguidade e do previsto na cláusula 127.<sup>a</sup> (prémio de antiguidade) do Acordo Coletivo de Trabalho.

A CCAML não emite instrumentos financeiros que possam ser usados para as finalidades descritas nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 8.º, ou na alínea "r" do Ponto 24 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril, não sendo aplicáveis as disposições relativas ao pagamento de remuneração variável em instrumentos financeiros, ações ou opções. O capital social, encontra-se representado por títulos cujo valor nominal é fixo e não varia em função do desempenho da Instituição.

A remuneração dos Membros do Conselho de Administração não inclui prémios anuais nem outros benefícios não pecuniários.

Pela natureza societária da Instituição é vedado aos Administradores o direito a auferir uma remuneração sob a forma de participação nos lucros.

A Instituição não celebrou com os Administradores qualquer contrato que lhes confira direito a compensações ou indemnizações, incluindo pagamentos relacionados com a duração do pré-aviso ou cláusula de não concorrência, em caso de destituição, ou da sua resolução do contrato por acordo, pelo que o direito a tais indemnizações se rege pelas normas legais aplicáveis.

Os Administradores não auferem quaisquer remunerações por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a CCAML.

Não vigoram na Instituição regimes complementares de reforma antecipada.

A Política de Remuneração não contempla outros benefícios complementares relevantes considerados como remuneração.

Os Membros do Conselho de Administração não utilizam quaisquer seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

## Remuneração do Conselho Fiscal

A Política de Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal reflete os mesmos princípios seguidos para o Conselho de Administração, associando-se, ainda, o caráter de menor exigência em termos de permanência na Instituição.

## Revisor Oficial de Contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no âmbito de um contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas, com base nos preços praticados no mercado, e aprovada em Assembleia Geral. O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

## Remuneração das Funções de Controlo

A Política de Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo, nomeadamente, Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos assenta na sua componente fixa, garantindo a independência em relação ao desempenho financeiro das áreas de negócio onde exerce o controlo.

Leiria, 18 de dezembro de 2015

O Conselho de Administração

  
José Manuel Silva Costa





## PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### À ASSEMBLEIA GERAL DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

***Para cumprimento do que determina o nº 2 do Artigo 12º dos Estatutos, e em conformidade com a orientação expressa na Política de Remuneração aprovada por esta Caixa, vem o Conselho de Administração propor para remuneração dos Órgãos Sociais no mandato de 2016/2018 os seguintes valores:***

#### Conselho de Administração

***399.000 euros como limite da remuneração fixa anual para o conjunto dos membros efetivos do Conselho de Administração e com a seguinte atribuição:***

***- A cada um dos 5 membros efetivos do Conselho de Administração a remuneração mensal de 5.200 euros.***

***- O Presidente e o Vice-Presidente terão ainda um subsídio de função mensal de 300 euros.***

***Para os administradores pertencentes ao quadro de pessoal da Caixa fica suspenso o vínculo laboral enquanto se mantiverem nos cargos de administração, isto sem prejuízo da contagem de tempo de serviço para efeitos de antiguidade e do previsto na cláusula 127ª (Prémio de antiguidade) do ACT.***

#### Conselho Fiscal

***50.700 euros como limite da remuneração fixa anual para o conjunto dos membros efetivos do Conselho Fiscal e com a seguinte atribuição mensal:***

***Presidente - 15% de 5.200 euros = 780 euros***

***Vogal – 10% de 5.200 euros = 520 euros***

***Vogal – 10% de 5.200 euros = 520 euros***

***Nota – Ao membro que o Conselho Fiscal designe para assistir às reuniões do Conselho de Administração e acompanhar a atividade de toda a instituição será atribuída ainda uma remuneração equivalente a 30% de 5.200 euros = 1.560 euros.***



**Todas as remunerações do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão processadas por 15 meses:**

- Duas mensalidades nos meses de março, junho e novembro.
- Uma mensalidade em cada um dos restantes meses.

Revisor Oficial de Contas

**Com o limite anual de 29.000 euros a ser processado por cada trimestre o valor de 7.250,00 Euros.**

**Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, aos 3 de dezembro de 2015**

**O Conselho de Administração:**

Alfredo Silva Marques Ferreira  
José Manuel Rêgo Costa



## ANEXO II - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE 2016

### Relatório do Conselho Fiscal

#### 1. Enquadramento

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL. (CCAML) é elaborada para cumprimento do disposto nos Estatutos, no artigo 2º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, no ponto 24 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril, e no art. 115º-C do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro relativo ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF).

O referido Decreto-Lei n.º 298/92 relativo ao RGICSF tem vindo a sofrer várias atualizações ao longo dos anos, tendo a última ocorrido a 20 de abril de 2016 através da publicação do Decreto-Lei n.º 20/2016 (44ª versão).

Nesta matéria, a CCAML, atendendo às suas características, nomeadamente a dimensão, organização interna, natureza e complexidade das atividades exercidas, optou por não recorrer a consultores externos, nem à criação de uma Comissão de Remunerações. Assim, a remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é elaborada e apresentada, como "Proposta de Remunerações", pelo Conselho de Administração, que a submete à discussão e à aprovação em Assembleia Geral.

Todos os membros do Conselho de Administração são executivos, competindo-lhes, igualmente, estabelecer, rever e aprovar, de acordo com a legislação vigente, a política de remunerações respeitante a todos os colaboradores da Instituição.

Cumprindo o disposto na alínea d) do ponto 24 do anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril, no artigo 14.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 e no ponto 6 do art. 115º-C do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, a análise interna e a avaliação da implementação da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização são efetuadas pelo Conselho Fiscal, pelo menos uma vez por ano, socorrendo-se, no entanto, da participação ativa das unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo (Gabinete de Auditoria Interna e Compliance e Gabinete de Gestão de Risco), da qual resulta a elaboração de um relatório com os resultados da avaliação, para apresentação à Assembleia Geral.

Relativamente ao ano de 2016, o Conselho Fiscal reuniu com os responsáveis das estruturas das unidades de controlo, para se inteirar dos trabalhos já, por eles, realizados e recolher as informações que entendeu por necessárias.

#### 2. Conclusões sobre a política de remuneração e sua implementação

Procedeu-se a uma análise aos deveres enunciados quanto à política de remuneração, previstos quer no Aviso do Banco de Portugal número 10/2011, quer no número 6 do artigo 115º-C – Política de Remuneração do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, à proposta de remuneração dos órgãos sociais e à informação recolhida sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da CCAML.

Esta análise foi efetuada com o objetivo de verificar o cumprimento das políticas e procedimentos de remuneração aprovados e de analisar a sua implementação, nomeadamente sobre o efeito na gestão de riscos, de capital e liquidez da Instituição, assim como, da sua compatibilidade com a estratégia, objetivos, valores, interesses de longo prazo e prevenção sobre conflitos de interesses, considerando o dever de identificar as medidas necessárias para a correção de eventuais insuficiências detetadas.





Assim, compulsados os documentos em apreço, deliberou-se pela emissão das seguintes conclusões:

1.º Considerando o enquadramento legal, particularmente o Código Cooperativo, o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e nos termos dos Estatutos da CCAML, a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização foi aprovada pela Assembleia Geral.

A proposta sobre a política de remuneração, onde vem discriminada, de forma clara, a composição das remunerações dos órgãos sociais, da qual resulta a Proposta do Conselho de Administração a aprovação em Assembleia Geral, foi aprovada, para o triénio 2016-2018, na Assembleia Geral realizada em 18 de dezembro de 2015. Contudo, anualmente é submetida, novamente, à apreciação e votação, tendo a Política relativa ao ano de 2016 sido aprovada na Assembleia Geral nessa mesma data, cumprindo-se com o estabelecido quanto à necessidade da existência de uma política, formalmente documentada, e aprovada pelo órgão societário competente;

2.º O Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 e o artigo 115º-C do Decreto-Lei 298/92, regulam os requisitos, ou seja, os princípios gerais em matéria de políticas e práticas de remuneração. A Política de Remuneração, revela-se ajustada, considerando o princípio da proporcionalidade, nomeadamente no que respeita à dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da atividade da instituição, à natureza e magnitude dos riscos e ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecido na CCAML, não obstante o facto da política aprovada em Assembleia Geral não contemplar uma componente variável da remuneração.

A Política de Remunerações da CCAML regula os princípios e as regras que regem a remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos colaboradores que exercem funções de controlo (na aceção do previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 5 de junho). Quanto à avaliação dos demais colaboradores, entende-se que, os escalões de remuneração e o exercício das suas funções não têm impacto material no perfil de risco da Instituição, logo considera-se não aplicável;

3.º Relativamente ao risco, a política de remuneração, assentando exclusivamente na componente fixa, não contempla componentes variáveis que incentivem o crescimento e a assunção excessiva e incontrolada de riscos. Os atuais níveis de liquidez e capital não refletem a necessidade de reforçar esses mecanismos, revelando-se consentâneas com uma gestão sã e prudente. Neste sentido, a política de remuneração não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos, sendo, desta forma, compatível com a estratégia, objetivos, valores e interesses de longo prazo da CCAML;

4.º Conclui-se assim que, no período em apreço, das análises realizadas sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização e a sua implementação não foram identificadas necessidades de aplicação de medidas corretivas.

Leiria, 7 de março de 2017

O Conselho Fiscal



## CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

#### Balanço em base individual (NCA)

31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

	Notas/ Quadros anexos	31-dez-2016			31-dez-2015
		Valor antes de provisões, imparidade e amortização 1	Provisões, imparidade e amortização 2	Valor líquido 3 = 1 - 2	Valor líquido
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13	6.635.683		6.635.683	7.160.279
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	40.163.177		40.163.177	10.303.977
Ativos financeiros detidos para negociação					
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	15	18		18	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	16	175.804.016	0	175.804.016	149.765.939
Aplicações em instituições de crédito	17	47.590.786	0	47.590.786	60.090.754
Crédito a clientes	18	132.568.250	14.441.381	118.126.869	124.504.387
Investimentos detidos até à maturidade	19	90.808.600		90.808.600	98.683.350
Ativos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Ativos não correntes detidos para venda	20	7.195.831	2.033.463	5.162.368	5.405.444
Propriedades de investimento					
Outros ativos tangíveis	21	19.030.067	8.252.978	10.777.089	10.305.017
Ativos intangíveis	22	1.832.223	1.825.675	6.548	6.547
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	23	2.500		2.500	2.500
Ativos por impostos correntes					
Ativos por impostos diferidos	32	3.465.614		3.465.614	2.311.189
Outros ativos	24	1.996.281	32.654	1.963.627	1.576.245
<b>Total de Ativo</b>		<b>527.093.046</b>	<b>26.586.151</b>	<b>500.506.895</b>	<b>470.115.628</b>

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



# CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

### Balanço em base individual (NCA)

31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

€			
	Notas/ Quadros anexos	31-dez-2016	31-dez-2015
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito	25	50.400	52.041
Recursos de clientes e outros empréstimos	26	413.476.659	380.558.497
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	27	1.378.200	1.409.538
Passivos por impostos correntes	31	521.732	787.012
Passivos por impostos diferidos	32	535.486	1.711.723
Instrumentos representativos de capital	29	3.696.089	4.004.079
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	28	7.448.697	6.723.560
<b>Total de Passivo</b>		<b>427.107.263</b>	<b>395.246.450</b>
<b>Capital</b>			
Capital	29	41.059.585	41.067.195
Prémios de emissão			
Outros instrumentos de capital			
Ações próprias			
Reservas de reavaliação	30	-1.703.382	6.032.847
Outras reservas e resultados transitados	30	27.696.214	22.027.681
Resultado do exercício		6.347.215	5.741.455
Dividendos antecipados			
<b>Total de Capital</b>		<b>73.399.632</b>	<b>74.869.178</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>500.506.895</b>	<b>470.115.628</b>

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração





# CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

### Demonstração de Resultados em base individual (NCA)

31 de dezembro de 2016 e 2015

	Notas/ Quadros anexos	€	
		31-dez-2016	31-dez-2015
Juros e rendimentos similares	2	14.696.645	14.889.455
Juros e encargos similares	2	1.745.058	3.032.743
<b>Margem Financeira</b>		<b>12.951.587</b>	<b>11.856.712</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	3	51.632	14.700
Rendimentos de serviços e comissões	4	1.188.733	1.302.085
Encargos com serviços e comissões	4	275.759	291.320
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	5	1.588.553	1.392.957
Resultados de reavaliação cambial	6	9.451	10.259
Resultados de alienação de outros ativos	7	64.918	34.922
Outros resultados de exploração	8	344.305	256.254
<b>Produto bancário</b>		<b>15.923.420</b>	<b>14.576.569</b>
Custos com pessoal	9	4.529.847	4.731.272
Gastos gerais administrativos	10	1.947.699	2.018.955
Amortizações do exercício	21 e 22	350.473	361.041
Provisões líquidas de reposições e anulações	11	-31.338	217.725
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	12 e 18	150.432	-629.240
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	20	563.590	396.589
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>8.412.717</b>	<b>7.480.227</b>
Impostos			
Correntes	31	2.193.670	1.753.756
Diferidos		-128.168	-14.984
<b>Resultado após impostos</b>		<b>6.347.215</b>	<b>5.741.455</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		38.140	34.921

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

### Demonstração de Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)

	31-dez-2016	31-dez-2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de juros e comissões	15.885.378	16.191.540
Pagamento de juros e comissões	-2.020.817	-3.324.063
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-6.463.222	-6.748.756
Contribuições para o Fundo de Pensões	-14.324	-1.471
Recebimento / (Pagamento) de imposto sobre o rendimento	-2.193.670	-1.753.756
Outros recebimentos / (Pagamentos) relativos à atividade operacional	353.756	266.513
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais</b>	<b>5.547.101</b>	<b>4.630.007</b>
<b>(Aumentos) / Diminuições de ativos operacionais</b>		
Ativos financeiros deidos para negociação e outros ativos ao justo valor	18	0
Ativos disponíveis para venda	34.212.443	54.540.695
Aplicações em instituições de crédito	-12.499.968	-41.178.954
Crédito a clientes	-6.227.086	15.447.696
Investimentos deidos até à maturidade	-7.874.750	-9.228.256
Derivados de cobertura		
Ativos não correntes deidos para venda	-5.510	530.093
Outros ativos	454.271	295.883
(...)		
	<b>8.059.418</b>	<b>20.407.157</b>
<b>(Aumentos) / Diminuições de passivos operacionais</b>		
Passivos financeiros deidos para negociação e derivados de cobertura		
Recursos de outras instituições de crédito	-1.641	-34.899
Recursos de clientes e outros empréstimos	32.918.162	23.698.773
Outros passivos	459.857	1.590.950
(...)		
	<b>33.376.378</b>	<b>25.254.824</b>
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<b>30.864.061</b>	<b>9.477.674</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Varição de ativos tangíveis e intangíveis	1.083.650	281.193
Recebimento de dividendos	-51.632	-14.700
Varição de partes de capital de empresas filiais e associadas	0	0
(...)		
<b>Caixa líquida de atividades de investimento</b>	<b>1.032.018</b>	<b>266.493</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>		
Aumentos de capital	11.500	12.000
Diminuição de capital	-19.110	-18.905
Pagamento de dividendos	0	0
Varição de passivos subordinados	-307.990	-310.430
Reservas	-181.839	-191.694
<b>Caixa líquida de atividades de financiamento</b>	<b>-497.439</b>	<b>-509.029</b>
<b>Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes</b>	<b>29.334.604</b>	<b>8.702.152</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>17.464.256</b>	<b>8.762.104</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>46.798.860</b>	<b>17.464.256</b>

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Demonstrações do Rendimento Integral

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)

	31-dez-2016	31-dez-2015
<b>Resultado Individual</b>	<b>6.347.215</b>	<b>5.741.455</b>
Reservas de reavaliação de ativos	-9.762.919	-681.615
Reservas por impostos diferidos	2.202.496	147.525
Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda		
Impacto fiscal		
Pensões - regime transitório	-66.889	-66.892
Outros movimentos:		
Ganhos e Perdas Actuarias	-181.839	-191.694
<b>Total outro rendimento integral do exercício</b>	<b>-7.809.151</b>	<b>-792.676</b>
<b>Rendimento integral individual</b>	<b>-1.461.936</b>	<b>4.948.779</b>

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração





## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA DE LEIRIA, C.R.L.

### Demonstrações de Alterações no Capital Próprio

31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total
				Outras Reservas	Resultados transitados	Total		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	40.074.100	0	6.757.437	20.529.649	-78.724	20.450.925	2.644.842	69.927.304
Aplicação de resultados do exercício de 2014								
Transferência para reservas				2.566.118	78.724	2.644.842	-2.644.842	0
Incorporação em capital	1.000.000			-1.000.000		-1.000.000		0
Aumento de capital por entrada de novos sócios	12.000							12.000
Pedidos de exoneração	-18.905							-18.905
Reembolsos de capital								
Reservas resultantes da valorização de ativos			-681.615					-681.615
Reservas por impostos diferidos			148.719		-1.194	-1.194		147.525
Reservas para Formação e Educação Cooperativa								
Reservas para Mutualismo								
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados								
Reserva para reforço de benefícios			-191.694					-191.694
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas								
Responsabilidades com pensões					-2.953	-2.953		-2.953
Encargos com saúde					-63.939	-63.939		-63.939
Resultado líquido do exercício de 2015							5.741.455	5.741.455
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	41.067.195	0	6.032.847	22.095.767	-68.086	22.027.681	5.741.455	74.869.178
Aplicação de resultados do exercício de 2015								
Transferência para reservas				5.673.369	68.086	5.741.455	-5.741.455	0
Incorporação em capital						0		0
Aumento de capital por entrada de novos sócios	11.500							11.500
Pedidos de exoneração	-19.110							-19.110
Reembolsos de capital								
Reservas resultantes da valorização de ativos			-9.762.919					-9.762.919
Reservas por impostos diferidos			2.208.529		-6.033	-6.033		2.202.496
Reservas para Formação e Educação Cooperativa								
Reservas para Mutualismo								
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados								
Reserva para reforço de benefícios			-181.839					-181.839
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas								
Responsabilidades com pensões					-2.951	-2.951		-2.951
Encargos com saúde					-63.938	-63.938		-63.938
Resultado líquido do exercício de 2016							6.347.215	6.347.215
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	41.059.585	0	-1.703.382	27.769.136	-72.922	27.696.214	6.347.215	73.399.632

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## ANEXO I – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS – NCA's EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

#### NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria (adiante apenas designada por "CCAML") foi constituída em 3 de janeiro de 1915, tem atualmente como âmbito de ação e atividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de quinze balcões ligados "on line" entre si e a sede.

A CCAML é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no n.º 2 do artigo 28.º do RJCAM, bem como operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27.º e com os limites estabelecidos no n.º 6 do artigo 36.º-A do mesmo RJCAM.

#### NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

##### A) Bases de Apresentação

Os valores apresentados estão expressos em euros.

Em 30 de dezembro de 2015, foi publicado o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, que veio revogar os Avisos do Banco de Portugal n.ºs 1/2005 e 3/95, estendendo a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) a todas as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Contudo, o Banco de Portugal autorizou esta CCAML a aplicar o regime transitório previsto no Artigo 3.º do referido Aviso n.º 5/2015, permitindo que até 31 de dezembro de 2016 a CCAML elabore as suas demonstrações financeiras em base individual, de acordo com as normas de contabilidade que lhe eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2015, nos termos em que vigoravam nessa data.

Assim, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho e na Diretiva n.º 2003/51/CE, de 18 de junho, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAML foram ainda preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso n.º 1/2005, de 28 de fevereiro, e outra legislação subsequente.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

As matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 são, em síntese, as seguintes:



## A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a atividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros, realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de ativos financeiros;
- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objeto de correção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso n.º 3/95, de 30 de junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico, os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal n.º 6/2005, de 28 de fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vincendas de uma mesma operação de crédito, nas condições do n.º 4.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal;
- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

## A.2 - RESTANTES ATIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes ativos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso n.º 3/95 e na Instrução n.º 7/2005, de 28 de fevereiro, do Banco de Portugal.

## A.3 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que os ajustamentos de valor daí resultantes serão incorporados em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas de reavaliação legais".



## B) Principais Políticas Contabilísticas

### B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são diretamente reconhecidas em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.

#### Imparidade

É efetuada uma avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade da carteira de crédito a clientes, como parte integrante dos procedimentos de gestão de risco de crédito, que é objeto de avaliação crítica por parte do auditor externo.

Para efeitos de apuramento de imparidade é adotada uma metodologia de análise individual, através de uma análise casuística aos créditos considerados como sendo individualmente significativos, e uma metodologia de análise coletiva à restante carteira de crédito, embora deste exercício de análise da gestão de risco de crédito não resulte qualquer impacto contabilístico.

A informação relativa à mensuração da imparidade da carteira de crédito e respetivas divulgações, em conformidade com a Carta-Circular n.º 2/2014/DSP do Banco de Portugal, é detalhada em capítulo autónomo.

#### Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAML, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associados prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAML com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações, registados em resultados ao longo da sua vida.

### B2 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo exceções de caráter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, com exceção dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são de imediato reconhecidos em resultados.



## B2.1 - ATIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAML regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transacionados em mercados ativos classificados como de negociação.

Estes ativos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transações, registados em resultados; os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

## B2.2 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAML regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respetivos ganhos e perdas são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica "reservas de reavaliação de justo valor" (exceto no caso de perdas de imparidade) até que o ativo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados à taxa de juro nominal.

## B2.3 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta categoria inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade, sendo mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

O custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro é a quantia pela qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método do juro efetivo de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os ativos financeiros não devem ser classificados como detidos até à maturidade se a entidade tiver, durante o ano financeiro corrente ou durante os dois anos financeiros precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos detidos até à maturidade antes da maturidade (mais do que insignificante em relação à quantia total dos investimentos detidos até à maturidade) que não seja por vendas ou reclassificações que:



- i) estejam tão próximas da maturidade ou da data de compra do ativo financeiro (por exemplo, menos de três meses antes da maturidade) que as alterações na taxa de juro do mercado não teriam um efeito significativo no justo valor do ativo financeiro;
- ii) ocorram depois de se ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro através de pagamentos escalonados ou de pré-pagamentos;
- iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controlo da entidade, não seja recorrente e não pudesse ter sido razoavelmente previsto.

## **B3 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA**

Os ativos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efetuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes ativos não são objecto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAML para regularização de crédito concedido.

## **B4 - ATIVOS TANGÍVEIS**

Os ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição e subsequentemente, caso exista uma perda por imparidade esta é registada em resultados. As respetivas depreciações são calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicada ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

## **B5 - ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os ativos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros ativos intangíveis, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes ativos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

## **B6 - OUTROS ATIVOS**

Esta rubrica residual inclui todos os ativos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução n.º 7/2005 de que os ativos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.





## B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido atual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são diretamente reconhecidas em resultados do exercício.

## B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da atividade. O seu reconhecimento efetua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## B9 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAML, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como ativos por impostos diferidos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados, no mesmo ou num diferente período, também diretamente ao capital próprio. Foi adotado este reconhecimento relativamente aos títulos de dívida pública classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAML durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda suscetíveis de revisão.



## B10 - RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### B10.1 - FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAML aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efetuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Coletivo de Trabalho das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACT)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACT, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou também a ser assegurado pelo Fundo de Pensões.

Em 1 de janeiro de 2013 entraram em vigor as alterações à norma "IAS 19 - Benefícios aos empregados", decorrentes da revisão de 2011. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar. Relativamente ao reconhecimento, as principais alterações são:

- a) Eliminação da possibilidade de reconhecimento diferido dos ganhos e perdas atuariais, ou seja, da utilização do método do corredor. Os ganhos e perdas atuariais passam a ser totalmente reconhecidos em "outro rendimento integral" no ano em que ocorrem;
- b) Eliminação do conceito "retorno esperado dos ativos".

O valor global das *responsabilidades com pensões e outros benefícios*, encontra-se, consoante a respetiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Ativos. O valor correspondente ao exercício de 2016, no montante de 66.041 euros, por ter natureza credora, é apresentado na rubrica Outros Passivos.

Nos termos do n.º 2 do n.º 11.º do Aviso n.º 12/2001, as instituições de crédito que apliquem as NCA's, devem divulgar em nota adequada do anexo às contas, diversa informação relativa às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, a qual será detalhada mais adiante na Nota 28.

### B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

Nos termos do ACT a CCAML assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no ativo, que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respetivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

De acordo com a Carta Circular 12/06/DSBDR de 20 de janeiro de 2006, a CCAML reconheceu em Outros Passivos, aquelas responsabilidades (ver Nota 28). O decréscimo do exercício, no montante de 40.339 euros, foi apurado com base nos critérios utilizados pelo Crédito Agrícola. No mesmo período, foi colocado à disposição dos beneficiários o total de 56.240 euros.



## B10.3 – ENCARGOS COM O SAMS

Conforme já foi referido, a partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurado pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, tendo-se procedido à reclassificação dessas responsabilidades. No final do ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu um novo aviso (Aviso n.º 7/2008), no qual permite diferir os impactos decorrentes da transição para a IAS 19, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Assim, o montante de 575.450 euros, que em 31-12-2007 ainda estava por reconhecer em resultados transitados, é imputado ao longo de nove anos, sendo o montante a reconhecer anualmente de 63.939 euros, terminando no final do exercício de 2016 o diferimento total do impacto da transição.

## B11 – CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Sempre que existam títulos de capital “extraordinário”, o montante total destes títulos é reclassificado para a respetiva rubrica de Passivo, “Instrumentos representativos de capital”.

## B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

A CCAML aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*, que foi constituído em novembro de 1994 com o objetivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante “até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efetuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 0% para o exercício de 2016, tal como já tinha sido em 2015, não sendo possível a substituição da contribuição anual pelo compromisso irrevogável de pagamento.

Em 2016, a taxa contributiva de base aplicável é de 0,0001% (0,005% em 2015), sendo a respetiva contribuição paga, de 13.691 euros, reconhecida em custos de forma linear ao longo do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAML tinha dado em penhor 700.000 euros em OT 4,45% – Junho 2008-2018 e 900.000 euros em OT 3,85% – Abril 2005-2021, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com o referido Fundo de Garantia de Depósitos.

## B13 - FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Decreto-Lei nº 31-A/2012, introduziu um novo paradigma no regime de saneamento consagrado no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) introduzindo medidas que visam recuperar uma instituição que se encontre em desequilíbrio financeiro ou, caso tal se revele inviável, preparar a sua liquidação ordenada com salvaguarda do interesse público e manutenção da estabilidade financeira – neste último caso, denominadas de medidas de resolução.

O referido Decreto-Lei estabelece a criação de um Fundo de Resolução, cujo objeto consiste, precisamente, em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução.



De acordo com o regime jurídico da resolução, a participação no Fundo de Resolução é obrigatória no caso das instituições de crédito com sede em Portugal, ficando as mesmas instituições de crédito abrangidas por diversas obrigações de reporte ao Banco de Portugal.

O Fundo de Resolução é financiado pelas instituições financeiras, nomeadamente por via de contribuições iniciais e periódicas das instituições participantes e pela afetação ao Fundo das receitas provenientes da contribuição sobre o setor bancário, para além de outros meios de financiamento complementares.

Conforme o estabelecido no Decreto-Lei n.º 24/2013, no exercício de 2013 a CCAML entregou ao Fundo de Resolução uma contribuição inicial no montante de 5.000 euros.

Em relação à contribuição periódica, a taxa base aplicável em 2016 é de 0,020% (0,015% em 2015), sendo a respetiva contribuição paga, de 6.169 euros.

### B14 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAML segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

### B15 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base na taxa de câmbio no dia da operação; as existências no final do ano foram convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de dezembro de 2016, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

### B16 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAML detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAML exerce direta ou indiretamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é igual ou superior a 20%.

### B17 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CCAML considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.



## NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais	349	1.648
Juros de disponibilidades e aplicações em Instituições Financeiras	325.420	1.075.792
Juros de Crédito	3.734.962	4.161.331
Juros de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.253.734	3.777.215
Juros de Investimentos Detidos Até à Maturidade	4.229.458	4.782.704
Outros Juros e Rendimentos Similares	1.152.722	1.090.765
	<b>14.696.645</b>	<b>14.889.455</b>
<b>Juros e Encargos Similares</b>		
Juros de Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	16	91
Juros de Depósitos de Clientes	1.679.498	2.721.688

## NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	51,632	14,700
	<b>51,632</b>	<b>14,700</b>

## NOTA 4 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Rendimentos de Serviços e Comissões</b>		
Por garantias prestadas	43,981	63,826
Por serviços bancários prestados	872,076	968,026
Por operações realizadas por conta de terceiros	271,093	268,722
Outras comissões recebidas	1,583	1,511
	<b>1,188,733</b>	<b>1,302,085</b>
<b>Encargos com Serviços e Comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	260,656	284,599
Por operações realizadas por terceiros	0	0
Outras comissões pagas	15,103	6,721
	<b>275,759</b>	<b>291,320</b>

## NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
<b>Instrumentos de Dívida</b>						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	1,711,634	123,081	1,588,553	1,392,957	0	1,392,957
	<b>1,711,634</b>	<b>123,081</b>	<b>1,588,553</b>	<b>1,392,957</b>	<b>0</b>	<b>1,392,957</b>

## NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
<b>Reavaliação Cambial</b>						
Ganhos/Perdas Diferenças Cambiais	12,656	3,205	9,451	14,908	4,649	10,259
	<b>12,656</b>	<b>3,205</b>	<b>9,451</b>	<b>14,908</b>	<b>4,649</b>	<b>10,259</b>

## NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
<b>Alienação de Outros Ativos</b>						
Ativos Não Correntes Detidos p/ Venda	38,140	0	38,140	54,421	19,500	34,921
Outros Ativos Tangíveis	26,778	0	26,778	1	0	1
	<b>64,918</b>	<b>0</b>	<b>64,918</b>	<b>54,422</b>	<b>19,500</b>	<b>34,922</b>





## NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Outros Proveitos Operacionais</b>		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais		
Reembolso de Despesas	74,233	74,067
Recuperação de Créditos, Juros e Despesas	140,357	142,186
Rendimentos da Prestação de Serviços Diversos	26,586	19,280
Outros	347,514	253,189
	<b>588,690</b>	<b>488,722</b>
<b>Outros Custos Operacionais</b>		
Outras Perdas em Operações Financeiras	38	0
Impostos Diretos e Indiretos	63,177	50,269
Quotizações e Donativos	144,310	151,542
Contribuições para o FGD	272	13,691
Outros Encargos e Gastos Operacionais	36,588	16,966
	<b>244,385</b>	<b>232,468</b>
	<b>344,305</b>	<b>256,254</b>

## NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Vencimentos e Salários</b>		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	458,797	400,315
Remuneração Empregados	3,060,105	3,295,635
<b>Encargos Sociais Obrigatórios</b>		
Segurança Social	730,498	769,660
SAMS	167,059	164,339
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	2	0
Fundo de Pensões	14,324	1,471
Outros Encargos Obrigatórios	29,711	19,807
<b>Outros Custos com o Pessoal</b>		
Serviços Clínicos	4,600	4,600
Contribuições para Associações de Empregados	18,500	18,500
Outros	46,251	56,945
	<b>4,529,847</b>	<b>4,731,272</b>

**NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2016	31-12-2015
Água, Energia e Combustíveis	134,647	134,862
Material de Consumo Corrente	60,919	56,788
Publicações	3,214	22,753
Material de Higiene e Limpeza	2,718	2,948
Outros Fornecimentos de Terceiros	20,640	13,347
Rendas e Alugueres	15,276	19,522
Comunicações	191,443	273,849
Deslocações, Estadas e Representação	43,757	58,110
Publicidade e Edição de Publicações	25,876	48,939
Conservação e Reparação	145,505	149,516
Transportes	28,228	23,232
Formação de Pessoal	18,395	42,147
Seguros	34,515	33,858
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	33,200	43,638
Judiciais, Contencioso e Notariado	63,620	62,431
Informática	482,487	451,197
Segurança e Vigilância	30,168	32,990
Limpeza	80,583	80,456
Informações	0	0
Outros Serviços Especializados	278,761	250,418
Outros Serviços de Terceiros	253,747	217,954
	<b>1,947,699</b>	<b>2,018,955</b>

**NOTA 11 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES**

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015
Dotações	68,116	235,329
Reversões	99,454	17,604
<b>Saldo (Dotações - Reversões)</b>	<b>-31,338</b>	<b>217,725</b>

**NOTA 12 – CORREÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)**

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31-12-2016	31-12-2015
Dotações	1,109,442	641,314
Reversões	959,010	1,270,554
<b>Saldo (Dotações - Reversões)</b>	<b>150,432</b>	<b>-629,240</b>

**NOTA 13 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Caixa</b>	<b>3,054,526</b>	<b>3,140,203</b>
<b>Depósitos à Ordem em Bancos Centrais</b>		
Banco de Portugal	3,581,157	4,020,076
	<b>6,635,683</b>	<b>7,160,279</b>

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

**NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos à ordem	38,759,709	9,257,889
Cheques a Cobrar	1,403,468	1,046,088
	<b>40,163,177</b>	<b>10,303,977</b>

**NOTA 15 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

Esta rubrica é constituída por:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados</b>		
Títulos		
Unidades de Participação - Fundo de Compensação do Trabalho	18	0

## NOTA 16 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

31-12-2016							
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
<b>Instrumentos de Dívida</b>							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	172,171,717	172,628,861	1,962,493	2,269,979	4,911,909		174,591,354
<b>Instrumentos de Capital</b>							
Participações Financeiras							
Ações	50,125	1,212,662					1,212,662
Outras							
	<b>172,221,842</b>	<b>173,841,523</b>	<b>1,962,493</b>	<b>2,269,979</b>	<b>4,911,909</b>	<b>0</b>	<b>175,804,016</b>

31-12-2015							
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
<b>Instrumentos de Dívida</b>							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	135,879,441	146,409,630	2,143,647	7,470,889	349,900		148,553,277
<b>Instrumentos de Capital</b>							
Participações Financeiras							
Ações	50,125	1,212,662					1,212,662
Outras							
	<b>135,929,566</b>	<b>147,622,292</b>	<b>2,143,647</b>	<b>7,470,889</b>	<b>349,900</b>	<b>0</b>	<b>149,765,939</b>

A rubrica Instrumentos de Capital inclui a participação financeira na SIBS, SGPS, S.A., no montante de 1.210.682 euros (0,203%). Embora se tenha tido conhecimento da realização de várias transações envolvendo a cedência de ações da referida sociedade, devido à variabilidade significativa nos preços praticados nessas transações, optou-se por manter as correspondentes ações mensuradas pelo custo, por não se considerarem os valores das referidas transações como uma referência fiável para a mensuração ao justo valor.

## NOTA 17 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos	47,528,100	59,908,300
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	62,686	182,454
	<b>47,590,786</b>	<b>60,090,754</b>



## NOTA 18 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Crédito Interno + Juros</b>		
<b>Empresas e Administrações Públicas</b>		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	243,030	877,350
Empréstimos	42,438,014	47,030,016
Créditos em Conta Corrente	12,238,217	12,822,912
Descobertos em Depósitos à Ordem	5,473	14,472
<b>Particulares</b>		
Habitação	40,605,188	42,423,434
Consumo	4,011,984	3,623,781
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	167,497	130,982
Empréstimos	13,948,746	14,327,560
Créditos em Conta Corrente	1,745,066	1,877,599
Descobertos em Depósitos à Ordem	3,414	15,118
	<b>115,406,629</b>	<b>123,143,224</b>
<b>Crédito e Juros Vencidos</b>		
<b>Empresas e Administrações Públicas</b>	12,677,654	10,779,870
<b>Particulares</b>		
Habitação	862,553	895,145
Consumo	272,134	291,177
Outras Finalidades	3,340,634	3,683,562
<b>Juros Vencidos a Regularizar</b>	8,646	2,358
	<b>17,161,621</b>	<b>15,652,112</b>
<b>Provisões Acumuladas</b>		
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	-113,724	-118,075
Para Crédito Vencido	-14,327,657	-14,172,874
	<b>-14,441,381</b>	<b>-14,290,949</b>
	<b>118,126,869</b>	<b>124,504,387</b>

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, foram os seguintes:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Saldo Inicial</b>	<b>14,290,949</b>	<b>14,920,189</b>
Dotações	1,109,442	641,314
Utilizações	0	0
Reversões	959,010	1,270,554
<b>Saldo Final</b>	<b>14,441,381</b>	<b>14,290,949</b>



**NOTA 19 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

31-12-2016							
	Valor Nominal	Valor Aquis. Ajustado	Juros corridos	Desconto Imputado	Prémio Imputado	Imparidade	Valor Balanço
<b>Instrumentos de Dívida</b>							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	92.350.000	88.596.016	2.212.584	3.348.938	74.088		90.808.600
	<b>92.350.000</b>	<b>88.596.016</b>	<b>2.212.584</b>	<b>3.348.938</b>	<b>74.088</b>	<b>0</b>	<b>90.808.600</b>

31-12-2015							
	Valor Nominal	Valor Aquis. Ajustado	Juros corridos	Desconto Imputado	Prémio Imputado	Imparidade	Valor Balanço
<b>Instrumentos de Dívida</b>							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	101,050,000	96,181,849	2,501,501	2,480,600	405,219		98,683,350
	<b>101,050,000</b>	<b>96,181,849</b>	<b>2,501,501</b>	<b>2,480,600</b>	<b>405,219</b>	<b>0</b>	<b>98,683,350</b>

**NOTA 20 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA**

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Ativos Não Correntes Detidos para Venda</b>		
Imóveis	7,190,093	7,170,956
Outros Ativos	5,738	5,738
<b>Provisões para Imparidade</b>		
Ativos Tangíveis Não Correntes Detidos para Venda	-2,033,463	-1,771,250
	<b>5,162,368</b>	<b>5,405,444</b>

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.771.250</b>	<b>1.860.510</b>
Dotações	275.713	414.058
Utilizações	13.494	485.849
Reversões	6	17.469
<b>Saldo Final</b>	<b>2.033.463</b>	<b>1.771.250</b>



## NOTA 21 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Imóveis</b>		
De Serviço Próprio	13.691.118	12.784.786
Obras em Imóveis Arrendados	135.877	135.877
<b>Equipamento</b>		
Mobiliário e Material	904.076	895.618
Máquinas e Ferramentas	346.696	357.385
Equipamento Informático	2.389.997	2.358.961
Instalações Interiores	425.082	419.620
Material de Transporte	425.485	421.770
Equipamento de Segurança	476.608	476.769
Outro Equipamento	958	958
<b>Outros Ativos Tangíveis</b>		
Diversos	0	0
Património Artístico	96.738	96.738
<b>Ativos Tangíveis em Curso</b>		
Imóveis	137.432	137.432
Equipamento	0	0
	<b>19.030.067</b>	<b>18.085.914</b>
<b>Amortizações Acumuladas</b>		
Imóveis	-3.200.063	-2.973.310
Equipamento	-4.687.444	-4.738.128
Outros Ativos Tangíveis	-77.588	-69.459
	<b>-7.965.095</b>	<b>-7.780.897</b>
<b>Provisões para Imparidade</b>		
Imóveis	-287.883	0

Os imóveis correspondentes aos ativos tangíveis em curso, no montante de 137.432 euros, já foram vendidos no ano de 2017, em data subsequente ao fecho das contas de 2016, tendo-se verificado uma mais valia de 112.568 euros.



O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Ativos Tangíveis	Ativos Tangíveis em Curso	Total
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2015</b>	9,947,353	192,953	27,279	137,432	10,305,017
Compras		204,095			204,095
Abates (Líquido)					0
Transferências	906,333				906,333
Amortizações do Exercício	226,753	115,591	8,129		350,473
Provisões para Imparidade do Exercício	287,883				287,883
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2016</b>	10,339,050	281,457	19,150	137,432	10,777,089

## NOTA 22 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>		
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	1,819,195	1,819,194
Outros Ativos Intangíveis	6,480	6,480
Ativos Intangíveis em Curso	6,548	6,548
	<b>1,832,223</b>	<b>1,832,222</b>
<b>Amortizações Acumuladas</b>		
Ativos Intangíveis	-1,825,675	-1,825,675
	<b>-1,825,675</b>	<b>-1,825,675</b>
	<b>6,548</b>	<b>6,547</b>

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistemas de Tratamento Automático de Dados	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em Curso	Total
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2015</b>	0	0	6,547	6,547
Compras				0
Abates (Líquido)				0
Transferências				
Regularizações			1	1
Amortizações do Exercício				0
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2016</b>	0	0	6,548	6,548

**NOTA 23 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
Investimentos em Associadas	1,250	1,250
Investimentos em Empreendimentos Conjuntos	1,250	1,250
	<b>2,500</b>	<b>2,500</b>

**NOTA 24 – OUTROS ATIVOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Devedores e Outras Aplicações</b>		
Aplicações Diversas	0	0
Devedores Diversos	385,906	362,853
<b>Outros Ativos</b>		
Outros Metais Preciosos, Numismática e Medalhística	0	0
<b>Rendimentos a Receber</b>		
Outros Rendimentos a Receber	2,757	3,128
<b>Despesas com Encargo Diferido</b>		
Outras Despesas com Encargo Diferido	73,411	139,299
<b>Responsab. com Pensões e Outros Benefícios</b>		
Resp. c/ Pensões Outros Benefícios (saldo devedor)	0	0
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Outras Operações a Regularizar	1,501,553	1,070,965
	<b>1,963,627</b>	<b>1,576,245</b>

**NOTA 25 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Recursos de Outras Instituições de Crédito</b>		
Depósitos à Ordem	50,400	52,041
Depósitos a Prazo	0	0
Outros Recursos	0	0
	<b>50,400</b>	<b>52,041</b>



## NOTA 26 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Depósitos de Residentes</b>		
Do Sector Público Administrativo		
Depósitos à Ordem	8,082,942	6,033,728
Depósitos a Prazo	5,559,979	5,664,781
De Emigrantes		
Depósitos à Ordem	1,151,563	1,028,363
Depósitos a Prazo	5,401,381	6,029,565
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	115,488,944	96,064,091
Depósitos a Prazo	239,374,218	226,615,019
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformados	29,707,177	30,433,436
Poupança Outros	328,300	293,128
Outros	8,347,324	8,177,026
<b>Outros Recursos de Clientes</b>		
Cheques e Ordens a Pagar	34,831	219,360
	<b>413,476,659</b>	<b>380,558,497</b>

## NOTA 27 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	Provisão para Riscos Gerais de Crédito	Provisão para Garantias e Compromissos Assumidos	Total
<b>Saldo a 31-Dez-2015</b>	<b>1,192,200</b>	<b>217,338</b>	<b>1,409,538</b>
Dotações	68,116	0	68,116
Utilizações	0	0	0
Reversões	99,454	0	99,454
<b>Saldo a 31-Dez-2016</b>	<b>1,160,862</b>	<b>217,338</b>	<b>1,378,200</b>



## NOTA 28 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Credores e Outros Recursos</b>		
Recursos Diversos	1,822,999	1,816,098
Sector Público Administrativo	211,042	206,832
Cobranças por Conta de Terceiros	5,804	5,597
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	14,585	14,016
Credores Diversos	2,060,852	1,958,543
<b>Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios</b>		
Responsabilidades c/ Pensões e Outros Benefícios (saldo credor)	66,041	73,065
<b>Receitas Com Rendimento Diferido</b>		
Outras Receitas c/ Rendimento Diferido (s/ crédito)	3,084	3,528
<b>Encargos a Pagar</b>		
Outros Encargos a Pagar		
Por Gastos com Pessoal		
Rem. Órgãos Gestão e Fiscalização	76,677	64,576
Remunerações de Empregados	472,511	503,654
Outros Gastos c/ Pessoal - Prémios de Antiguidade	480,300	520,639
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Operações Passivas a Regularizar	164,161	141,915
Outras Operações a Regularizar	2,070,641	1,415,097
	<b>7,448,697</b>	<b>6,723,560</b>

Duas das componentes mais significativas desta rubrica são os Recursos Diversos e os Credores Diversos, e o seu elevado montante está relacionado com a aquisição de bens sitos em Paredes de Vitória, que eram de Soares & Barosa, Lda., no âmbito do processo de insolvência da referida sociedade, que se encontram registados na rubrica Ativos Não Correntes Detidos para Venda (Ver Nota 20), e a posterior celebração de contratos-promessa de compra e venda com os promitentes-compradores.

Assim, em 31-12-2016, nos Recursos Diversos está incluído o montante de 1.814.500 euros (1.814.500 euros também em 2015), referente a uma caução bancária a favor da Massa Insolvente de Soares & Barosa, Lda., em resultado da aquisição dos bens anteriormente referidos, que corresponde à parte do preço não depositada, por dispensa conforme despacho nos autos. Nos Credores Diversos está incluído o montante de 1.718.035 euros (1.718.035 euros também em 2015) referente a adiantamentos recebidos nos termos dos contratos-promessa de compra e venda relativos aos mesmos imóveis, já celebrados com os promitentes-compradores.

Em relação às responsabilidades com pensões e outros benefícios, o saldo global, por ter natureza credora, é apresentado nesta rubrica, e resulta do valor das responsabilidades totais de 1.847.665 euros, deduzido do valor patrimonial do fundo de pensões, no montante de 1.781.624 euros.

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e respetivos encargos pós-reforma com o serviço de assistência médico-social (SAMS), apresentadas nesta rubrica, estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A..





No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiadas através do Fundo de Pensões. De acordo com a cláusula 116.<sup>a</sup> do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência, previstas no ACT independentemente das pensões recebidas de regimes de segurança social.

A avaliação atuarial contempla os trabalhadores no ativo, licenças sem vencimento, pré-reformados, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Coletivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.<sup>o</sup>, 110.<sup>o</sup> e 111.<sup>o</sup> do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e atualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Em 31 de dezembro de 2016, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuía-se de acordo com o seguinte quadro:

Trabalhadores no Ativo e Licenças sem Vencimento	
Número de participantes	103
Idade média	48.7
Antiguidade média na banca	23.1
Salário médio anual	29,543 €
Folha anual de salários	3,042,886 €
Reformados e Pensionistas	
Número de beneficiários	13
Idade média	70.5
Pensão média anual a cargo do Fundo	840 €

Na avaliação atuarial, foram considerados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

Pressupostos Financeiros	
Taxa de crescimento salarial futura	1.40%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	2.50%
Taxa de desconto para trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial inferior a 55 anos	2.30%
Taxa de desconto para trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial igual ou superior a 55 anos	2.10%
Taxa de desconto para pré-reformados, reformados e pensionistas	1.75%
Taxa de crescimento das pensões	1.00%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)	1.40%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)	1.40%
Pressupostos Demográficos	
Tábua de mortalidade	TV - 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade normal de reforma (conforme Decreto-Lei n.º 167-E/2013)	66 anos e 2 meses

O Decreto-Lei n.º 167-E/2013 e a Portaria n.º 378-G/2013, publicados em 31 de dezembro de 2013, vieram alterar a forma de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da Segurança Social. Assim foi fixada para 2014 e 2015 a idade normal de reforma de 66 anos, para 2016 a idade de 66 anos e 2 meses e futuramente a idade normal de reforma varia de acordo com a evolução da esperança média de vida aos 65 anos. Para efeito da presente avaliação atuarial, considerou-se que a esperança média de vida aos 65 anos aumenta um ano em cada período de dez anos.



Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.<sup>a</sup> do ACT, bem como as diuturnidades até à data de reforma, definidas na cláusula 81.<sup>a</sup> do mesmo documento.

O método de cálculo utilizado para as responsabilidades com pensões diferidas de velhice e sobrevivência foi o do *Projected Unit Credit*.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor atual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento foi o que seguidamente se indica:

<b>Valor Atual das Responsabilidades em 31-12-2016</b>	
Por Serviços Passados	1,498,407
Por Serviços Futuros	875,575
	<b>2,373,982</b>

Relativamente às responsabilidades com pensões em pagamento aos atuais reformados e pensionistas, o valor das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com o *SAMS*, ascendem a 349.260 euros.

Verificou-se um acréscimo anual de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e cuidados médicos pós-emprego referente a esta Caixa, conforme a seguir se apresenta:

<b>Responsabilidades com Pensões de Reforma e Sobrevivência</b>	
(+) Custo do serviço corrente	53,606
(+) Custo dos juros líquido "Net Interest"	2,476
(+/-) Ganhos e perdas atuariais	174,700
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0
<b>Acréscimo Anual de Responsabilidades</b>	<b>230,782</b>

Conforme referido no início, com a entrada em vigor das alterações à IAS 19, a perda atuarial verificada neste exercício, no montante de 174.700 euros, foi totalmente reconhecida na rubrica do rendimento integral "reservas de reavaliação".

O movimento ocorrido durante o exercício de 2016 relativo ao valor atual das responsabilidades por serviços passados, foi o seguinte:

<b>Responsabilidades Totais em 31-12-2015</b>	<b>1,598,173</b>
(+) Custo do serviço corrente	53,606
(+) Custo dos juros	40,088
(+/-) Ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades	179,591
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	10,920
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	12,873
<b>Responsabilidades Totais em 31-12-2016</b>	<b>1,847,665</b>



Em relação à quota-parte do fundo de pensões referente à CCAM de Leiria, o movimento ocorrido durante o exercício de 2016, foi o que se indica a seguir:

<b>Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2015</b>	<b>1,525,108</b>
(+) Contribuições efetuadas	244,945
Pela CCAM de Leiria	203,187
Pelos empregados	41,758
(+) Capitais recebidos de seguro	0
(+) Rendimento dos ativos do fundo de pensões (líquido)	42,503
(-) Prémios de seguros pagos	34,730
(+) Participação de resultados no seguro	27,591
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	10,920
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	12,873
<b>Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2016</b>	<b>1,781,624</b>

O valor das responsabilidades por amortizar em 31-12-2016 era de 0 euros, pelo facto de terminar no final deste exercício o diferimento total do impacto da transição. Deste modo, de acordo com o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal (com os serviços passados de pessoal no ativo financiados a um nível mínimo de 95%, sem prejuízo do cumprimento dos níveis mínimos de solvência determinados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), o valor atual das responsabilidades por serviços passados a reconhecer em 31 de dezembro de 2016, era de 1.772.747 euros.

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento global da quota-parte desta Caixa cifra-se em 96,4% enquanto que o nível de financiamento de acordo com o Aviso n.º 12/2001 atinge os 100,5%.

## NOTA 29 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Entradas/Saídas de Sócios	Total
<b>Saldo em 31-Dez-2014</b>	<b>39,000,000</b>	<b>1,074,100</b>	<b>40,074,100</b>
Emissão de títulos de capital	1,000,000	12,000	1,012,000
Reembolso de títulos de capital		-18,905	-18,905
<b>Saldo em 31-Dez-2015</b>	<b>40,000,000</b>	<b>1,067,195</b>	<b>41,067,195</b>
Emissão de títulos de capital		11,500	11,500
Reembolso de títulos de capital		-19,110	-19,110
<b>Saldo em 31-Dez-2016</b>	<b>40,000,000</b>	<b>1,059,585</b>	<b>41,059,585</b>

O montante relativo às emissões de Capital Especial/Extraordinário, foi reclassificado devido à aplicação das NCA, apresentando-se agora na rubrica do passivo "Instrumentos Representativos de Capital", sendo o seu valor nominal em 31-12-2016 de 3.669.350 euros, ascendendo, os respetivos juros decorridos, a 26.739 euros.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital da *CCAM LEIRIA, C.R.L.* encontra-se disperso por 12.154 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da *CCAML*.



## NOTA 30 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Reservas de Reavaliação					
	Reservas de Reavaliação ao Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legais	Outras Reservas de Reavaliação	Reservas por Impostos Diferidos	Total
Saldo Final a 31-Dez-2015	6,722,700	556,280	361,928	-1,608,061	6,032,847
Constituições	-5,319,275	0	27,591	1,032,291	-4,259,393
Anulações	-4,443,644	6,033	-209,430	1,170,205	-3,476,836
Transferências	0	0	0	0	0
Saldo Final a 31-Dez-2016	-3,040,219	562,313	180,089	594,435	-1,703,382

Outras Reservas					
	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva Especial Por Lucros Retidos e Reinvestidos	Outras Reservas	Total
Saldo Final a 31-Dez-2015	20,040,000	6,767	2,000,000	49,000	22,095,767
Constituições	5,660,000	11,369	0	2,000	5,673,369
Anulações	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Saldo Final a 31-Dez-2016	25,700,000	18,136	2,000,000	51,000	27,769,136

Resultados Transitados	
Saldo Final a 31-Dez-2015	-68,086
Cobertura do Saldo Negativo do Exercício Anterior através dos Resultados Líquidos	68,086
Regularização de Excedentes em Passivos por Impostos Diferidos	-6,033
Parte do Impacto da Transição para a IAS 19 referente ao Fundo de Pensões	-2,951
Parte do Impacto da Transição para a IAS 19 referente aos Encargos com o SAMS	-63,938
Regularização de Excedentes em Ativos por Impostos Diferidos	0
Saldo Final a 31-Dez-2016	-72,922



## NOTA 31 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS

Em 31 de dezembro de 2016 o imposto corrente sobre os lucros e as correspondentes derramas, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e outros incentivos e benefícios fiscais, na parte aplicável, apurando-se o montante de 2.193.670 euros, conforme detalhe seguinte:

	31-dez-16	31-dez-15
<b>Lucro contabilístico antes de impostos</b>	<b>8,412,716</b>	<b>7,480,227</b>
*Lucro tributável imputado por ACE	0	0
*Reintegrações e amortizações não aceites	8,962	8,273
*Provisões e imparidades não dedutíveis ou para além dos limites legais	1,418,027	809,786
*Donativos não previstos ou além dos limites legais	3,328	3,560
*Multas e penalidades	843	0
*Menos-valias contabilísticas	0	0
*Mais-valias fiscais	13,389	0
*40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações	10,233	10,233
*Correções relativas a exercícios anteriores	5,218	4,065
*Prémios de antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	0	18,641
*Realizações de utilidade social não dedutíveis	0	1,471
*Alterações na mensuração de ativos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009)	0	0
*Diferença positiva entre VPT definitivo do imóvel e o valor do contrato de venda	49,857	146,050
*Contribuição sobre o sector bancário (Art.º 45.º, n.º 1, alínea o))	42,410	26,941
*Variação patrimonial por reconhecimento ganhos e perdas atuariais em reservas	0	0
*Variação patrimonial referente Resp. c/ Fundo Pensões/SAMS (Art.º 43.º, n.º 13)	-188,863	0
*Prejuízo fiscal imputado por ACE	-45	0
*Redução de provisões e imparidades tributadas	-834,865	-767,137
*Mais-valias contabilísticas	-26,778	-1
*Menos-valias fiscais	0	0
*Diferença positiva entre o VPT definitivo do imóvel e o custo de aquisição	-163,721	-126,020
*Benefícios fiscais	-41,496	-44,024
*Prémios de antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	0	0
*Alterações na mensuração de ativos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009)	0	0
*Pagamento de reformas antecipadas/SAMS (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	-40,339	0
<b>Prejuízo fiscal (Regime Geral)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Lucro tributável (Regime Geral)</b>	<b>8,668,876</b>	<b>7,572,065</b>
Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral)	0	0
<b>Matéria coletável (Regime Geral - 1.º Escalão)</b>	<b>15,000</b>	<b>15,000</b>
<b>Matéria coletável (Regime Geral - 2.º Escalão)</b>	<b>8,653,876</b>	<b>7,557,065</b>
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 1.º Escalão	17.00%	17.00%
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 2.º Escalão	21.00%	21.00%
Coleta	1,819,864	1,589,534
Deduções à coleta	0	0
Derrama municipal	127,590	112,824
Derrama estadual (Art.º 87.º - A)	238,444	183,603
Tributações autónomas	8,231	10,186
<b>Estimativa de impostos sobre os lucros do exercício</b>	<b>2,194,129</b>	<b>1,896,147</b>
Correções de impostos relativas a exercícios anteriores	-459	-142,391
<b>Imposto Corrente sobre os Lucros</b>	<b>2,193,670</b>	<b>1,753,756</b>
Retenções na fonte	18,235	9,458
Pagamentos por conta/adicionais por conta (Art.os 105.º e 105.º - A)	1,654,161	1,099,677
<b>IRC a pagar / receber</b>	<b>521,733</b>	<b>787,012</b>
<b>Taxa efetiva de imposto sobre o lucro contabilístico</b>	<b>26.08%</b>	<b>25.35%</b>



## NOTA 32 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAML apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Ativos por impostos diferidos</b>		
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	1,105,180	72,889
Reservas result. valoriz. justo valor - Ativos adquir. reembolso de crédito	0	0
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros	2,189,465	2,121,156
Provisões para imparidade tributadas a deduzir em períodos futuros	62,902	0
Responsabilidades com prémios de antiguidade	108,067	117,144
Prejuízos fiscais	0	0
Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)	0	0
Outros	0	0
	<b>3,465,614</b>	<b>2,311,189</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Reservas de reavaliações legais	23,902	29,935
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	510,745	1,680,950
Responsabilidades com reformas antecipadas	839	838
Reinvestimentos de mais-valias fiscais	0	0
Outros	0	0
	<b>535,486</b>	<b>1,711,723</b>
<b>Impacto total dos Impostos diferidos</b>	<b>2,930,128</b>	<b>599,466</b>

## NOTA 33 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A CCAM de Leiria está inscrita na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação em exclusividade com a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (CA Seguros), relativamente ao exercício da atividade de seguros para todos os Ramos Não Vida, e autorizada, relativamente ao exercício da atividade de seguros para o Ramo Vida, com as seguradoras *Metlife Europe Limited*, e Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A..

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAML efetua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAML.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAML recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAML e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões. Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um ativo no Balanço, na rubrica de Outros Ativos. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, as remunerações de mediação que estavam por pagar em 31 de dezembro de 2016, encontram-se já integralmente pagas pelas referidas Seguradoras.

O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros, auferidas pela CCAML nos últimos 2 anos (valores em euros):



Origem	Seguradora	31-12-2016	31-12-2015	% por Origem 31-12-2016
Ramos Não Vida	CA Seguros	118.759	116.134	43,8%
Ramo Vida	Metlife	102.048	107.522	37,6%
Ramo Vida	Fidelidade	50.286	45.066	18,6%
Total		271.093	268.722	100,0%

A CCAML não efetua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de qualquer tipo de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros, exercida pela CCAML.

## NOTA 34 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo n.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

- Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as que se referem a Garantias Prestadas a Clientes, cujo montante, em 31 de dezembro de 2016, ascendia a 2.841.351 euros. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 24 e 28, existe o risco da CCAML ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos. No entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;
- O total de honorários faturados durante o exercício de 2016 pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de 33.500 euros, dos quais 29.000 euros correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de 4.500 euros, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade.

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

  
Eduardo de Albuquerque  
Adriano Hilário Fernandes  
José Manuel Silva Costa



## ANEXO II – MENSURAÇÃO DA IMPARIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO E RESPETIVAS DIVULGAÇÕES

A mensuração da imparidade da carteira de crédito é efetuada com periodicidade semestral, no âmbito da Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal, visando assegurar uma valorização adequada da carteira de crédito, sendo objeto de avaliação por parte dos auditores externos da CCAML.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 30 de dezembro, determina que as instituições devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual e em base consolidada de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por regulamento da UE. Estabelece, no entanto, um regime transitório, que permite manter as normas de contabilidade em vigor, aplicável à CCAML, até 31 de dezembro de 2016.

Assim, o reporte sobre imparidade da carteira de crédito relativo ao presente exercício, efetuado em base individual por não estar integrada em nenhum grupo financeiro, não é objeto de relevação contabilística. Ainda de acordo com o previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de fevereiro de 2005, as provisões são calculadas de acordo com as disposições do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de junho de 1995.

A CCAML, durante o ano de 2016, procedeu ao desenvolvimento dos mecanismos técnicos e organizacionais, que permitem uma maior sistematização dos procedimentos de mensuração, assim como, do próprio modelo de imparidade da carteira de crédito, visando melhorá-lo no que respeita à análise coletiva, entre outros aspetos, aproximando-o do conceito de *point-in-time* e de uma abordagem segmentada no que respeita ao cálculo dos parâmetros de risco (PD e LGD). No entanto, uma vez que a nova metodologia ainda se encontra numa fase de revisão e retificação, optou-se por manter a divulgação da informação elaborada com base na metodologia na anterior já mais estabilizada.

A prestação de informação relativa à mensuração da imparidade da carteira de crédito é estabelecida através da Carta Circular n.º 02/2014/DSP do Banco de Portugal, determinam a divulgação de natureza qualitativa e quantitativa.

### Divulgações qualitativas:

#### a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração)

A gestão do risco de crédito é assegurada, nas diferentes fases do ciclo de financiamento, através de processos e procedimentos específicos estabelecidos em normativo interno, pelas unidades de estrutura com as competências específicas determinadas para o efeito, em cumprimento pelos requisitos legais, visando a minimização e a redução da exposição que pode resultar da não recuperação do capital, juros e comissões, nos prazos e outras condições estabelecidas, nos termos dos contratos de crédito.

A **concessão de crédito**, em cumprimento das estratégias estabelecidas pelo Conselho de Administração, é suportada na análise individual de todas as operações, assentes numa estrutura documental de suporte predefinida, recorrendo à consulta a bases de dados internas e da Central de Responsabilidade de Crédito, do Banco de Portugal. São efetuadas no momento da concessão do crédito, periodicamente e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente ou se identifiquem Indícios de dificuldades que sugiram a necessidade de uma reavaliação do risco, sendo acompanhadas pelo Serviço de Análise de Crédito.

No segmento de particulares estão estabelecidos critérios objetivos a observar na análise e classificação das operações, estando definidos, através de uma delegação de poderes, níveis de aprovação consoante a natureza e exposição da operação.

No crédito a empresas a análise do risco de crédito é sujeita a uma análise individual, assegurada por uma unidade de estrutura interna mais especializada, independente da rede de agências, suportada em informação recolhida sobre a situação financeira, considerando os indicadores de desempenho e de solidez financeira, de carácter quantitativo e ainda elementos de carácter qualitativo.



O **acompanhamento da carteira de crédito** pretende identificar antecipadamente situações de possível incumprimento. É assegurado através de procedimentos específicos atribuídos às unidades de estrutura com competências próprias definidas, em função da natureza das operações e em cumprimento dos normativos específicos (PARI), proporcionando uma identificação oportuna das ocorrências de indícios de dificuldades financeiras, com a inerente degradação da capacidade de cumprimento dos clientes, e a análise de soluções suscetíveis de serem propostas aos clientes.

A **recuperação do crédito** é acionada no seguimento das ações do processo de acompanhamento, através de procedimentos específicos estabelecidos, atribuídos às unidades de estrutura com competências próprias definidas, após a verificação da situação de atraso, em cumprimento dos normativos específicos (PARI, PERSI, Regime Extraordinário do Crédito à Habitação), sendo desenvolvidas as diligências consideradas adequadas que permitam a regularização da situação. Após o incumprimento os processos são transferidos para serem acompanhados pelo Gabinete de Assistência Jurídica e Contencioso, com o objetivo de identificar a solução mais adequada para a recuperação judicial ou extrajudicial dos montantes em dívida.

É efetuada uma **avaliação** regular da existência de evidência objetiva de **imparidade da carteira de crédito a clientes**, como parte integrante dos procedimentos de gestão de risco de crédito, permitindo avaliar a adequação das provisões contabilizadas através da comparação com imparidade calculada.

A **mitigação do risco de crédito** é efetuada através da obtenção de colaterais, sendo os principais as hipotecas sobre imóveis e penhor sobre depósitos efetuados na CCAML.

O **Risco de Concentração de Crédito** decorre da existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes e manifesta-se pelo risco de exposição individual de uma contraparte (grande risco) ou o risco de exposição de um grupo de contrapartes pertencente ao mesmo setor de atividade, ou à região geográfica onde a CCAML desenvolve a sua atividade, em função dos quais poderá resultar uma imperfeita diversificação na carteira de crédito. A gestão do risco de concentração é assegurada pelo Conselho de Administração, que delibera sobre as operações mais relevantes. É efetuado pelo Gabinete de Gestão de Risco um acompanhamento das posições, através da análise individual das maiores exposições da carteira de crédito e através de uma análise de concentração individual (Índice de concentração individual) e concentração setorial (Índice de concentração setorial), reportando ao Conselho de Administração.

## b) Política de *Write-Off* de créditos

A anulação de registos de dívida no balanço é sempre efetuada por proposta fundamentada, quanto aos esforços envidados para a boa cobrança dos créditos, do Gabinete de Assistência Jurídica e Contencioso, e aprovada pelo Conselho de Administração. São apenas abatidos os créditos ao ativo cujas operações sejam consideradas irrecuperáveis e cujas provisões e imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito.

## c) Política de reversão de imparidade

A reversão de imparidade ocorre se a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade (por exemplo, uma melhoria na notação de crédito do devedor). A perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida e a quantia da reversão é reconhecida nos resultados. De referir que a CCAML não estando sujeita a supervisão com base consolidada, o cálculo da imparidade, referente aos exercícios contabilísticos até 2016, não é objeto de registo contabilístico, sendo o mesmo reportado apenas no âmbito da Instrução n.º 5/2013.

## d) Política de conversão de dívida em capital do devedor (se aplicável)

Esta situação não é aplicável à CCAML, uma vez que não existe nenhum caso onde se aplique este tipo de solução.





### e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

As medidas de reestruturação utilizadas nos empréstimos, para os mutuários que registem indícios de dificuldades financeiras, são estabelecidas em função da análise efetuada sobre cada situação, considerando nomeadamente a inclusão de período de carência, a ampliação de prazo de amortização do empréstimo e a consolidação de créditos. Estas operações são marcadas em cumprimento da Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal.

### f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

A valorização dos imóveis hipotecados é efetuada com base no valor da avaliação, efetuada por um perito avaliador, utilizando os seguintes métodos de avaliação: Método do custo, Método do rendimento ou Método comparativo.

Nos termos das regras aplicáveis à avaliação de garantias constituídas por bens imóveis para o crédito vivo, as reavaliações decorrem dos períodos temporais estabelecidos para os imóveis hipotecados, pelo menos uma vez de três em três anos para os destinados à habitação e pelo menos uma vez por ano para os imóveis para fins comerciais ou destinados à habitação e que tenham evidência de imparidade (identificada na análise individual). Contudo, as reavaliações são efetuadas dentro do limite temporal estabelecido sempre que se identifiquem alterações das condições de mercado ou de características específicas do imóvel, sempre que o Serviço de Análise de Crédito identifique a necessidade de atualizar a informação.

Relativamente ao crédito vencido as garantias hipotecárias reais são objeto de uma reavaliação no período de três meses após o primeiro incumprimento, se tiverem decorridos mais de 12 meses desde a avaliação inicial, ou 36 meses se a exposição for inferior a 75% da garantia, com uma reavaliação posterior mínima de três em três anos. Relativamente às garantias reais não hipotecárias a reavaliação deve ocorrer no período de 3 meses após o primeiro incumprimento, se tiverem decorrido mais de seis meses desde a avaliação inicial, com uma periodicidade posterior de semestral.

A valoração dos colaterais para efeitos de análise individual de imparidade considera a utilização de "*Haircuts*" nos casos de evidência objetiva de imparidade, em conformidade com a tabela de Descontos, em Anexo III, da Carta Circular n.º 2/2014/DSP.

Para efeitos de mitigação no cálculo da imparidade são também considerados como colaterais os penhores de Depósito a Prazo, sendo avaliados pelo valor do título.

### g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

O Modelo de Imparidade da Carteira de Crédito da CCAML abrange o crédito concedido a empresas e a particulares.

A identificação de perdas por imparidade resulta de estimativas efetuadas com base em julgamentos considerando factos ou circunstâncias em determinada data, revistos regularmente de forma a ajustar a novos eventos ou à evolução dos fatores relacionados. Para que o modelo tenha a maior adequação possível ao contexto macroeconómico e à situação concreta dos clientes com responsabilidades mais significativas, são utilizados dois conceitos:

**Análise Individual** - É efetuada regularmente uma análise individual aos créditos considerados como sendo individualmente significativos, nomeadamente, à existência de prova objetiva de imparidade e à determinação da quantia de qualquer perda por imparidade, considerando a capacidade de reembolso e a existência de eventuais garantias, aplicando-se como referencial os critérios constantes na Carta Circular n.º 02/2014/DSP do Banco de Portugal.





**Análise coletiva** – O apuramento das perdas de imparidade avaliadas coletivamente resulta da ponderação da probabilidade de incumprimento (PD Probabilidade de *default* ou probabilidade de incumprimento) e da taxa de perda dado o incumprimento (LGD - *Loss given default* ou perda económica, percentual, no incumprimento). A LGD é uma estimativa de perdas, dado o incumprimento de um cliente, considerando as recuperações históricas, descontadas à taxa efetiva média ponderada da carteira, acrescida de custos de recuperação.

## **h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos**

Para efeitos de apuramento de imparidade é adotada uma metodologia de análise individual, através de uma análise casuística aos créditos considerados como sendo individualmente significativos, e uma metodologia de análise coletiva à restante carteira de crédito, incluindo sobre aqueles que estando sujeitos à amostragem individual não tenha sido identificada imparidade.

Na análise individual consideram-se os mutuários com maior peso na carteira de crédito sem qualquer outra segmentação.

Na análise coletiva a segmentação da carteira de crédito (análise coletiva) encontra-se sujeita a algumas limitações:

- a) Adequação à instituição (estrutura e análise da informação);
- b) Número significativo de exposições dentro de cada segmento, que permitam obter estimativas estatisticamente significativas;
- c) Homogeneidade relativamente à relação entre os contratos de dado segmento e um determinado índice macroeconómico.

Da análise resulta apenas um único segmento, relativo à carteira de retalho, discriminada entre exposição viva e vencida.

No âmbito do exercício de *back-testing* são considerados os seguintes segmentos:

- i) Crédito com atrasos no pagamento inferior ou igual a 30 dias e sem outros indícios de imparidade;
- ii) Crédito com atrasos no pagamento inferior ou igual a 30 dias e com outros indícios de imparidade;
- iii) Crédito com atrasos no pagamento entre 30 e 90 dias (inclusive).

É também efetuada uma análise complementar sobre:

- i) Crédito reestruturado;
- ii) Crédito em quarentena;
- iii) Crédito curado;
- iv) Segmentação por distribuição setorial.

## **i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito**

Os indícios de dificuldades financeiras são acontecimentos que alertam para a necessidade de avaliar a evidência objetiva de imparidade e a existência de imparidade.

Os indícios utilizados estão identificados no ponto 1 do anexo I da Carta Circular, considerando também os associados ao crédito reestruturado por dificuldades financeiras dos devedores quando não considerados nos anteriores, e os da análise qualitativa sobre os aspetos contratuais, financeiros, colateral e outros, tendo como referencial a Tabela qualitativa de Imparidade da referida Carta Circular.

De acordo com a Carta Circular n.º 02/2014/DSP, são indícios de imparidade:

- Crédito com atrasos no pagamento superior a 30 dias;
- Crédito em contencioso;



- Crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente;
- Crédito no sistema bancário em situação de incumprimento;
- Notação de rating correspondente ao quartil mais gravoso da escala de rating interno;
- Deterioração de notação de rating superior a 30% da escala de rating interno;
- Cheques devolvidos e/ou inibição de uso de cheques;
- Crédito com decréscimo material do valor da garantia real;
- Efeitos protestados / não cobrados;
- Expectativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Dívidas ao Fisco ou à Segurança Social;
- Outros fatores que indiciem a deterioração da capacidade de cumprir com o serviço da dívida

No âmbito da análise coletiva, a evidência objetiva de imparidade existe sempre que os dados observáveis, nomeadamente a evolução do crédito vencido e o fator macroeconómico, indiquem a existência de um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial desses ativos.

### j) Indicação dos limiares definidos para análise individual

Os critérios utilizados para a definição de créditos significativos:

- Mutuários que representem 0,5% do total da carteira, assegurando que são observados um mínimo de 20% do total da exposição, um mínimo de 15% do rendimento (juros) total da exposição e com um limite mínimo de um milhão de euros;
- O total da carteira a soma do crédito vencido e vincendo e as garantias bancárias prestadas;
- A análise de exposições relativas a limites atribuídos e não utilizados é efetuada para mutuários selecionados na amostra original em que seja detetada imparidade na soma do crédito vencido e vincendo;
- A existência de imparidade numa entidade da amostra que esteja incluída num grupo de clientes ligados entre si, implica a análise de eventual imparidade em outras entidades pertencentes ao mesmo grupo.

### k) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

A classificação de crédito em risco é efetuada em conformidade com a Instrução do Banco de Portugal n.º 22/2011, relativa a informação sobre risco de crédito, quando estabelece que Crédito em Risco é, de forma resumida, o Crédito a clientes com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias, ou há menos de 90 dias mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor, e os créditos reestruturados.

Estão estabelecidos procedimentos específicos de avaliação e acompanhamento de mutuários no âmbito do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI), do Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI) e do regime extraordinário para o crédito à habitação, em conformidade com as normas aplicáveis, e as operações de crédito são todas classificadas, analisando a existência de indícios de dificuldades financeiras, de forma a identificar o crédito reestruturado.

Os empréstimos que se encontrem numa situação de incumprimento, em situação de PER ou insolvência são transferidos para serem acompanhados pelo Gabinete de Assistência Jurídica e Contencioso, com o objetivo de identificar a solução mais adequada para a recuperação dos montantes em dívida.



## **l) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente.**

A imparidade de crédito corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço, no momento da análise, e o montante recuperável estimado o qual entra em linha de conta com os mitigantes de risco contratados para cada operação.

No caso de se identificar uma evidência objetiva de imparidade (que resulta da verificação da ocorrência de indícios de imparidade considerados relevantes), o montante recuperável é estimado em função do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados dos contratos sujeitos a análise individual ou, quando tal não é possível, numa análise efetuada através de um julgamento profissional, com base num cenário prudente, baseado em pressupostos suportáveis e em dados observados na data da mensuração da imparidade, sendo os valores revistos semestralmente.

Esta análise tem como referencial a análise aos aspetos definidos para as exposições analisadas individualmente (ponto 1.3 da Carta Circular n.º 02/2014/DSP), considerando os critérios definidos pela tabela qualitativa de Imparidade (Anexo II da Carta Circular), não prejudicando a aplicação de outros critérios considerados mais adequados ou de forma mais ajustada à operação.

O apuramento das perdas de imparidade avaliadas coletivamente resulta da ponderação da probabilidade de incumprimento (PD) e da taxa de perda dado o incumprimento (LGD). A LGD é uma estimativa de perdas, dado o incumprimento de um cliente, considerando as recuperações históricas, descontadas à taxa efetiva média ponderada da carteira, acrescida de custos de recuperação (encargos com a manutenção e a venda, com base em valores de referência).

## **m) Descrição do(s) período(s) emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação**

É considerado um período emergente de um ano, correspondente ao período em que é considerada a probabilidade das exposições passarem do estado de cumprimento para incumprimento, traduzido na fórmula de cálculo da PD.

## **n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura.**

A avaliação à imparidade em base coletiva é efetuada através da determinação de parâmetros do custo associado ao risco do crédito (PD, EAD e LGD). O cálculo da PD (Probabilidade de "default": probabilidade de incumprimento) fundamenta-se na observação do número de incumprimentos ocorridos na carteira de crédito ao longo do período em análise (considerando um histórico de observação com início em 2006) e na determinação da correlação destes incumprimentos com a evolução de um determinado índice macroeconómico.

O cálculo da LGD ("*Loss given default*": perda económica, percentual, no incumprimento) determina o grau de perda verificada nos créditos em recuperação e contencioso, permitindo analisar o grau de eficiência (com base em fatores económicos e temporais) da Instituição na gestão do crédito vencido. O cálculo efetuado compara a exposição no momento do incumprimento com a exposição desses mesmos créditos na data de referência, procedendo a um critério de atualização financeira, através da aplicação de uma taxa de desconto ao período estimado de recuperação.

A EAD ("*Exposure at Default*": exposição no momento do incumprimento), para efeitos de quantificação de imparidade, é considerada a exposição existente à data de referência de cada avaliação efetuada.

Os valores estimados com referência a 31/12/2015 e 31/12/2014 são os seguintes:



		31-12-2016	31-12-2015
Cenário Loss Given Default		42,2%	44,2%
1	PD subjacente a crédito vivo	1,2563%	1,3030%
2	PD subjacente a crédito vencido	100%	100%
3	EAD crédito vivo	109.805.001	114.662.557
4	EAD crédito vencido	7.447.853	7.936.608
5	Imparidade em base coletiva - Segmento crédito vivo (1)*(3)*LGD	582.676	659.966
6	Imparidade em base coletiva - Segmento crédito vencido (2)*(4)*LGD	3.145.828	3.505.718
7	<b>Imparidade calculada em base coletiva (5)+(6)</b>	<b>3.728.504</b>	<b>4.165.683</b>

Montantes em milhares de Euros

Os créditos considerados curados, relativamente a incumprimentos ocorridos após 2013 é de 1,28%.

### o) Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos

Numa análise de sensibilidade, agravando os parâmetros de risco, nomeadamente um acréscimo de 5% na PD e de 20% na LGD, implicaria um aumento em cerca de 600 mil euros na estimativa de imparidade. Os valores provisionados revelam-se suficientes para suportar estas variações.

### Divulgações quantitativas:

As divulgações relativas à imparidade constituída, previstas nos modelos dos quadros estabelecidos pela Carta Circular n.º 02/2014/DSP do Banco de Portugal, refletem a estimativa de imparidade efetuada, uma vez que o reporte sobre imparidade da carteira de crédito é efetuado em base individual, não sendo objeto de relevação contabilística.

### a) Detalhe das exposições e imparidade constituída

#### a.1) Totais por segmento

Segmento	Exposição em : 31-12-2015						Imparidade em: 31-12-2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	8.789	8.789	0	0	0	0	51	51	0
Construção e CRE	33.462	23.791	3.166	4.517	9.671	1.194	4.871	890	3.981
Agricultura	6.181	5.886	71	199	295	8	160	29	131
Comércio	10.724	9.962	1	927	762	70	470	116	354
Indústrias	11.132	9.452	0	126	1.680	108	1.085	53	1.032
Outros	11.307	11.068	0	608	239	27	166	61	105
Particulares Habitação	43.319	42.253	246	828	1.066	0	639	243	396
Particulares Outros	13.881	11.702	60	1.029	2.179	230	1.019	59	960
<b>Total</b>	<b>138.795</b>	<b>122.903</b>	<b>3.544</b>	<b>8.234</b>	<b>15.892</b>	<b>1.637</b>	<b>8.461</b>	<b>1.502</b>	<b>6.959</b>

Un.: Milhares de Euros

Segmento	Exposição em : 31-12-2016						Imparidade em: 31-12-2016		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	7.219	7.219	0	0	0	0	38	38	0
Construção e CRE	32.701	21.269	18	1.173	11.432	3.683	4.866	334	4.532
Agricultura	5.448	5.043	63	235	405	47	183	24	158
Comércio	10.390	9.639	0	631	751	70	388	49	341
Indústrias	10.696	9.024	45	143	1.672	108	961	42	918
Outros	10.687	10.471	0	464	216	0	144	54	91
Particulares Habitação	41.468	40.550	205	785	918	0	578	215	362
Particulares Outros	13.959	12.189	60	736	1.770	152	832	70	762
<b>Total</b>	<b>132.568</b>	<b>115.404</b>	<b>391</b>	<b>4.167</b>	<b>17.164</b>	<b>4.060</b>	<b>7.990</b>	<b>826</b>	<b>7.164</b>

Un.: Milhares de Euros



## a.2) Por segmento detalhe

Da Exposição Total em: 31-12-2015

Unid.: Milhares de Euros

Segmento	Exposição Total	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento		Imparida- de Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso		Dias de atraso			Dias de atraso		Dias de atraso	
		31-12-2015	Sem indícios¹	Com indícios	entre 30-90	Sub-total	< 90 **		> 90 dias	31-12-2015	< 30	entre 30-90
Corporate	8.789	8.789	0	0	8.789	0	0	51	51	0	0	0
Construção e CRE	33.462	17.161	6.630	0	23.791	3.532	6.139	4.871	890	0	1.127	2.854
Agricultura	6.181	5.468	418	0	5.886	19	276	160	29	0	8	123
Comércio	10.724	7.561	2.401	0	9.962	36	726	470	116	0	13	341
Indústrias	11.132	6.676	2.776	0	9.452	470	1.210	1.085	53	0	263	769
Outros	11.307	8.163	2.871	34	11.068	12	227	166	61	0	5	100
Particulares Habitação	43.319	37.432	4.795	26	42.253	263	803	639	243	0	41	355
Particulares Outros	13.881	9.678	2.020	4	11.702	454	1.725	1.019	59	0	185	775
Total	138.795	100.928	21.911	64	122.903	4.786	11.106	8.461	1.502	0	1.642	5.317

\* Inclui crédito sem atraso

\*\* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

Da Exposição Total em: 31-12-2016

Unid.: Milhares de Euros

Segmento	Exposição Total	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento		Imparidade de Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30-90		Dias de atraso > 90 dias			Dias de atraso < 30		Dias de atraso > 90 dias	
		Sem indícios*	Com indícios	entre 30-90	Sub-total	< 90 **	> 90 dias		< 30	entre 30-90	< 90 **	> 90 dias
Corporate	7.219	7.219	0	0	7.219	0	0	38	38	0	0	0
Construção e CRE	32.701	17.952	3.292	25	21.269	3.488	7.944	4.866	334	0	1.206	3.326
Agricultura	5.448	4.396	647	0	5.043	57	348	183	24	0	12	146
Comércio	10.391	8.487	1.152	0	9.639	29	722	388	49	0	12	329
Indústrias	10.696	7.255	1.770	0	9.025	467	1.204	961	42	0	238	680
Outros	10.687	8.127	2.249	95	10.471	11	206	144	53	1	4	87
Particulares Habitação	41.468	35.793	4.695	61	40.549	142	777	578	215	0	35	327
Particulares Outros	13.958	9.717	2.472	0	12.189	327	1.442	832	70	0	138	624
Total	132.568	98.946	16.277	181	115.404	4.521	12.643	7.990	825	1	1.645	5.519

\* Inclui crédito sem atraso

\*\* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

## b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Montantes em milhares de Euros

Ano de produção*	Corporate			Construção e CRE			Particulares Habitação			Agricultura		
	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e ant.	1	0	0	64	4.005	980	472	10.383	250	13	370	2
2005	0	0	0	16	484	108	53	2.300	40	3	22	0
2006	0	0	0	16	1.163	388	55	2.589	45	0	0	1
2007	0	0	0	27	722	83	59	2.686	61	3	22	8
2008	1	140	1	28	1.521	708	102	5.667	87	7	119	43
2009	0	0	0	18	639	94	66	3.350	18	4	195	69
2010	1	1.521	8	23	267	96	62	2.917	15	7	170	7
2011	1	387	2	22	1.913	578	40	1.871	10	7	270	1
2012	3	1.396	7	39	681	82	40	1.940	10	7	604	6
2013	1	181	1	38	3.935	1.406	46	2.555	14	16	337	18
2014	1	835	4	50	1.038	51	37	1.641	9	12	203	1
2015	3	2.759	15	105	12.799	268	38	2.448	13	37	1.679	22
2016	0	0	0	118	3.534	24	35	1.121	6	45	1.457	5
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>7.219</b>	<b>38</b>	<b>564</b>	<b>32.701</b>	<b>4.866</b>	<b>1.105</b>	<b>41.468</b>	<b>578</b>	<b>161</b>	<b>5.448</b>	<b>183</b>





Ano de produção*	Indústrias			Comércio			Outros			Particulares Outros		
	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e ant.	41	1.445	734	39	989	146	20	348	62	106	1.345	410
2005	4	31	18	5	117	15	7	122	10	15	227	74
2006	2	46	0	6	35	0	5	167	5	18	126	7
2007	7	214	70	15	428	4	11	105	1	31	258	3
2008	12	269	66	16	590	18	15	712	4	32	360	13
2009	8	362	2	16	356	55	26	702	4	43	618	85
2010	9	513	3	20	422	88	16	586	10	60	1.083	113
2011	5	185	1	18	342	15	18	425	4	51	879	8
2012	19	413	12	31	453	10	26	609	4	84	477	24
2013	27	666	10	26	431	2	28	1.415	7	135	1.013	47
2014	23	811	8	42	665	6	33	386	2	183	1.131	5
2015	53	3.106	28	118	2.836	15	83	2.583	18	324	2.363	11
2016	68	2.635	9	209	2.726	14	99	2.527	13	457	4.079	32
<b>Total</b>	<b>278</b>	<b>10.696</b>	<b>961</b>	<b>561</b>	<b>10.390</b>	<b>388</b>	<b>387</b>	<b>10.687</b>	<b>144</b>	<b>1.539</b>	<b>13.959</b>	<b>832</b>

## c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor, geografia

### c.1) Por segmento

Uni.: Milhares de Euros										
31-12-2015	Corporate		Construção e CRE		Particulares Habitação		Agricultura		Indústrias	
	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	8.789	51	22.230	1.275	43.319	639	6.181	160	10.500	514
Individual	0	0	11.232	3.596	0	0	0	0	632	571
<b>Total</b>	<b>8.789</b>	<b>51</b>	<b>33.462</b>	<b>4.871</b>	<b>43.319</b>	<b>639</b>	<b>6.181</b>	<b>160</b>	<b>11.132</b>	<b>1.085</b>
31-12-2015	Comércio		Outros		Particulares Outros		Total			
	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	10.263	367	11.307	166			13.856	994	126.445	4.166
Individual	461	103	0	0			25	25	12.350	4.295
<b>Total</b>	<b>10.724</b>	<b>470</b>	<b>11.307</b>	<b>166</b>			<b>13.881</b>	<b>1.019</b>	<b>138.795</b>	<b>8.461</b>
Uni.: Milhares de Euros										
31-12-2016	Corporate		Construção e CRE		Particulares Habitação		Agricultura		Indústrias	
	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	7.219	38	23.029	1.279	41.468	578	5.448	183	10.064	482
Individual	0	0	9.672	3.587	0	0	0	0	632	479
<b>Total</b>	<b>7.219</b>	<b>38</b>	<b>32.701</b>	<b>4.866</b>	<b>41.468</b>	<b>578</b>	<b>5.448</b>	<b>183</b>	<b>10.696</b>	<b>961</b>
31-12-2016	Comércio		Outros		Particulares Outros		Total			
	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	10.351	350	10.687	144			13.558	791	121.824	3.845
Individual	39	39	0	0			401	41	10.744	4.146
<b>Total</b>	<b>10.390</b>	<b>389</b>	<b>10.687</b>	<b>144</b>			<b>13.959</b>	<b>832</b>	<b>132.568</b>	<b>7.991</b>



## c.2) Por setor de atividade (CAE + Particulares)

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2015	Agricultura		Alojamento, rest. e similares		Atividades Imobiliárias		Comércio e Rep. Auto.		Construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Coletiva	6.181	160	2.569	76	11.442	233	13.027	585	4.974	638
Individual	0	0	0	0	4.406	1.461	1.232	521	4.192	1.081
<b>Total</b>	<b>6.181</b>	<b>160</b>	<b>2.569</b>	<b>76</b>	<b>15.848</b>	<b>1.694</b>	<b>14.259</b>	<b>1.106</b>	<b>9.166</b>	<b>1.719</b>

31-12-2015	Indústrias		Transportes e armazenagem		Outros		Particulares		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	18.425	728	1.379	36	11.273	77	57.175	1.633	126.445	4.166
Individual	2.495	1.207	0	0	0	0	25	25	12.350	4.295
<b>Total</b>	<b>20.920</b>	<b>1.935</b>	<b>1.379</b>	<b>36</b>	<b>11.273</b>	<b>77</b>	<b>57.200</b>	<b>1.658</b>	<b>138.795</b>	<b>8.461</b>

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2016	Agricultura		Alojamento, rest. e similares		Atividades Imobiliárias		Comércio e Rep. Auto.		Construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Coletiva	5.448	183	1.966	58	11.308	336	13.575	513	6.131	610
Individual	0	0	0	0	3.449	1.221	230	230	4.193	1.396
<b>Total</b>	<b>5.448</b>	<b>183</b>	<b>1.966</b>	<b>58</b>	<b>14.757</b>	<b>1.557</b>	<b>13.805</b>	<b>743</b>	<b>10.324</b>	<b>2.006</b>

31-12-2016	Indústrias		Transportes e armazenagem		Outros		Particulares		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	15.891	670	1.831	41	10.648	65	55.026	1.369	121.824	3.845
Individual	2.471	1.258	0	0	0	0	401	41	10.744	4.146
<b>Total</b>	<b>18.362</b>	<b>1.928</b>	<b>1.831</b>	<b>41</b>	<b>10.648</b>	<b>65</b>	<b>55.427</b>	<b>1.410</b>	<b>132.568</b>	<b>7.991</b>

## c.3) Por geografia

31-12-2015	Portugal	
	Total	
	Exposição	Imparidade
Coletiva	126.445	4.166
Individual	12.350	4.295
<b>Total</b>	<b>138.795</b>	<b>8.461</b>

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2016	Portugal	
	Total	
	Exposição	Imparidade
Coletiva	121.824	3.845
Individual	10.744	4.146
<b>Total</b>	<b>132.568</b>	<b>7.990</b>

Uni.: Milhares de Euros

## d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	2015						Montantes em milhares de Euros		
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
- Spread contratado	10	902	61	1	613	483	11	1.515	544
- Prazo	39	1.168	7	6	387	171	45	1.555	178
- Prazo e carência de capital	24	4.844	783	0	0	0	24	4.844	783
- Capitalização de juros	0	0	0	1	63	28	1	63	28
- Crédito novo que liquida serviço de dívida existente	37	593	3	15	574	254	52	1.167	257
- Capital diferido para a última prestação	7	669	4	0	0	0	7	669	4
- Crédito que liquida serviço de dívida existente (outro)	1	58	0	0	0	0	1	58	0
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>8.234</b>	<b>858</b>	<b>23</b>	<b>1.637</b>	<b>936</b>	<b>141</b>	<b>9.871</b>	<b>1.794</b>



	2016								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
- Spread contratado	13	957	205	0	1	0	13	958	205
- Prazo	34	1.028	5	7	344	145	41	1.372	151
- Prazo e carência de capital	17	1.437	24	4	3140	1198	21	4.577	1.222
- Capitalização de juros	2	91	0	1	63	27	3	154	27
- Crédito novo que liquida serviço de dívida existente	23	299	2	15	512	212	38	811	213
- Capital diferido para a última prestação	4	329	2	0	0	0	4	329	2
- Crédito que liquida serviço de dívida existente (outro)	2	26	0	0	0	0	2	26	0
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>4.167</b>	<b>238</b>	<b>27</b>	<b>4.060</b>	<b>1.582</b>	<b>122</b>	<b>8.227</b>	<b>1.820</b>

Montantes em milhares de Euros

## e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31-12-2015	31-12-2016
Saldo Inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	9.870	9.871
Créditos reestruturados no período	2.298	376
Juros corridos da carteira reestruturada	3	1
Liquidação de créditos reestruturados (Parcial ou Total)	2.169	1.399
Créditos reclassificados de "reestruturados" para "normal"	130	621
Outros	0	0
<b>Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de Imparidade)</b>	<b>9.871</b>	<b>8.227</b>
	9.871	8.227

Un: Milhares de Euros

## f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos Corporate, Construção e Real Estate (CRE) e Habitação

31-12-2016

Justo valor	Corporate				Construção e CRE				Particulares Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	0	0	0	0	129	11.048	28	808	985	92.430	0	0
>= 0,5 M€ e < 1 M€	2	820	0	0	61	4.975	0	0	5	1.081	0	0
>= 1 M€ e < 5 M€	10	7.390	0	0	63	9.585	0	0	0	0	0	0
>= 5 M€ e < 10 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 10 M€ e < 20 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 20 M€ e < 50 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 50 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>8.209</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>253</b>	<b>25.607</b>	<b>28</b>	<b>808</b>	<b>990</b>	<b>93.511</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Montantes em milhares de Euros

## g) Rácio LTV dos segmentos Corporate, Construção e CRE e Habitação

Segmento/Rácio	31-12-2015			
	Número de imóveis*	Crédito em cumprimento	Crédito em Incumprimento	Imparidade
<b>Corporate</b>	<b>11</b>	<b>8.789</b>	<b>0</b>	<b>51</b>
Sem colateral associado	n.a.	0	0	0
< 60%	0	0	0	0
>= 60% e < 80%	8	3.660	0	21
>= 80% e < 100%	1	1.236	0	7
>= 100%	2	3.893	0	22
<b>Construção e CRE</b>	<b>261</b>	<b>23.791</b>	<b>9.671</b>	<b>4.871</b>
Sem colateral associado	n.a.	644	3.527	1.075
< 60%	80	1.607	910	411
>= 60% e < 80%	27	1.257	841	389
>= 80% e < 100%	113	4.099	913	1.136
>= 100%	41	16.184	3.480	1.860
<b>Habitação</b>	<b>1.008</b>	<b>42.253</b>	<b>1.066</b>	<b>639</b>
Sem colateral associado	n.a.	1.247	29	20
< 60%	670	18.197	470	282
>= 60% e < 80%	180	11.046	253	130
>= 80% e < 100%	101	7.677	232	147
>= 100%	57	4.087	81	60

Montantes em milhares de Euros



31-12-2016				
Segmento/Rácio	Número de imóveis*	Crédito em cumprimento	Crédito em Incumprimento	Imparidade
<b>Corporate</b>	<b>12</b>	<b>7.219</b>	<b>0</b>	<b>38</b>
Sem colateral associado	n.a.	0	0	0
< 60%	5	2.109	0	11
>= 60% e < 80%	5	2.232	0	12
>= 80% e <100%	0	0	0	0
>= 100%	2	2.878	0	15
<b>Construção e CRE</b>	<b>250</b>	<b>21.269</b>	<b>11.432</b>	<b>4.866</b>
Sem colateral associado	n.a.	1.365	3.230	1.186
< 60%	83	1.849	704	295
>= 60% e < 80%	44	685	992	309
>= 80% e <100%	93	2.072	4.068	1.670
>= 100%	30	15.298	2.437	1.405
<b>Habitação</b>	<b>997</b>	<b>40.550</b>	<b>918</b>	<b>578</b>
Sem colateral associado	n.a.	823	12	10
< 60%	675	18.359	476	273
>= 60% e < 80%	197	12.250	117	114
>= 80% e <100%	93	6.637	232	133
>= 100%	32	2.481	81	48

Montantes em milhares de Euros

## h) Detalhe do justo valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade

31-12-2015				31-12-2016			
Ativo	Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor Contabilístico	Ativo	Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor Contabilístico
<b>Terreno</b>	<b>36</b>	<b>1.059</b>	<b>2.636</b>	<b>Terreno</b>	<b>34</b>	<b>970</b>	<b>2.796</b>
Urbano	15	376	1.369	Urbano	15	451	1.534
Rural	21	683	1.268	Rural	19	519	1.262
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>4</b>	<b>2.491</b>	<b>2.107</b>	<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>35</b>	<b>3.532</b>	<b>2.687</b>
Comerciais	0	0	0	Comerciais	0	0	0
Habitação	4	2.491	2.107	Habitação	35	3.532	2.687
Outros	0	0	0	Outros	0	0	0
<b>Edifícios construídos</b>	<b>21</b>	<b>2.756</b>	<b>2.427</b>	<b>Edifícios construídos</b>	<b>17</b>	<b>1.562</b>	<b>1.707</b>
Comerciais	0	0	0	Comerciais	0	72	72
Habitação	13	860	910	Habitação	13	992	1.079
Outros	8	1.896	1.517	Outros	4	498	556
<b>Outros</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>Outros</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>6.310</b>	<b>7.177</b>	<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>6.070</b>	<b>7.196</b>

Montantes em milhares de Euros

Montantes em milhares de Euros

31-12-2016					
Tempo decorrido desde a dação/execução					Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
<b>Terreno</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>25</b>	<b>34</b>
Urbano	2	1	2	10	15
Rural	0	3	1	15	19
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>34</b>
Comerciais	0	0	0	0	0
Habitação	4	0	0	30	34
Outros	0	0	0	0	0
<b>Edifícios construídos</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>17</b>
Comerciais	0	0	0	0	0
Habitação	3	4	3	3	13
Outros	0	0	3	1	4
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>59</b>	<b>85</b>



## i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

31-12-2015

Segmento	GR BAIXO				GR MODERADO		GR ELEVADO			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Agricultura	130	85	494	2.176	821	1.373	1.009	93	0	0
Comércio	600	791	619	3.656	295	2.024	1.882	333	245	279
Construção e CRE	316	761	892	3.197	12.029	1.005	7.561	5.009	2.364	328
Corporate	0	0	0	4.604	1.457	2.728	0	0	0	0
Indústrias	328	556	121	4.278	1.604	1.423	1.601	700	62	459
Outros	382	1.602	787	3.674	986	1.888	1.643	187	50	108
Particulares Habitação	0	24.518	7.477	4.784	4.708	564	1.158	81	0	29
Particulares Outros	1.457	1.889	1.366	3.500	1.011	1.284	1.739	598	199	838
<b>Total</b>	<b>3.213</b>	<b>30.202</b>	<b>11.756</b>	<b>29.869</b>	<b>22.911</b>	<b>12.289</b>	<b>16.593</b>	<b>7.001</b>	<b>2.920</b>	<b>2.041</b>

Un: Milhares de Euros

31-12-2016

Segmento	GR BAIXO				GR MODERADO		GR ELEVADO			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Agricultura	146	47	214	2.285	130	1.184	1.357	85	0	0
Comércio	411	793	532	4.170	539	1.888	1.213	442	240	162
Construção e CRE	379	1.077	530	6.144	1.207	11.106	5.559	4.379	2.156	164
Corporate	0	0	0	4.882	0	2.337	0	0	0	0
Indústrias	196	567	1.697	3.823	352	1.665	591	1.374	208	223
Outros	376	1.971	912	2.795	790	1.786	1.781	112	56	108
Particulares Habitação	0	24.281	7.909	3.332	4.746	226	881	81	0	12
Particulares Outros	1.563	2.357	1.038	3.949	1.143	1.026	1.662	323	179	719
<b>Total</b>	<b>3.071</b>	<b>31.093</b>	<b>12.832</b>	<b>31.380</b>	<b>8.907</b>	<b>21.218</b>	<b>13.044</b>	<b>6.796</b>	<b>2.839</b>	<b>1.388</b>

Un: Milhares de Euros

## j) Divulgação dos parâmetros de risco associados a modelo de imparidade por segmento

A segmentação da carteira de crédito (análise coletiva) encontra-se condicionada pelo número significativo de exposições dentro de cada segmento, que permitam obter estimativas estatisticamente significativas, e pela homogeneidade relativamente à relação entre os contratos de dado segmento e um determinado índice macroeconómico. Desta análise resulta um segmento único, relativo à carteira de retalho, cujos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade foram divulgados na alínea "n" do presente anexo.

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração





## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria apresenta o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emite parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Este Conselho acompanhou, ao longo do exercício, a evolução da atividade da Caixa. Nas reuniões que efetuou, satisfazendo, por excesso, a periodicidade legal e estatutariamente prevista, verificou a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, comprovou o cumprimento do normativo em vigor e tomou conhecimento do reporte periódico remetido ao B.P.

Ao longo do exercício, um elemento do Conselho Fiscal esteve presente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração. Os dois órgãos sociais mantiveram um diálogo aberto e permanente. Os Serviços sempre se mostraram disponíveis para prestar todas as informações e esclarecimentos que lhes foram solicitados. Este Conselho reuniu com elementos da equipa da “Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.” que auditou as contas do exercício findo. A todos agradece a pronta colaboração prestada.

O Conselho Fiscal examinou o conteúdo dos relatórios de Auditoria Interna, de *Compliance*, de Riscos e de Acompanhamento das Deficiências Detetadas pelo SCI que, como nos anos anteriores, lhe foram remetidos pelas respetivas funções. Analisou o Relatório do Sistema do Controlo Interno e o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, tendo elaborado os respetivos pareceres que, nos termos do nº 5 do artigo 25º do aviso 5/2008 e da alínea b) do nº 2 do artigo 2º do aviso 9/2012 foram enviados ao Banco de Portugal. Cumprindo o preceituado no nº 6 do artigo 115-C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, elaborou o Relatório de Avaliação à Política de Remuneração de 2016. Emitiu, também, parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2017.

Apesar da situação da economia portuguesa não apresentar, presentemente, condições favoráveis para o crescimento do mercado bancário, a Caixa conseguiu neste exercício, à semelhança do que já havia acontecido nos anos mais recentes, lucros de valor bastante significativo. O resultado, após impostos, cifra-se em 6 347 214,98 € (seis milhões, trezentos e quarenta e sete mil duzentos e catorze euros e noventa e oito cêntimos), o que motivou uma melhoria nos rácios de adequação dos fundos próprios que, nos exercícios anteriores, se mantinham, já, muito acima dos requisitos mínimos impostos pelas autoridades de regulação.

No âmbito das suas funções este Conselho analisou, com o detalhe possível, os documentos que a Administração apresenta a esta Assembleia Geral, relativos ao exercício de 2016, nomeadamente o Relatório de Gestão e as Demonstrações





## CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

Financeiras (que incluem o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Rendimento Integral, as Demonstrações de Alterações no Capital Próprio, o Anexo I - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Anexo II – Mensuração da Imparidade da Carteira de Crédito e Respetivas Divulgações) e a Proposta de Aplicação dos Resultados.

Em consequência da análise efetuada, o Conselho Fiscal considera que:

- O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade da Caixa durante o exercício de 2016, evidenciando os aspetos mais significativos.
- O Balanço e as Demonstrações de resultados, de fluxos de caixa, do rendimento integral, de alterações do capital próprio e os Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira desta instituição.
- As políticas e os critérios volumétricos são adequados.
- A Proposta de Aplicação dos Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável para que a Assembleia Geral aprove:

- O Relatório de Gestão.
- As Contas do Exercício refletidas nas diversas peças contabilísticas, nomeadamente no Balanço, nos diversos mapas das demonstrações e nos anexos.
- A Proposta de Aplicação dos Resultados.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores que, com dedicação e profissionalismo, têm conseguido reforçar a solidez financeira, a estabilidade e a boa reputação da Caixa.

Leiria, 13 de março de 2017

O Conselho Fiscal

Oliveira de Jesus Soares

António José de Almeida Sequeira

Luís Heleno Cardoso



OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
CARLOS DOMINGUES FERRAZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANO  
MARIA BALBINA CRAVO  
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.** (a “Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 500.506.895 euros e um total de capital próprio de 73.399.632 euros, incluindo um resultado líquido de 6.347.215 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto

1 de 6



da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

As matérias relevantes de auditoria consideradas foram:

- (i) o Provisionamento da carteira de crédito (rubrica “Crédito a Clientes”, notas 18 e 27 do Anexo).

Atendendo a que a concessão de crédito é o negócio principal da Entidade, com o risco de crédito inerente e, sabendo que as dificuldades dos devedores podem levar a incumprimentos, com impacto na redução dos valores a receber e com o consequente recurso à execução das garantias existentes, o risco de distorção material desta rubrica relaciona-se diretamente com o julgamento nas estimativas utilizadas para a constituição de provisões. Para mitigar os riscos de distorção nesta área do crédito e validar o nível de provisões constituídas foram efetuados diversos procedimentos de auditoria, em base de amostragem, que incluíram levantamentos de controlo interno, testes sobre a existência e a mensuração dos créditos e juros respetivos, a reconciliação da carteira de crédito com a contabilidade, e testes ao enquadramento das provisões reconhecidas, sendo de relevar que o nível de provisionamento cumpre os mínimos regulamentares definidos no Aviso n.º3/95 do Banco de Portugal;

- (ii) os Ativos por impostos diferidos (rubrica “Ativos por impostos diferidos”, nota 32 do Anexo).

Estes ativos são reconhecidos em função de diferenças temporárias entre a ótica contabilística e a fiscal. A parte significativa da base de cálculo apura-se na determinação de provisões não aceites do “Crédito a clientes” e outras estimativas, que envolvem julgamentos diversos, em que o risco de distorção material se relaciona com esse apuramento da base de cálculo e a expectativa de recuperabilidade, ao que acresce algum risco operacional inerente, dado que a sua determinação é substancialmente manual. Para mitigar este risco foram feitos procedimentos de auditoria que incluíram testes e recálculos da base de apuramento, bem como a análise da estimativa do imposto sobre o rendimento (IRC), e foi tido em consideração a recuperabilidade ocorrida em períodos anteriores. O montante destes ativos encontra-se adequadamente suportado e a sua recuperabilidade, operada com a reversão das provisões não aceites, afigura-se nos razoavelmente expetável.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e aceites em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo um ponto no relatório sobre “Estrutura e práticas de governo societário, e declaração da política de remuneração”, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de associados, realizada em 11 de dezembro de 2009, para um mandato compreendido entre 2010 e 2012.
- Fomos eleitos na assembleia geral de associados, realizada em 21 de dezembro de 2012, para um segundo mandato compreendido entre 2013 e 2015.
- Fomos eleitos na assembleia geral de associados, realizada em 18 de dezembro de 2015, para um terceiro mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 23 de março de 2017.





OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 24 de março de 2017

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.**

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056